

PALÁCIO BARRIGA VERDE



# DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO LXI

FLORIANÓPOLIS, 14 DE NOVEMBRO DE 2012

NÚMERO 6.484

## MESA

Gelson Merisio  
**PRESIDENTE**

Moacir Sopelsa  
**1º VICE-PRESIDENTE**

Nilson Gonçalves  
**2º VICE-PRESIDENTE**

Jailson Lima  
**1º SECRETÁRIO**

Reno Caramori  
**2º SECRETÁRIO**

Antonio Aguiar  
**3º SECRETÁRIO**

Ana Paula Lima  
**4ª SECRETÁRIA**

## LIDERANÇA DO GOVERNO

Edison Andrino

## PARTIDOS POLÍTICOS (Lideranças)

**PARTIDO PROGRESSISTA**  
Líder: Silvio Dreveck

**PARTIDO DO MOVIMENTO  
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**  
Líder: Aldo Schneider

**PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO**  
Líder: Darci de Matos

**PARTIDO DOS TRABALHADORES**  
Líder: Dirceu Dresch

**PARTIDO DA SOCIAL  
DEMOCRACIA BRASILEIRA**  
Líder: Dado Cherem

**PARTIDO TRABALHISTA  
BRASILEIRO**  
Líder: Narcizo Parisotto

**PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL**  
Líder: Angela Albino

**PARTIDO POPULAR SOCIALISTA**  
Líder: Altair Guidi

**PARTIDO DEMOCRÁTICO  
TRABALHISTA**  
Líder: Sargento Amauri Soares

## COMISSÕES PERMANENTES

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Romildo Titon - Presidente  
Adilor Guglielmi - Vice-Presidente  
Sargento Amauri Soares  
Silvio Dreveck  
Serafim Venzon  
José Nei Alberton Ascari  
Dirceu Dresch  
Volnei Morastoni  
Edison Andrino

### COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

Valmir Comin - Presidente  
Manoel Mota - Vice-Presidente  
Angela Albino  
Jean Kuhlmann  
Mauro de Nadal  
Pe. Pedro Baldissera  
Marcos Vieira

### COMISSÃO DE PESCA E AQUICULTURA

Pe. Pedro Baldissera - Presidente  
Adilor Guglielmi  
Altair Guidi  
José Milton Scheffer  
Darci de Matos  
Aldo Schneider  
Manoel Mota

### COMISSÃO DE AGRICULTURA, E POLÍTICA RURAL

Manoel Mota - Presidente  
José Milton Scheffer - Vice-Presidente  
Narcizo Parisotto  
Mauro de Nadal  
Dirceu Dresch  
Adilor Guglielmi  
José Nei Alberton Ascari

### COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Elizeu Mattos - Presidente  
Silvio Dreveck - Vice-Presidente  
Altair Guidi  
Jorge Teixeira  
Angela Albino  
Manoel Mota  
Marcos Vieira

### COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

José Nei Alberton Ascari - Presidente  
José Milton Scheffer - Vice-Presidente  
Dado Cherem  
Luciane Carminatti  
Dirce Heiderscheidt  
Carlos Chiodini  
Angela Albino

### COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Marcos Vieira - Presidente  
Darci de Matos - Vice-Presidente  
Gilmar Knaesel  
Sargento Amauri Soares  
Valmir Comin  
Manoel Mota  
Luciane Carminatti  
Neodi Saretta  
Aldo Schneider

### COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Gilmar Knaesel - Presidente  
Sargento Amauri Soares - Vice-Presidente  
Kennedy Nunes  
Marcos Vieira  
Mauricio Eskudlark  
Dirce Heiderscheidt  
Volnei Morastoni

### COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA

José Milton Scheffer - Presidente  
Angela Albino - Vice-Presidente  
Jorge Teixeira  
Carlos Chiodini  
Edison Andrino  
Dirceu Dresch  
Adilor Guglielmi

### COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Neodi Saretta - Presidente  
Altair Guidi - Vice-Presidente  
Gilmar Knaesel  
Valmir Comin  
Jorge Teixeira  
Edison Andrino  
Dirce Heiderscheidt

### COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Jean Kuhlmann - Presidente  
Luciane Carminatti - Vice-Presidente  
Pe. Pedro Baldissera  
Narcizo Parisotto  
Joares Ponticelli  
Elizeu Mattos  
Carlos Chiodini  
Gilmar Knaesel  
Ismael dos Santos

### COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Serafim Venzon - Presidente  
Dirce Heiderscheidt - Vice-Presidente  
Jorge Teixeira  
Manoel Mota  
Pe. Pedro Baldissera  
Sandro Silva  
Valmir Comin

### COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER

Luciane Carminatti - Presidente  
Ismael dos Santos - Vice-Presidente  
Dirce Heiderscheidt  
Dado Cherem  
Angela Albino  
Silvio Dreveck  
Romildo Titon

### COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Carlos Chiodini - Presidente  
Luciane Carminatti - Vice-Presidente  
Sargento Amauri Soares  
Joares Ponticelli  
Ismael dos Santos  
Mauro de Nadal  
Gilmar Knaesel

### COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Adilor Guglielmi - Presidente  
Narcizo Parisotto - Vice-Presidente  
Kennedy Nunes  
Jorge Teixeira  
Elizeu Mattos  
Edison Andrino  
Neodi Saretta

### COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Angela Albino - Presidente  
Manoel Mota - Vice-Presidente  
Silvio Dreveck  
José Nei Alberton Ascari  
Romildo Titon  
Pe. Pedro Baldissera  
Gilmar Knaesel

### COMISSÃO DE SAÚDE

Volnei Morastoni - Presidente  
Carlos Chiodini - Vice-Presidente  
Serafim Venzon  
Joares Ponticelli  
Jorge Teixeira  
Sargento Amauri Soares  
Mauro de Nadal

### COMISSÃO DE PROTEÇÃO CIVIL

Kennedy Nunes - Presidente  
Aldo Schneider - Vice-Presidente  
Manoel Mota  
Dirceu Dresch  
Angela Albino  
Mauricio Eskudlark  
Marcos Vieira

<p><b>DIRETORIA LEGISLATIVA</b></p> <p><b>Coordenadoria de Publicação:</b> Responsável pela digitação e revisão dos atos da Mesa e publicações diversas, bem como editoração, diagramação e distribuição. Coordenador: Carlos Augusto de Carvalho Bezerra</p> <p><b>Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário:</b> Responsável pela composição e revisão das atas das sessões ordinárias, especiais, solenes e extraordinárias. Coordenadora: Lenita Wendhausen Cavallazi</p> <p><b>DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES</b></p> <p><b>Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos:</b> Responsável pela impressão. Coordenador: Claudir José Martins</p>	<p><b>DIÁRIO DA ASSEMBLEIA</b></p> <hr/> <p><b>EXPEDIENTE</b></p> <hr/>  <p><b>Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina</b> <b>Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves</b> <b>Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC</b> <b>CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500</b> <b>Internet: <a href="http://www.alesc.sc.gov.br">www.alesc.sc.gov.br</a></b></p> <p><b>IMPRESSÃO PRÓPRIA - ANO XXI</b> <b>NESTA EDIÇÃO: 28 PÁGINAS</b> <b>TIRAGEM: 5 EXEMPLARES</b></p>	<p><b>ÍNDICE</b></p> <p><b>Plenário</b> Ata da 109ª Sessão Ordinária realizada em 06/11/2012.....2 Ata da 110ª Sessão Ordinária realizada em 07/11/2012..... 11</p> <p><b>Atos da Mesa</b> Atos da Mesa.....21</p> <p><b>Publicações Diversas</b> Aviso de Resultado .....25 Portarias.....25 Projetos de Lei .....27</p>
---	---	---

## PLENÁRIO

# ATA DA 109ª SESSÃO ORDINÁRIA

## DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

### REALIZADA EM 06 DE NOVEMBRO DE 2012

### PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Dado Cherem - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorge Teixeira - José Milton Scheffer - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Romildo Titon - Sandro Silva - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin.

#### SUMÁRIO

##### Breves Comunicações

**DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES** - Defende a greve dos servidores da Saúde.

**DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR** - Comenta a outorga da Medalha Alice Petrelli; defende maiores benefícios fiscais para o planalto norte de SC.

**DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK** (pela ordem) - Registra a presença de Décio Schneider, jornalista e proprietário do jornal *Cedense*; cumprimenta o deputado Antônio Aguiar pelo pronunciamento.

**DEPUTADO SANDRO SILVA** - Analisa a necessidade de mais recursos para o FIA.

**DEPUTADA ANA PAULA LIMA** - Discute o projeto do governo federal chamado *Caminho da Escola*.

##### Partidos Políticos

**DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES** - Reporta-se à onda de atentados contra servidores da segurança pública.

**DEPUTADO VALMIR COMIN** - Fala sobre a preocupação com o agronegócio.

**DEPUTADO MOACIR SOPELSA** - Reporta-se à questão do agronegócio em Santa Catarina.

**DEPUTADO DIRCEU DRESCH** (aparte) - Solidariza-se com o deputado Sargento Amauri Soares.

**DEPUTADO DADO CHEREM** - Faz uma reflexão sobre a última eleição municipal.

**DEPUTADO JOARES PONTICELLI** (aparte) - Solidariza-se com o deputado Dado Cherem.

**DEPUTADO DIRCEU DRESCH** - Aborda a necessidade de investimentos para amenizar o problema dos agricultores atingidos pela estiagem.

**DEPUTADO SANDRO SILVA** - Tece considerações a respeito das últimas eleições municipais.

**DEPUTADO DARCI DE MATOS** (pela ordem) - Registra a presença, nesta Casa, da vereadora Zulma Souza, eleita no município de Itapema, do amigo Luís, de São Francisco do Sul, e do vereador João do Gás.

##### Explicação Pessoal

**DEPUTADO JOARES PONTICELLI** - Faz um balanço da conferência que participou na cidade do México.

**DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK** - Reporta-se à segurança pública.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)  
Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra o sr. deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados e público que nos acompanha pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital nesta tarde.

Preciso retornar a um dos assuntos mais debatidos pela imprensa catarinense nos últimos dias, que é a greve dos servidores públicos da Saúde de Santa Catarina.

Como havia anunciado no microfone de apartes, na quinta-feira passada, fui até o Centro de Hematologia e Hemoterapia de Santa Catarina - Hemosc -, na capital, para livremente fazer minha doação de sangue e acompanhei o abraço ao Hemosc feito pelos servidores. Inclusive, acompanhei dentro daquele

estabelecimento a presença de uma equipe de televisão que fazia questão de filmar as cadeiras vazias. Eu até me adiantei, sentei-me em uma das cadeiras e disse: "Estou aqui para doar sangue, podem filmar-me". Mas o objetivo era mostrar as cadeiras vazias.

Resta provado, inclusive com documentação, que o estoque de sangue do Hemosc não é menor, hoje, do que era no último dia antes de começar a greve.

Mas os meios de comunicação continuam dizendo isso e o Hemosc tem sido o centro do debate dessa greve.

E aí, srs. deputados, cabe uma reflexão específica: por que isso? Será porque o Hemosc é administrado por uma organização social? Será porque outros interesses políticos e maiores estejam mais evidentes naquele estabelecimento? Porque o fato é que o Hemosc não parou de coletar e distribuir sangue.

A greve leva talvez à necessidade de uma reflexão a respeito da forma como é feito, evidentemente que com muita excelência do ponto de vista técnico, esse trabalho do Hemosc catarinense, cujos servidores merecem aplausos. Mas a forma de administração e a mentalidade de administração, através de uma organização social, é que de repente pode estar em xeque ou não querendo que as coisas sejam debatidas. Como também ficou comprovado que não foi um servidor daquela casa que enviou mensagem eletrônica para doadores e isso tudo foi informado e a imprensa divulgou.

O fato é que é uma greve muito forte, que foi motivada porque há 20 anos o governo está usando a hora extra de milhares de servidores, uma vez que diminuiu a quantidade de recursos investidos nos serviços essenciais, inclusive na Saúde, e porque houve uma contratação menor de servidores do que a necessidade.

Ao longo de 20 anos ou mais, em vez de reajustar o salário de forma minimamente digna, os governos trabalharam na perspectiva de valorizar a hora plantão ou hora extra, como queiram. Mas de uma hora para outra, o governo diz que foram contratados 300 servidores, que faltam dois mil e que irá cortar a hora plantão dos atuais servidores.

Ora, cortar hora plantão é cortar salário, o que, em alguns casos, chega até 75% do salário. E evidentemente que contratando apenas 300 ou 600 servidores, não suprirá a demanda.

Então, a categoria que estava lá, quieta trabalhando, cansada, ressuscitou e disse que queria também trabalhar apenas 30 horas semanais, ganhar um salário digno e que o governo faça mais concurso e contrate mais servidores. Portanto, querem que o governo lhes dê uma gratificação para compensar aquilo que trabalharam além das 30 horas semanais.

O governo provocou a greve com uma atitude impensada. E a greve começou, foi suspensa por 15 dias a pedido do governo, mas a proposta apresentada pelo governo foi uma ofensa aos servidores, porque a proposta de aumentar qualquer centavo no salário passa por abandonar as 30 horas semanais e voltar a ter uma jornada de 42 horas semanais. Isso está sendo defendido pelos diretores dos hospitais e teve a repulsa imediata dos servidores.

Os servidores estavam fazendo um esforço enorme e para cumprir a determinação judicial, exarada logo nos primeiros dias da greve, de manter pelo menos 70% do serviço funcionando. A legislação diz que 30% dos serviços essenciais precisam ser mantidos,

deputado Neodi Saretta, mas a decisão judicial determinou que devesse funcionar 70% e não 30%.

Mas agora, no Dia das Almas, em regime de plantão - aliás, essas decisões judiciais acontecem sempre em regime de plantão, talvez porque os titulares não queiram colocar a sua assinatura em algumas coisas que o governo pede -, uma nova liminar determinou que os servidores em greve precisam ficar a pelo menos 200m das unidades hospitalares.

Ora, não precisa ser um especialista e nem trabalhar na Saúde para saber que uma das duas decisões não dá para cumprir. Se cumprirmos a referente aos 70%, terão que ficar lá dentro ou muito próximo do hospital, inclusive para fazer o revezamento e garantir que nenhuma pessoa tenha a saúde prejudicada ou venha a óbito por falta de atendimento. Com relação à última determinação judicial, a dos 200m, não há como fazer isso.

Até hoje a segurança da saúde da população catarinense está sendo garantida porque os trabalhadores grevistas garantem isso, pois conhecem sua responsabilidade. Agora, a decisão da desembargadora substituta, proferida em regime de plantão no Dia das Almas, diz que eles têm que ficar a 200m do hospital.

Quem pediu, participou e assinou e também quem instruiu isso, participou de uma decisão - e não me ocorre outra palavra a não ser esta - insana. É uma insanidade e uma irresponsabilidade! Vai parecer mais ainda para a população que a saúde está em greve, se forem cumprir essa última liminar.

Além disso, se os servidores tiverem que cumprir essa segunda determinação judicial, a primeira ficará prejudicada. E aí, sim, os diretores e meia dúzia talvez de terceirizados, estagiários e médicos, apenas eles, terão que dar conta de todo o serviço dos hospitais. Cumprir a última determinação judicial é uma irresponsabilidade, inclusive, a vida das pessoas que chegam à emergência corre sério risco.

Então, a política é tentarem aniquilar a greve antes que o governador Raimundo Colombo tenha que voltar para Santa Catarina, porque uma hora ele vai ter que voltar. Dizem que é na semana que vem. Viajou por 15 dias no meio de uma greve da Saúde, quando sempre disse nos comícios que essa área era prioritária.

A verdade, srs. deputados, é que a última decisão judicial acabou irritando os servidores e fortalecendo ainda mais a greve. Essa é a avaliação da noite de ontem e da manhã de hoje. Por isso, a greve está forte. Os servidores vão manter a greve até o governador voltar, a não ser que a viagem se prolongue e ele passe lá pelos Estados Unidos onde não pausa e não decola nada.

É preciso que as autoridades pensem com racionalidade e com humanidade acerca de uma decisão pacífica para esse conflito.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Antônio Aguiar, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente, srs. deputados, comunidade catarinense, ontem, precisamente às 14h, no Teatro Pedro Ivo Campos, no Centro Administrativo, tivemos uma grande homenagem aos servidores do estado de Santa

Catarina, com a outorga de uma medalha que leva o nome de uma grande servidora pública, Alice Petrelli, mãe do empresário Mário Petrelli, que fez um discurso importante mostrando o valor do servidor público.

Temos certeza de que os servidores públicos que lá estiveram, especialmente o da cidade de Canoinhas, funcionário Amoresc, que foi homenageado e em quem tive a honra de colocar a medalha, juntamente com o governador em exercício Eduardo Pinho Moreira, saíram extremamente felizes. O teatro estava lotado de pessoas que lá foram prestigiar os servidores públicos que receberam uma merecida homenagem. Estava presente o secretário Milton Martini, que organizou muito bem aquele grande evento.

Então, parabéns ao secretário Milton Martini, ao governador em exercício, Eduardo Pinho Moreira, e o nosso especial abraço a todos os servidores públicos do estado de Santa Catarina. Acho importante esse tipo de manifestação, porque hoje a imprensa só noticia fatos negativos sobre o serviço público, fatos que geram polêmica, mas temos que falar também das coisas boas, como aquelas pessoas que trabalharam 30, 35 anos servindo à comunidade catarinense. Muitos funcionários trabalham até fora do horário de expediente, fazendo com que o seu trabalho se torne um ato de amor. Ouvimos, inclusive, depoimentos muito importantes de homenageados.

Mas quero dizer, sr. presidente, que o planalto norte vive um momento de apreensão, porque vê a instalação de indústrias no litoral, enquanto aquela região é esquecida. Estava para ser implantada uma agroindústria nas cidades de Mafra e de Canoinhas, mas não deu em nada.

Por isso, estamos esperando que o governo do estado tome uma posição com relação àquela região, que tem um bolsão de miséria ao longo da BR-116, que começa em Lages e vai até Porto União. Queremos que seja feita uma legislação que crie percentuais diferenciados de impostos para a nossa região, a fim de que indústrias lá se instalem. Estamos esperando há mais dez anos e nada tem acontecido, sr. presidente. Queremos providências do governo do estado com relação ao crescimento e desenvolvimento do planalto norte.

Essa nossa manifestação é de preocupação com o planalto norte, com a nossa gente, com a nossa terra. Quando transitamos pela BR-101, ao lado de Barra Velha, Joinville, Araquari e São Francisco do Sul, vemos indústrias e mais indústrias se instalando. E parabenizamos o governo de Santa Catarina por isso, principalmente pela vinda da BMW, uma indústria de primeira linha, porque isso faz a diferença para o Brasil e nosso estado se sente honrado em receber um grande investimento.

No entanto, sr. presidente, queremos que os investimentos cheguem também até o planalto norte, que está precisando de medidas urgentes para o seu desenvolvimento, que neste momento está tolhido. É preciso que seja aproveitada a nossa vocação industrial, a nossa capacidade na agricultura, na produção de grãos para sustentar as agroindústrias. Temos certeza de que o governador Raimundo Colombo, que neste momento está no Japão e depois vai à China, fará as tratativas da vinda de novas indústrias para a nossa região. Sabemos que Lages é importante, sabemos que Joinville é importante, mas esperamos que o planalto norte, Canoinhas, Mafra, São Bento do Sul, Rio Negrinho, Campo Alegre, Bela Vista do Toldo, Três Barras, Major Vieira, Irineópolis, Porto União, Papanduva, Monte Castelo,

Itaiópolis, Santa Terezinha e assim por diante, seja beneficiado por essa viagem do governador.

Era o que tínhamos a dizer, sr. presidente,

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Maurício Eskudlark.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, em primeiro lugar quero registrar a presença, nesta Casa, de Décio Schneider, jornalista e proprietário do jornal *Cedrense*, o que para nós é uma satisfação.

Em segundo lugar, quero parabenizar o deputado Antônio Aguiar pelo pronunciamento. Nós, dias atrás, falamos dessa tribuna sobre algumas diferenças fiscais que existem no estado. E conversando com o ex-secretário da Fazenda, Antônio Gavazzoni, hoje presidente da Celesc, ele disse que existem alguns benefícios fiscais maiores do que, por exemplo, no estado do Paraná. Mas a energia elétrica no estado de Santa Catarina está mais cara neste momento.

Então, foi bem abordado o tema e parabéns ao deputado Antônio Aguiar. Mas essa é uma questão para ser discutida em nível de governo de estado.

Obrigado, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Obrigado, deputado Maurício Eskudlark.

Com a palavra o sr. deputado Sandro Silva, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SANDRO SILVA - Sr. presidente, deputado Moacir Sopelsa, srs. deputados, sras. deputadas, pessoas que nos acompanham pela TVAL e pela Rádio AleSc Digital, quero falar um pouco sobre o trabalho que a comissão de Defesa da Criança e do Adolescente vem fazendo e que tem sido uma grata surpresa para mim dela participar, porque não imaginava a sua abrangência. Na verdade, desde sua instituição ela tem um grande trabalho a cumprir.

Durante o tempo em que foi construída foram trazidos à comissão representantes do Conselho Regional de Contabilidade, sendo que na última reunião recebemos o padre Luís Antônio Caon, presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, para falar um pouco sobre o Fundo da Infância e da Adolescência, que por enquanto está sendo subutilizado e que precisa ser implementado, precisa ter os seus recursos incrementados, para que os projetos de entidades sociais possam ser contemplados, para que as crianças que não tenham onde ficar no tempo ocioso, no contraturno da escola possam ser atendidas.

Tenho dito nas reuniões que a propaganda do fundo é o próprio fundo, são os projetos que o fundo vai contemplar. Porque a partir do momento em que as empresas que alocarem recursos no fundo para contemplar projetos sociais, esportivos, culturais destinados a crianças e adolescentes verem que estão dando certo, estão dando bons frutos, mais recursos serão doados, principalmente através do Imposto de Renda.

O presidente da comissão, deputado Serafim Venzon, vem fazendo um belo trabalho à frente desse projeto, incentivando os membros da comissão e fazendo com que

tenhamos essa noção clara, assim como esta Casa e toda sociedade catarinense.

Trabalhei em um projeto em Joinville, no qual percebemos claramente a importância da ocupação do tempo ocioso das crianças e dos adolescentes. E isso custa muito pouco, mas para o poder público muitas vezes custa mais caro, porque precisa montar a infraestrutura, contratar pessoal, ao contrário de muitos projetos sociais, que somente com algumas bolas e coletes conseguem atender a mais crianças de forma muito mais barata. Então, esses recursos precisam ir para aquelas entidades sociais que se dedicam a ocupar o tempo ocioso das crianças e dos adolescentes.

Temos falado muito também nas reuniões que tanto a Assembleia Legislativa, a comissão de Defesa da Criança e do Adolescente, o Conselho Regional de Contabilidade e o Conselho da Criança e do Adolescente precisam fazer uma ampla divulgação quando da declaração de Imposto de Renda, para que as pessoas possam investir parte dos seus recursos nas entidades sociais, pois este dinheiro, de qualquer forma, iria para a Receita Federal. E assim poderíamos ficar no estado de forma direta, porque hoje existe a possibilidade de a empresa escolher os projetos indicados pelo fundo. Então, podem contribuir com aqueles projetos que já conhecem, ou já ouviram falar. Mas é preciso fazer uma ampla divulgação sobre o assunto.

Essa destinação do dinheiro é importante, porque todos os dias em nosso estado milhares de crianças ficam ao deus-dará. Vão para a escola de manhã ou à tarde e no outro período acabam ficando sem ter o que fazer. Muitas crianças acabam ficando sem o pai ou a mãe em casa, e fica, por exemplo, um irmão de 11 anos cuidando do irmão de oito anos, enfim, uma criança cuidando da outra, por falta de creche.

Então, precisamos tirar essas crianças dessa condição de risco e colocá-las em algum lugar que dê algum futuro a elas, alguma formação, e ocupar seu tempo ocioso. Porque a criança que está em casa, sozinha, durante o dia, sem o cuidado do pai, da mãe ou de uma pessoa responsável, acaba ficando sujeita a entrar na marginalidade, no mundo das drogas. E isso tudo acaba refletindo no próprio poder público, porque são ações socioeducativas que precisam ser aplicadas na adolescência e na vida adulta também.

Então, no projeto que tínhamos em Joinville gastávamos em média R\$ 5 para atender a essas crianças. E querendo ou não hoje, para ser um pouco mais dramático, um cidadão preso acaba custando mais de R\$ 1 para o poder público. É muito mais fácil cuidar e investir na criança, apoiar iniciativas que visem cuidar da criança e do adolescente do que depois ter que desenvolver projetos de correção, que nem sempre dão certo.

Em um estado que tem esse espírito do voluntariado como Santa Catarina, nada mais justo do que instituições como o Conselho Estadual da Criança e do Adolescente, como a comissão da Defesa da Criança e do Adolescente, recém-criada, ajudem e apoiem quem quer, por conta própria e de forma voluntária, colaborar com o cuidado das nossas crianças, pois dessa forma estarão ajudando a construir o nosso futuro, a formar grandes empresários, grandes atletas e bons cidadãos para a nossa sociedade.

Então, gostaria de parabenizar, em nome do nosso presidente, deputado Serafim Venzon, todas as pessoas que têm feito, de alguma forma, bem à nossa sociedade e desejar que tanto o poder público quanto o

Fundo da Infância e Adolescência possam voltar-se a esses projetos.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Venzon) - Muito obrigado, deputado Sandro Silva. Com a palavra a sra. Ana Paula Lima, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Muito obrigada, sr. presidente, deputado Moacir Sopelsa, srs. deputados, público que nos assiste pela TVAL e que nos ouve pela Rádio AleSc Digital, o que me traz à tribuna na tarde desta terça-feira é um projeto do governo federal, chamado *Caminho da Escola*. Trata-se de uma iniciativa que dá oportunidade para os estados da nossa federação e para os municípios de todo o Brasil de adquirirem o transporte escolar para possibilitar a nossa criança e ao nosso adolescente o acesso à escola, diminuindo assim a evasão escolar. (Passa a ler.)

“Como dizia Paulo Freire: ‘Se a educação sozinha não pode transformar a sociedade, tampouco sem ela a sociedade muda.’ Essa frase do educador Paulo Freire nos convida a uma profunda convicção acerca da importância da educação na vida de um povo, da sociedade e do mundo.

É somente através dos bancos escolares que as nossas crianças estarão aptas a crescerem, não apenas em tamanho, mas principalmente, intelecto.

Com essa visão de que a educação é o caminho para um futuro de transformações, o governo federal lançou, em 2007, ainda no governo do ex-presidente Lula, um programa para garantir a presença da criança e do nosso adolescente nas salas de aula de todos os municípios do nosso país, chamado *Caminho da Escola*.

Esse programa tem como objetivo a renovação da frota de veículos escolares, além de oportunizar outros meios de transporte para que as nossas crianças possam chegar à escola, como bicicletas, implantadas em 2010, e embarcações, iniciada em 2011.

Com esses reforços no transporte escolar estaremos garantindo segurança e qualidade no traslado dos estudantes; contribuindo para a redução da evasão escolar, que é uma preocupação constante da nossa presidenta Dilma Rousseff.

Ampliando, também, por meio do transporte diário, o acesso e a permanência na escola dos estudantes matriculados na educação básica.

O programa também tem como premissa a padronização dos veículos de transporte escolar, a redução dos preços dos veículos e o aumento da transparência nessas aquisições.

O Caminho da Escola consiste na aquisição, por meio de pregão eletrônico para registro de preços, realizado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE -, de veículos padronizados para o transporte escolar.

Os estados, a exemplo do nosso estado, e os municípios podem participar do programa de três formas: através de recursos próprios, bastando aderir ao pregão, via convênio firmado com o FNDE; ou por meio de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES -, que disponibiliza linha de crédito especial para a aquisição de ônibus, bicicletas e embarcações novas.

Para complementar o caminho da escola, foi criado o Programa Nacional de Apoio

ao Transporte Escolar - Phate. Esse programa destina recursos ao custeio de despesas com os transportes escolares como reformas, seguros, licenciamentos, impostos e taxas, pneus, serviços de mecânica, elétrica e funilaria, recuperação dos assentos dos ônibus, combustível e lubrificantes dos veículos ou da embarcação utilizada para o transporte de alunos. Abrange também para o pagamento de serviços contratados junto a terceiros para o transporte escolar."

É um programa grandioso, completo, que pode ser aderido com diversas parcerias.

(Continua lendo.)

"Os investimentos do programa Caminho da Escola têm sido significativos para muitos municípios catarinenses. Desde 2008, quando foram realizadas as primeiras licitações para a aquisição de veículos escolares, foram entregues 15.133 ônibus, 113.086 bicicletas e 677 embarcações (produzidas pela Marinha) em todo país.

Somente em 2011, os investimentos no Caminho da Escola totalizaram R\$ 380 milhões. Para este ano de 2012, recursos devem fechar em mais de R\$ 858 milhões, sendo R\$ 600 milhões para a aquisição de três mil ônibus escolares; R\$ 62,6 milhões para a aquisição de novas bicicletas e capacetes e R\$ 196 milhões para a aquisição de lanchas escolares.

Segundo dados do ministério da Educação, em Santa Catarina o programa Caminho da Escola já contemplou o estado, de fevereiro de 2008 a maio de 2012, com 654 ônibus no valor de mais de R\$ 111 milhões, e 887 bicicletas com recursos da ordem de R\$ 235 mil.

Além desses, um total de 133 municípios catarinenses foram selecionados, através de emenda parlamentar da bancada de deputados e senadores de Santa Catarina no Congresso Nacional, coordenada pelo deputado Décio Lima, para receber ônibus do programa Caminho da Escola.

Esses ônibus já estão no estado, no pátio do DNIT - Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes -, em São José, na Grande Florianópolis, aguardando o cronograma de entrega aos municípios, que será coordenado pelo governo do estado." Mas foram emendas parlamentares do Fórum Catarinense.

(Continua lendo.)

"Diante de tamanhos investimentos para que as nossas crianças do estado de Santa Catarina possam chegar até a escola, temos a plena certeza da importância da educação no governo da presidenta Dilma Rousseff, não somente através do programa Caminho da Escola, mas de tantos outros que estão sendo desenvolvidos pelo governo federal." Basta apenas os municípios catarinenses e o governo do estado acertarem e fazerem esses convênios.

(Continua lendo.)

"Somente através da educação, srs. parlamentares, é que será possível propiciar um futuro com desenvolvimento pleno, focado no crescimento sustentável e nas transformações que a nossa sociedade tanto anseia." É através da educação que isso vai acontecer. Para isso nós precisamos, sim, buscar esses investimentos determinados pelo governo federal para facilitar que a nossa criança vá para a escola através do programa Caminhos da Escola.

Era isto o que eu tinha a relatar, sr. presidente.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Ana Paula Lima

Passaremos ao horário destinado aos Partidos Políticos. Hoje, quinta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o deputado Sargento Amauri Soares, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, todos que nos acompanham pela TVAL e pela Rádio Digital, todos que estão aqui presentes acompanhando esta sessão, quero, antes de mais nada, falar dessa moda, dessa onda de atentados contra servidores da segurança pública, ou os estabelecimentos da segurança pública.

Tivemos, e disso já falamos há uns dez dias, o assassinato da agente prisional Deise, esposa do diretor da penitenciária de São Pedro de Alcântara; tivemos a mobilização dos servidores do sistema prisional e de outros tantos servidores da segurança pública, policiais civis, militares e bombeiros, na busca e na tentativa de encontrar os autores do crime.

Também um policial civil, na semana passada, foi alvejado por arma de fogo no norte da ilha de Florianópolis, quando ia entregar uma intimação. E nos últimos dias, tivemos 15 disparos de armas de fogo contra uma base da Polícia Militar numa comunidade de Florianópolis, parte continental, Vila Aparecida.

Evidentemente que o estado precisa tomar uma posição com relação a isso. E já temos debatido aqui nesta tribuna a necessidade de uma posição mais firme das instituições responsáveis. Isso passa, evidentemente, por uma reflexão a respeito da legislação federal, a legislação penal e de processos penais, que são leis federais. Precisamos debater sobre tudo isso, além da estrutura aqui em Santa Catarina também.

Ao contrário do que se tem proposto no Congresso Nacional, o abrandamento e o relaxamento das penas, é preciso agir no sentido contrário. É preciso que a legislação seja mais forte e, principalmente, mais eficaz. Não defendo, e todos aqui conhecem a minha posição, nenhuma política truculenta por parte do estado com relação a nenhum ser humano ou qualquer segmento da sociedade.

No entanto, é preciso que o estado dê a resposta adequada à sociedade brasileira, ou então daqui a pouco, deputado Dirceu Dresch, o primeiro fascista aventureiro que passar por aí ganha as eleições no Brasil, porque a população está apavorada com o crescimento da criminalidade. Então, é preciso discutir uma eficácia maior das leis e uma eficácia maior dos poderes instituídos, do poder Judiciário, das instituições de segurança, federais e estaduais. Do contrário, podemos mergulhar numa situação de barbárie social ainda maior do que a que vivemos hoje. E essa é uma reflexão que precisamos fazer com mais tempo neste Parlamento.

Quero ainda, sr. presidente Moacir Sopelsa que preside esta sessão, falar de algumas notícias dos jornais, principalmente dos colonistas políticos de hoje, dando conta de que este parlamentar indicou o novo superintendente do ministério do Trabalho e Emprego aqui em Santa Catarina.

Nessa questão também prevalece aquele ditado popular que diz que o papagaio come milho e o periquito leva a fama. E nesse caso eu sou o periquito. Estou levando a fama por uma posição que não foi minha. Quem

indicou Giovan Nardelli para este cargo junto ao ministério do Trabalho, aqui em Santa Catarina foi Hilário Carlos Scherner. E os dois, coincidência ou não, trabalham no nosso gabinete. Então, daí a dedução de que tenha sido uma indicação nossa. Evidentemente que alguns meses atrás o ministro do Trabalho, Brizola Neto, convidou-me para uma visita até o ministério e perguntou sobre isso, perguntou sobre a pessoa que pretendia nomear, porque a indicação ele já tinha. Repito, não foi indicação da minha iniciativa, mas evidentemente falei da capacidade de trabalho, da competência técnica desse cidadão, inclusive da sua honestidade e do posicionamento trabalhista e brizolista que tem tido. Então, essa foi a minha participação na indicação.

Sobre outras questões, digo que são relações internas no PDT de 30 anos atrás. Inclusive do ex-marido da presidente Dilma Rousseff, que é pedetista e que evidentemente conhece as lideranças do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina e do Brasil há mais tempo e melhor do que eu, de Santa Catarina em especial.

Então, existem questões que vêm lá do passado, não é uma questão momentânea. A nossa relação continuará sendo a mesma, os nossos posicionamentos políticos com relação à política do governo estadual e federal também.

Mais uma vez quero ressaltar que estou levando a fama por uma coisa que não fiz, não que a situação me desgoste, mas o fato é que a minha participação foi bem menor do que os meios de comunicação estão dizendo.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos pertencem ao PP.

Com a palavra o deputado Valmir Comin, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Sr. presidente, srs. deputados, será que é a era Brizola que está voltando a imperar no país, deputado Sargento Amauri Soares? Mas é uma decisão política. E toda a decisão política precisa ser respeitada. É evidente que toda decisão deve ter uma motivação.

Sr. presidente, faço uso da tribuna para novamente falar sobre a preocupação com o agronegócio, principalmente com as empresas que estão localizadas do eixo do norte de Santa Catarina para baixo, principalmente o sul. Não obstante, também as demais regiões do estado, em função da matéria prima, do insumo básico para a produção de aves, suínos etc., que é a ração, estão na mesma situação, dada a distância do centro-oeste do país e a escolha de um modal equivocado, ultrapassado, pela omissão de vários governos - e falo aqui de governos de direita, de centro, de esquerda, de centro-esquerda, de centro-direita - ao longo de décadas, tanto na esfera estadual quanto federal, o que motivou essa situação e causou a desindustrialização das empresas catarinenses, até em virtude de uma concorrência absolutamente desleal.

Ficamos sabendo, através dos jornais, sobre a venda da Agrovêneta, que ocorreu basicamente em função da sua dívida. Os proprietários são pessoas de bem, pessoas idôneas, que sempre procuraram honrar seus compromissos, mas que foram obrigados a tomar uma posição e declinar de um sonho, espero que temporariamente, para evitar inúmeros desempregos na região sul.



Deputado Silvio Dreveck, em 1980 o PIB brasileiro era idêntico ao PIB chinês. Hoje, no entanto, a China cresce de 10% a 10,7% ao ano. E nós reprimidos e com uma diversidade e um comparativo que não tem precedente, um país com uma dimensão continental como o nosso, com o solo, com o clima favorável que a providência divina nos concedeu, se comparado ao clima e ao território chinês...

No entanto, eles tiveram uma visão macro de esquecer o individualismo e atacar no coletivo, talvez até pela dificuldade e pela morte em massa que tiveram, de mais de 20 milhões de chineses, por consequência da falta de alimentos. Tomaram uma iniciativa, tiveram vontade política, onde o estado faz a frente, capitaneia o processo e por consequência a parceria com a iniciativa privada, que faz, e com muita propriedade, a sua parte, quando o ente público não atrapalha.

Infelizmente, com a legislação que estamos vivendo, emperrando cada vez mais, engessando cada vez mais, sem critério, sem definições, sem propósitos específicos, e um país que se coloca na condição de um país emergente, - como é a China, como é a Índia, a própria Rússia e a África do Sul, e isso tivemos a oportunidade de visualizar na conferência dos BRICS, na China -, que é o país das oportunidades, mas que ao mesmo tempo não dá segurança jurídica para que o investidor possa vir aqui se estabelecer e prospectar os seus negócios.

O exemplo foi o investimento do Eike Batista, recentemente. Por que aqui não pode, mas no Rio de Janeiro pode? Afinal de contas, o que está por trás disso? Quantos milhares de empregos deixaram de se desencadear, com capacidade técnica, com qualificação, com remuneração à altura, digna de um ser humano que estudou a vida toda para buscar os seus conhecimentos e aplicá-lo na prática?

Realmente é muito lamentável, e espero que efetivamente o governo do estado possa promover e fazer a sua parte, principalmente agora, com essa injeção de investimentos, que não é dinheiro a fundo perdido, muito pelo contrário. São recursos à base de financiamento, é bem verdade, de médio e longo prazo e com juro acessível, mas que não chega, nem de longe, muito menos perto, aos investimentos e aos impostos que o cidadão catarinense destinou através do seu trabalho, da sua labuta, para os cofres da união.

Nos últimos quatro anos R\$ 52 bilhões foram para os cofres da união, deputado Moacir Sopelsa. E, no entanto, o que vem de contrapartida? Um estado eminentemente exportador, eu não digo que deveria ter um tratamento diferenciado, mas que pelo menos a recíproca fosse verdadeira e que essa condição fosse dada ao estado de Santa Catarina.

Espero que, nas quatro vigas propulsoras desse estado, saúde, segurança, ação social e infraestrutura, possam esses investimentos proporcionar o aporte de um projeto que deverá ser apreciado e aprovado pelos 40 deputados.

Espero que possamos realmente fazer o melhor proveito, a melhor aplicação, dentro de um destino, com um propósito específico, um planejamento de médio e longo prazo, para com certeza dar condições de competitividade às indústrias catarinenses.

Tenho dito sempre, sr. presidente, que todo grande foi pequeno um dia, e não podemos deixar passar despercebida a micro, a média e também a grande empresa.

Por essa razão, vejo um momento muito oportuno e vejo com muita expectativa essa grande oportunidade que Santa Catarina tem para poder prospectar os seus negócios.

Era isso, sr. presidente, srs. deputados.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Valmir Comin.

Convido a deputada Ana Paula Lima para presidir a sessão, pois irei fazer uso da palavra.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o deputado Moacir Sopelsa por até 12 minutos.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Muito obrigado, sr. presidente, srs. e sras. deputadas, não estava previsto eu fazer uso desse horário, mas os pronunciamentos hoje dos deputados Valmir Comin, Silvio Dreveck e Antônio Aguiar me fizeram vir aqui também testemunhar sobre a questão do agronegócio em Santa Catarina.

Não faz muitos dias, deputado Comin, que nós falávamos que, se não fossem tomadas medidas fortes, deputada Ana Paula, na questão de infraestrutura e de abastecimento de milho e soja, em nossas agroindústrias, iniciariamos o ano perdendo os produtores independentes, que por falta de condições diminuíram seus plantéis e fecharam seus estabelecimentos. Perdemos agora os produtores e com o passar dos dias vamos perder as nossas agroindústrias.

Analisando o agronegócio que se construiu em Santa Catarina, nos últimos 50 anos, vimos que é exemplo para o nosso país e para o mundo. Somos um estado pequeno que tem um pouquinho mais do que 1.12% do território brasileiro e é o quinto produtor de alimentos do país. Isso, deputado Dado Cherem, significa que uma pequena propriedade, menos de dez hectares, se transforma numa grande produtora de carne e de alimentos.

Primeiramente, vimos a fusão da Sadia com a Perdigão, depois fomos vendo pequenas indústrias fechando por falta de infraestrutura, e agora estamos vendo, como disse o deputado Valmir Comin, uma indústria como a Agrovêneta, uma família que sempre procurou com a tradição de seu trabalho cumprir com os seus compromissos, hoje, são obrigados a se desfazerem de seu patrimônio para cumprirem com os seus deveres e obrigações.

Temos notícias de que muitas outras agroindústrias que têm um abate de 100 mil, 150 mil abates de aves por dia, se não encontrarem uma forma de abastecimento de milho e de soja, também irão abandonar suas atividades.

Tive a felicidade, na companhia de outro parlamentar nosso, o deputado Reno Caramori, de acompanhar, deputada Dirce Heiderscheidt, uma missão das cooperativas à Europa.

Tive a felicidade, deputado Dado Cherem, de participar em Paris de uma das maiores feiras do mundo de alimentos. Lá pude ver a presença senão de 100% ou de mais de 99% dos países com mais de 6.000 indústrias, como também a visitação de mais de 100.000 pessoas, onde grandes negócios são efetuados. Vimos mais uma vez a presença do

Brasil, das nossas indústrias, dos nossos empresários, mas sentimos a falta de estrutura para bancar as nossas exportações, para produzir de forma a competir com os países que fazem frente hoje ao Brasil na questão do agronegócio.

A apresentação de seus produtos, o incentivo dos seus governos na grande maioria da Europa, um produtor de leite, como exemplo, possui em sua propriedade o incentivo em cada vaca alojada de mil euros, ou seja, transformados em nossa moeda equivalem em torno de R\$ 2.500,00, R\$ 2.600,00 de incentivo para produzir, enquanto vemos o nosso produtor, o produtor brasileiro, recebendo isso e, às vezes, nem alcança esse valor com o produtor que colhe, que tira dessa vaca e que é comercializado.

São produtores brasileiros persistentes, são indústrias brasileiras persistentes, mas não sei até quando terão paciência, até quando terão vontade para sobreviver à política agrícola que ainda não conseguimos implantar em nosso país dando segurança para nosso agricultor e dando segurança para as nossas indústrias.

Não quero aqui criticar o produtor de milho nem produtor de soja, pois o produtor de milho e o produtor de soja também precisam ter lucro na sua atividade, mas não é suportável, e ninguém vai sustentar a produção agrícola de carnes tanto de suínos quanto de aves, a produção de leite e a produção de carne bovina, enquanto tivermos o preço do milho acima dos R\$ 30,00 a saca, o farelo de soja acima de R\$ 800,00 a tonelada.

O milho e a soja são os produtos mais importantes para a alimentação dessas espécies, e se não tivermos infraestrutura para fazer com que esses produtos venham dos centros mais produtores onde se produz com menos custos, com menos preços para sustentar a nossa agricultura de Santa Catarina, vamos perder aquilo que disse no início da minha fala, aquilo que construímos num modelo exemplar para o mundo todo, o nosso agronegócio em Santa Catarina, onde já tivemos mais de 150 mil famílias, deputado Joares Ponticelli, que trabalhavam nessa atividade no campo. Na suinocultura eram mais de 40 mil, e hoje, talvez, não sejamos mais do que 15 mil ou 20 mil. Essas pessoas deixaram de estar no campo e vieram para a cidade, muitas delas aumentaram o volume das favelas, muitos desses agricultores, hoje, quem sabe, estão envolvidos com o tráfico de drogas.

Portanto, devemos buscar uma solução para esse setor e atendimento a essas pessoas, que custa muito mais barato lá no campo do que aqui na cidade, pois lá produziram alimentos e aqui nos grandes centros têm dificuldade para conseguir um emprego.

O governo federal precisa rever a política de um estado do porte de Santa Catarina, que tem trabalhadores de qualidade, e oferecer essa segurança ao produtor, dando incentivo e apoio à agroindústria. Hoje, dentre indústrias familiares e grandes indústrias, há mais de 500, mas amanhã poderão existir quatro ou cinco, e estaremos perdendo aquilo que construímos com o trabalho, o mérito e a especialidade tanto da indústria quanto do trabalhador.

O governo federal precisa olhar para esse setor se quisermos manter a qualidade de vida que Santa Catarina possui; precisa assegurar a permanência do nosso homem no campo, a diversificação das indústrias e da agricultura. Não tenho nenhuma dúvida de que sem isso estaremos aumentando o

desemprego, os crimes, as favelas. Se não investirmos em alimento, trabalho, educação e saúde, precisaremos aumentar cada vez mais o número de presídios.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Pois não!

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Deputado, quero fazer um aparte à sua fala para cumprimentá-lo por essa preocupação com a agricultura, com a produção de suínos. Isso nos motiva sempre mais a estarmos lutando pela infraestrutura, pelas ferrovias. Inclusive hoje pela manhã tivemos a confirmação de uma audiência com o ministro do Parlasul para discutir esse tema também aqui em Santa Catarina, que nos interessa muito.

Este estado tem a vocação da produção de carnes e precisamos de fato, coletivamente, enfrentar esse debate, para que não aconteça como em outras áreas, o caso do leite, também da suinocultura. Precisamos olhar para frente e prevenir os agricultores para que não aconteça com eles o que ocorreu com os suinocultores.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Muito obrigado!

Santa Catarina é um estado privilegiado. Quando os empresários escolheram este estado para operar foi porque tínhamos os melhores trabalhadores, os nossos agricultores.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Ainda dentro do horário destinado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o deputado Dado Cherem, por oito minutos.

O SR. DEPUTADO DADO CHEREM - Sr. presidente, quero anunciar o meu retorno a esta Casa depois de 60 dias afastado, cumprimentando-o em nome dos vitoriosos dessa eleição, e quando digo vitoriosos falo daqueles que tiveram a vontade, a missão partidária e a coragem de disputar a eleição para prefeito em 2012.

Considero essa uma das eleições mais difíceis disputadas nos últimos anos pela mudança político-cultural que nos deparamos e pela nova mensagem do eleitor. Assim, parabeno todos os deputados desta Casa que disputaram essa eleição, eleitos ou não, que tiveram a coragem de participar desse processo eleitoral tão emocionante.

Quero saudar os senhores deputados e as senhoras deputadas presentes na Casa e também fazer uma manifestação, como líder do PSDB, no sentido de fazer a grande pergunta: Quem ganhou esta eleição?

Essa é a grande pergunta que quero fazer a todos os deputados e às senhoras deputadas. Ou na verdade: Quem perdeu essa eleição? Essa é a reflexão que trago para tarde de hoje, no meu retorno à Assembleia.

O PSDB, srs. deputados e sras. deputadas, elegeu no Brasil 702 prefeitos. Tínhamos 791, elegemos 702 depois de praticamente 12 anos fora do poder central. Tínhamos 13 prefeituras nas capitais ou nos municípios acima de 200 mil eleitores, passamos para 15, aumentamos o número de nossos prefeitos acima de 200 mil eleitores ou dos prefeitos da capital.

Vamos administrar um contingente de 16 milhões de eleitores neste país. E volto a frisar, deputado Silvio Dreveck, para quem está há 12 anos fora do poder central, estamos ali como único partido de oposição junto com o

DEM, mas mantendo a dignidade partidária, mantendo no dia a dia a sua luta, na sua crença ideológica, com os nossos guerreiros, sejam vereadores, sejam candidatos a prefeitos, num momento de uma transformação política muito forte, num momento de uma transformação de comunicação, onde as pessoas tenham acesso à informação a cada segundo, a cada minuto. E o PSDB continua forte e firme, apesar de todas as dificuldades.

Em Santa Catarina, deputado Joares Ponticelli, passamos de 703 mil votos para quase 750 mil votos. Um crescimento significativo para quem olha o PSDB com outros olhos. Mas quero fazer a reflexão de onde quero chegar. E, deputado Dirceu Dresch, não vou apontar o dedo para nenhum partido político, e ora o seu partido é o detentor do poder central. Amanhã poderá ser o PSDB, depois de amanhã poderá ser o PMDB, mas a constatação é uma só: dos dez maiores partidos vitoriosos, sete têm ligação com o poder central, e é onde quero chegar: à centralização e à força do poder central.

Não vou finalizar o debate apontando o partido político, porque ontem fomos nós, hoje é o PT e amanhã poderá ser o PMDB. Mas fica, aqui, deputado Joares Ponticelli, nós que estamos num trabalho muito grande de tentar sensibilizar o debate da reforma política, a reflexão que trago.

Na verdade, quem está perdendo o jogo não são os partidos políticos, é a autonomia dos municípios e do estado que está perdendo essas eleições, porque a cada dia que passa os partidos, as prefeituras têm mais necessidades, e o governo do estado não consegue mais atender às suas demandas, porque estão todos quebrados.

O governador Raimundo Colombo está fazendo a lição de casa, não tem um centavo para investir na melhora do salário dos funcionários ou de fazer investimentos nos municípios.

Então, essa centralização, sobre essa perda de autonomia dos municípios e dos estados é que temos que começar a refletir e provocar aquele debate que conheci lá em 2005, com Luiz Henrique da Silveira, quando falava do pacto federativo. Foi a primeira vez ouvi falar sobre o pacto federativo e a sua necessidade. E agora na prática, deputado Joares Ponticelli, deputada presidente Ana Paula Lima, estou convencido que é lá, nos municípios, que as coisas acontecem. E vou citar três exemplos emblemáticos, deputado. Quero começar com Camboriú, onde, ontem, ocorreu o 31º assassinato. naquela pequena cidade. E a prefeita com os olhos em lágrimas, com a voz embargada, telefonou-me, pela sua impotência de resolver os crimes naquela cidade. O segundo exemplo que eu vou citar é a minha cidade de Balneário Camboriú, onde o prefeito Edison Piriquito teve que criar uma guarda municipal, sem orçamento, para atender às demandas da sociedade. Mas teve que tirar a guarda municipal, porque a impotência chega aos cofres do prefeito. O terceiro exemplo é o prefeito Carlito Merss, de Joinville, que está passando um inferno com o Hospital Municipal São José que não consegue atender à demanda. Por quê? Por causa da centralização do poder. Se dessem condições para a prefeita Luzia, para o prefeito Piriquito, para o prefeito Carlito Merss, os três exemplos que estou citando, com certeza a situação do cidadão ou da cidadã desses municípios seria menos ruim, não sei se seria melhor, mas com certeza seria menos ruim.

Por isso, trago para esta Casa a necessidade de a partir intrinsecamente dos mandados dos vereadores, dos srs. prefeitos e

de nós, deputados estaduais, começarmos a debater mais firmemente sobre a necessidade do pacto federativo em relação àquele que tanto precisa, deputado Joares Ponticelli.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DADO CHEREM - Pois não!

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Deputado Dado Cherem, quero cumprimentá-lo pelo tema que aborda.

Quero estender o convite aos demais parlamentares para estarmos juntos na próxima segunda-feira e terça-feira em Brasília, aonde iremo-nos reunir para tratar, entre outros assuntos, a nossa diretoria, também da necessidade urgente da revisão do pacto federativo e, deputada Ana Paula Lima, da unificação das eleições no Brasil. Ninguém aguenta mais parar o Brasil de dois em dois anos para fazer eleições.

Então, a revisão contempla essa questão da unificação das eleições e de um novo momento que precisa construir. E certamente vamos debater muito durante essa semana e trazermos alguns encaminhamentos na próxima semana de Brasília.

O SR. DEPUTADO DADO CHEREM - Por isso, sra. presidente e demais deputados, vamos fazer o convite a todos, pois já tenho uma audiência confirmada com o senador Álvaro Dias, do PSDB do Paraná, com o senador Luiz Henrique e estou tentando também uma audiência com a ministra Ideli Salvatti, para convidá-los a fazer parte desse grande fórum.

Chego à conclusão, sra. presidente e srs. deputados, que na verdade se alguém comemorar vitória política nessas eleições, vai comemorar a vitória de Pirro, porque ninguém ganhou, e quem está perdendo é a sociedade brasileira.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Muito obrigada, deputado Dado Cherem.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o sr. deputado Dirceu Dresch, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sra. presidente, deputada Ana Paula Lima, que preside esta sessão, demais srs. deputados e todos que nos acompanham pela TVAL, os ouvintes da Rádio AleSC Digital, bem como os que nos visitam no dia de hoje, fizemos neste início de ano uma grande ação coletiva junto com os prefeitos. Foram movimentos sociais do nosso grande oeste, meio-oeste e parte da região do alto vale Itajaí, para buscarmos apoios, investimentos para amenizar o problema de nossas famílias, principalmente nossos agricultores atingidos pela estiagem.

Nos últimos dias, mais precisamente na semana passada em Chapecó, dia 29, ocorreu mais uma reunião com os municípios, quando foi anunciado o encaminhamento de mais de R\$ 17 milhões, principalmente em termos de política de perfuração de poços artesanais, sendo que são mais 120 municípios que serão atendidos, e os recursos, especialmente, provêm do ministério da Integração Nacional e também do Tesouro Nacional. Já tivemos a liberação de recursos no início do ano, e isso talvez tenha sido uma novidade, essa ação imediata do governo federal em socorrer o estado na questão da estiagem, principalmente os agricultores atingidos.

Temos esses encaminhamentos, e infelizmente as regras, a burocracia, demoram nessa liberação de recursos. Mas com certeza para as próximas estiagens que porventura aconteçam já temos uma política para amenizar esse impacto tão negativo.

Claro que uma das grandes preocupações que fica é a de perfuração de poços artesianos, que também não deixa de ser um problema, porque ao se perfurar um poço artesiano e retirar água do subsolo, as vertentes e os riachos tendem a secar mais rápido por causa da vazão dessas águas.

Então, isso também preocupa e tem que ser muito bem analisado. Mas se não tiver outra solução, esta tem que ser uma das últimas buscas, a perfuração de poços.

Eu defendia nas audiências públicas a aplicação dos R\$ 60 milhões que esta Casa destina do empréstimo do BNDES, de R\$611 milhões para ações de combate à estiagem, para buscarmos investimentos e recuperação de APPs, recuperação de fontes, para que não se aplique esse dinheiro simplesmente, deputado José Milton Scheffer, v.exa., sem estudar a área.

Muitos municípios já pensam perfurar poços profundos no aquífero Guarani. Isto para mim é a última solução, é a última busca que devemos fazer. Assim temos outros mecanismos em minha avaliação que é a água da chuva, que é a recuperação de nossas fontes, dos nossos rios, que possam abastecer as cidades e os interiores dos nossos municípios.

Então, quando se fala aqui na Defesa Civil, na secretaria da Agricultura, no ministério da Integração Nacional, de perfurar mais de 500 postos artesianos, de fato precisamos fazer uma avaliação, se é necessário fazer tudo isso. Se é, precisamos fazer. Agora, temos outros mecanismos de garantir a água e abastecer a nossa população e os nossos animais.

Quero trazer, sra. presidente, outro tema que a nossa bancada vem falando desde o ano de 2003, com o nosso ex-deputado Francisco de Assis, de Joinville, que trouxe um projeto chamado ICMS Ecológico para esta Casa. Infelizmente Santa Catarina mais uma vez fica atrás de outros 14 estados do Brasil que já implantaram este ICMS Ecológico.

A região que abastece toda a bacia do rio Itajaí precisa ser valorizada. Os estados que implantaram esse ICMS Ecológico, principalmente os pequenos municípios, que são os que mais preservam, ganham com isso. A sociedade ganha, o meio ambiente ganha.

Então, a nossa bancada propôs um projeto, no ano passado, de uma política de ICMS Ecológico, que cria três grandes diretrizes para fortalecer os municípios que têm ações ambientais, ou seja, um aterro sanitário que tenha um parque ecológico tenha pagamento de serviços ambientais, enfim, tenha um tratamento adequado, uma valorização do meio ambiente, tenha um retorno para isso.

Estamos trazendo para o debate uma redistribuição dos 2% dos 15% fixos do ICMS que vai para os municípios. E queremos fazer esse debate com as prefeituras, com o governo do estado, no sentido de que 0,5% da receita líquida sejam redistribuídos através de critérios ecológicos e de preservação dos municípios que têm uma participação do estado e dos municípios.

Fizemos um debate na Facisc a respeito dos 85% que vão proporcionalmente para os municípios, conforme a contribuição do ICMS dos municípios.

Então, estamos abertos para o diálogo. É o importante é que esta Casa faça essa discussão; por isso, quero agradecer ao deputado Romildo Titon, presidente da comissão de Constituição e Justiça, e aos demais membros.

Hoje pela manhã aprovamos a realização de uma audiência pública, possivelmente no dia quatro de dezembro, nesta Casa, para recomenciar a discussão do ICMS ecológico no estado de Santa Catarina.

Entendo que é uma política importante, que diz respeito também à nossa economia, enfim, a indústria está produzindo, porque precisa dessa água, e alguém está cuidando.

As cidades grandes, como, por exemplo, a cidade de Florianópolis, tem uma água de qualidade porque alguém está cuidando, algum município do continente, ou seja, Paulo Lopes, Santo Amaro, outros municípios, enfim, eles precisam de valorização para o serviço que estão prestando à sociedade catarinense.

Também poderíamos citar outros exemplos, como é o caso do meu município de Saudade, sr. presidente, que recebe todo o lixo de Chapecó. O aterro sanitário é no meu município, então, esses municípios precisam ser valorizados pelos serviços que prestam à sociedade catarinense.

Por isso, queremos fazer esse debate com este Parlamento, com o governo do estado, com os municípios, com a população catarinense, com os comitês das bacias hidrográficas do nosso estado, que têm preocupação muito grande com o futuro da nossa humanidade, com o futuro da água e com o futuro do meio ambiente.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Muito obrigada, deputado Dirceu Dresch.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSD.

Com a palavra o sr. deputado Jorge Teixeira.

(O deputado desiste.)

Com a desistência do deputado Jorge Teixeira, os próximos minutos são destinados ao PPS.

Com a palavra o sr. deputado Sandro Silva, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO SANDRO SILVA - Sra. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, público que nos acompanha pela TVAL e pela Rádio Aleesc Digital, pessoas que nos estão acompanhando no plenário, eu quero falar um pouco sobre uma reunião ocorrida ontem, em Joinville, com o prefeito eleito Udo Dohler, também com os vereadores que foram eleitos na última eleição. Foi um momento histórico para a cidade, que mostra tanto do prefeito, como dos vereadores eleitos um sinal de maturidade política, uma política sem revanchismo. E como fala o senador Luiz Henrique da Silveira, quando acaba a campanha eleitoral, o dever de todos é enrolar as bandeiras e partir para o bem, para fazer o bem da cidade, do estado e do país.

Quero dizer que essa maturidade política é importante principalmente para Joinville, porque o momento que atravessamos, que a nossa cidade atravessa, não é dos mais favoráveis, e uma atitude como essa do prefeito eleito Udo Dohler, uma atitude republicana e de respeito, mostra que o seu jeito para governar a cidade vai ser um jeito

diferente, de um prefeito que não quer atropelar ninguém e que precisa da Câmara de Vereadores para fazer o que é necessário para a cidade.

Então, não é porque a Prefeitura e a Câmara de Vereadores têm diálogo afinado que um precisa ser submisso ao outro. Os dois podem fazer o seu papel de forma independente, mas sem a submissão que muitos apregoam. Falo também que a cidade de Joinville, pela união da classe política, precisa voltar a ser aquela cidade pujante que sempre foi, porque de certa forma esta cidade tem se aquecido nos últimos anos.

Parabéns a todos os vereadores eleitos que compareceram à reunião, faltou apenas um vereador, dos 19 vereadores eleitos, que foi o vereador Bento, do PT, e faltou por motivo de saúde, porque senão teria comparecido à reunião.

Eu quero dizer também aos srs. deputados que hoje iniciou a eleição americana, que dizem que é a mais disputada dos últimos 30 anos. Pessoalmente, torço pelo atual presidente Barack Obama, por motivos óbvios.

É importante questionar também a forma como é feita lá a eleição, que é um país moderno, arrojado em alguns pontos, mas que está atrasado em outros. O sistema eleitoral nos Estados Unidos está atrasado. A eleição é feita ainda em cédula e daí demora quase um mês para sair o resultado.

Então, realmente é um processo eleitoral muito confuso e que se não nos aprofundarmos no estudo do processo eleitoral americano acabaremos não entendendo como ele se processa.

Quero parabenizar o sr. presidente, deputado Gelson Merisio, o deputado Moacir Sopelsa, a deputada Ana Paula Lima, o deputado Nilson Gonçalves e a Mesa Diretora desta Casa pelo lançamento da *Agência AL*, que está trazendo mais agilidade, mais transparência, além da TVAL, da Rádio Aleesc Digital ou do jornal impresso, para os trabalhos do Poder Legislativo.

Assim sendo, é importante para os habitantes do nosso estado, é importante para nós, deputados, essa agilidade, essa transparência aos trabalhos da nossa Casa.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Fim do horário destinado aos Partidos Políticos.

Esta Presidência suspende a presente sessão até as 16h, reiniciando-a na Ordem do Dia.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) (Faz soar a campanha.) - Está reaberta a sessão.

Passaremos à Ordem do Dia.

O Sr. Deputado Darci de Matos - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, quero registrar com satisfação a presença, nesta Casa, da vereadora Zulma Souza, eleita no município de Itapema, do amigo Luís, de São Francisco do Sul, e do vereador João do Gás, famoso, popular em São Francisco também, município de v.exa., deputado Gelson Merisio, sua base eleitoral.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Sejam todos bem-vindos a esta Casa.



Srs. deputados, temos diversos vetos pautados, mas parece-me que o quórum não será suficiente para deliberarmos as matérias.

Consulto os srs. líderes se retiramos todos de pauta ou se vamos votar alguns. Acho que seria prudente que todos os vetos ficassem para uma próxima sessão, quem sabe para a sessão de amanhã, para que ninguém seja prejudicado.

(Os srs. líderes aquiescem.)

Estão retirados de pauta todos os vetos no dia de hoje e estão reincluídos para a sessão de amanhã.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0182/2012, que declara integrante do patrimônio histórico, artístico e cultural do Estado de Santa Catarina, a pesca artesanal da tainha.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação do Projeto de Lei n. 0204/2012, que declara de utilidade pública a Associação Itajaiense de Kung-Fu, de Itajaí.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Esta Presidência comunica que encaminhará aos destinatários, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, a Indicação n. 0426/2012, de autoria do deputado Neodi Saretta.

Esta Presidência comunica, ainda, que defere de plano os Requerimentos n.s.: 0977/2012, de autoria do deputado Ismael dos Santos; 0978/2012, de autoria do deputado Edison Andriano; 0979/2012 e 0980/2012, de autoria do deputado Jean Kuhlmann; 0981/2012, de autoria do deputado Maurício Eskudlark; 0982/2012, de autoria do deputado Mauro de Nadal; 0983/2012, de autoria do deputado Marcos Vieira; e 0985/2012, de autoria do deputado Pedro Baldissera.

Requerimento n. 0984/2012, de autoria da deputada Angela Albino, que solicita o envio de mensagem ao prefeito de Florianópolis sugerindo a revitalização da praça Coronel Romariz, localizada na rua José de Anchieta, no Balneário do Estreito.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção n. 0056/2012, de autoria do deputado Serafim Venzon, a ser enviada ao presidente da Câmara dos Deputados e ao coordenador do Fórum Parlamentar Catarinense no Congresso Nacional, apelando pela urgência na aprovação do Projeto de Lei n. 2.565/2011.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Peça a palavra, pela ordem, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Serafim Venzon.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, quero apenas dizer aos nobres pares desta Casa que o Projeto de Lei n. 2.565/2011, de autoria do Wellington Dias, trata da nova pactuação da repartição dos *royalties* do petróleo, sendo que, conforme esse projeto, ficaria 20% para o estado produtor, 10% para o município, 5% para os municípios adjacentes, 25% para os demais estados, 25% para os demais municípios, que não são aqueles que já foram beneficiados no primeiro percentual, e 15% para a formação de um grande fundo social que seria destinado à Saúde, à Educação, enfim, às ações sociais de interesse do governo e da nação.

Era apenas para dizer de que trata esse projeto que era para ser votado na semana passada e está em discussão nesta semana. E certamente o apoio desta Casa ao fórum e à Câmara dos Deputados poderá fazer bem para estimular a votação o quanto antes dessa matéria.

Muito obrigado, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Muito obrigado, deputado Serafim Venzon.

Pedido de Informação n. 0078/2012, de autoria da deputada Luciane Carminatti, a ser enviado aos secretários da Saúde e da Fazenda, solicitando informações sobre onde estão sendo investidos os recursos do Fundeb e do salário educação.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0079/2012, de autoria do deputado Dirceu Dresch, a ser enviado ao governador do estado e aos secretários da Fazenda e do Desenvolvimento Econômico Sustentável, solicitando informações sobre o decreto que regulamentou a Lei n. 15.133, de 19 de janeiro de 2010.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Joares Ponticelli, por até dez minutos.

O deputado Moacir Sopelsa presidirá a sessão a partir deste momento.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, sra. deputada, srs. deputados, catarinenses que nos acompanham através da TVAL e da Rádio AleSC Digital, catarinenses que participam da nossa sessão, quero destacar, em especial, a presença na Casa do nosso vereador eleito do município de Laguna, o querido companheiro Roberto Alves.

Queremos dizer, deputado Sílvio Dreveck, que em Laguna tivemos uma composição muito acertada com o companheiro do nosso líder, o deputado Aldo Schneider, o nosso prefeito Everaldo dos Santos, que teve uma vitória consagrada, deputada Dirce Heiderscheidt. E o nosso partido, na composição, teve que abrir mão de espaço na majoritária. Nós somos atualmente vice do atual prefeito e temos, enquanto vice, um vereador apenas, o nosso companheiro Dudu Carneiro. Nessa última eleição do dia 7 de outubro, mesmo não participando da majoritária na grande composição que fizemos, o nosso partido, deputado Dóia Guglielmi, passou de um para três vereadores. Somos, junto com o PMDB, a maior bancada do município de Laguna e o prefeito dito o bam-bam-bam, o dono da cidade, fez um vereador.

Quero cumprimentar aqui o presidente Fábio e o nosso vereador eleito Roberto Alves, ele que com o Dudu Carneiro, com o nosso querido Cleber, vai compor a nossa bancada a partir do dia primeiro de janeiro, na querida cidade de Laguna, onde havei de nesse ano ainda, espero, pelas mãos do presidente Everaldo, receber a concessão que Laguna me fez generosamente ao me adotar como cidadão, deputada Dirce Heiderscheidt, uma vez que não podemos escolher o lugar para nascer, mas ficamos muito honrado quando recebemos essa concessão que a Câmara de Laguna concedeu.

Quero nessa oportunidade trazer aqui algumas informações acerca do evento que participamos na semana passada, cumprindo a nossa missão de presidente da União Nacional dos Legislativos e Legisladores Estaduais, no estado de Vera Cruz, estado do México.

Deputado Serafim Venzon, v.exa. ficou nos devendo, pois contávamos e esperávamos a sua presença.

Tivemos uma bela conferência, foram mais de 600 parlamentares do México que se reuniram, deputados estaduais que lá são chamados de deputados locais, dos 1.270 que os 31 estados mais o distrito federal têm.

A nossa entidade, deputado Dóia Guglielmi, é uma entidade parceira. A entidade mexicana foi constituída nos moldes da nossa instituição, inclusive, a cópia do estatuto basicamente é o mesmo daquele que a Unale tem. Há um intercâmbio, uma troca de experiência muito forte. Tivemos dois espaços para participar de uma plenária que reuniu mais de 600 parlamentares de todo o estado do México.

O que mais me chamou a atenção são a curiosidade que eles têm e o agendamento de um espaço para conversar com a presidente do TSE, porque o sistema de votação eletrônica do Brasil realmente chama a atenção do mundo. Temos hoje eleições num dos principais países do mundo que não se sabe quando vai terminar a apuração nem da confiabilidade dessa eleição. Nesse particular o nosso modelo é referência mundial, e pudemos constatar isso mais uma vez nessa eleição.

O que me chamou a atenção no estado de Vera Cruz e também na cidade do México, onde a violência como aqui no Brasil tem crescido muito, foi a ação ostensiva que o

governo tem adotado no combate à criminalidade.

Vou trazer o material que fotografamos e filmamos da ostensividade da ação da Polícia. São policiais militares que fazem rondas nos mesmos locais de 15 em 15 minutos, em viaturas que são caminhonetes com carroceria. A carroceria até parece carroceria de boiadeiro, com uma estrutura para três policiais militares camuflados, vestimentas camufladas, metralhadoras de alta potência. E eles ficam circulando permanentemente.

Então, há uma ostensividade que está produzindo resultados extraordinários. Acho que é um caso a ser estudado, até porque o índice de crescimento da violência por lá também assustado muito. E tudo isso em decorrência do tráfico de drogas, pois muitas estruturas se deslocaram da Bolívia, da Colômbia, para o estado do México, o que está causando essa ação muito forte, já produzindo resultado muito interessante.

No retorno, tivemos uma audiência com a jovem prefeita da cidade do Panamá, também numa missão oficial, com a prefeita que assumiu em janeiro deste ano. Uma jovem formada na universidade de Harvard, especialista nessa área de questões sociais de atendimento à criança vítima da delinquência, da violência familiar. Ela se mostrou muito preparada. Está adotando um modelo de concessão para a construção de estacionamentos, porque a cidade do Panamá também já tem, como os grandes centros, problemas graves de mobilidade urbana.

O que me chamou a atenção foram as concessões de espaços públicos para a construção de estacionamentos subterrâneos em praças. São dois ou três andares de estacionamentos subterrâneos que estão sendo feitos sob as praças, o que dá resolutividade, porque as praças geralmente estão aloçadas nas áreas mais centrais das cidades.

Então, estamos reunindo toda essa documentação, até para apresentar para os novos prefeitos em novos eventos, para podermos fazer essa sugestão, porque esse modelo que o estado do Panamá está adotando me parece ser interessante. E aqui pode ser um caminho para o início da solução dos graves problemas de mobilidade urbana que enfrentamos.

Já em Tubarão, na minha cidade, tive que rodar mais de meia hora no meio da tarde e não consegui nem estacionamento particular. E tem aquela praça enorme, que poderia ter um estacionamento subterrâneo. Se alguém constrói e explora por determinados anos, pode ser uma saída para resolvermos o grave problema de mobilidade urbana que as principais cidades do Brasil já enfrentam.

Por fim, tenho vários assuntos, amanhã voltarei à tribuna, mas quero já renovar aqui o convite para que v.exas. reservem a data do dia 23 de novembro, quando teremos aqui, nesta Casa, uma promoção da Unale, em parceria com a Assembleia Legislativa, sob a execução da Escola do Legislativo, o seminário sobre a Dívida dos Estados Brasileiros com a União. Teremos aqui a presença de diversos senadores, como Luiz Henrique que está abordando esse tema, como a Ana Amélia, do Rio Grande do Sul. Vamos trazer também o secretário de Finanças da Fazenda do estado do Paraná, o nosso secretário Nelson Serpa, ministros do Tribunal de Contas da União, enfim, diversas autoridades que vêm aqui para discutir essa problemática, esse achaque que o

governo federal promove contra os estados. No nosso caso, R\$ 1,5 bilhão serão tomados das nossas receitas deste ano por conta do abatimento da dívida que só cresce. De uma dívida que era de R\$ 4 bilhões, em 1998, quando foi renegociada pagou-se R\$ 7 bilhões, e a dívida continua.

Nós vamos, este ano, investir menos de um bilhão de reais, contra mais de um bilhão e meio que serão tomados pelo governo central, por conta dessa exorbitante taxa de juros que se pratica, 14% de juros ao mês, é o que Santa Catarina paga, deputado Moacir Sopelsa. Nós e os demais estados, 14%. Agiotagem desse tamanho não existe em lugar nenhum do mundo.

E no dia 23, deputado Carlos Chiodini, v.exa., que tem demonstrado muita preocupação com esse tema, saiba que faremos esse grande debate durante o dia todo assim como o levantamento de propostas concretas para tentar colocar esse assunto em pauta.

A Comissão de Notáveis, do Senado, nesta semana, apresentou uma proposta, e estou preocupado, porque eles misturaram tudo, colocaram a questão das dívidas, da renovação do Fundo de Participação dos Estados, da guerra fiscal e os *royalties* do petróleo, enfim, tudo isso num pacote só.

O próprio vice-presidente Michel Temer nos disse que se colocar num pacote só não vai resolver nada. Parece-me que se está cedendo muito à pressão do Rio de Janeiro, que não quer distribuir, e nós temos que encarar essa discussão, fazer a nossa parte também, aqui em Santa Catarina, no próximo dia 23.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Joares Ponticelli.

O próximo orador inscrito é o sr. deputado Maurício Eskudlark, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, hoje tivemos a manifestação do deputado Antônio Aguiar sobre a questão do tratamento diferenciado na questão tributária, na divisa, principalmente, do estado do Paraná, onde a nossa energia elétrica, em alguns locais, em algumas áreas de distribuição, pela questão tributária, acaba tendo um encargo a mais para as empresas daquela região, assim como também na comparação da tributação de ICMS de alguns produtos.

Estive em Porto União, participei de uma reunião com a associação empresarial, também com o prefeito, vice-prefeito, inclusive o prefeito eleito, o vice-prefeito eleito, conversei essa questão com o presidente da Celesc, Antônio Gavazzoni, que já foi secretário da Fazenda no estado de Santa Catarina, do porquê dessa diferenciação.

É uma questão que já vem sendo estudada, debatida, há muito tempo, mas segundo o secretário, hoje presidente da Celesc, Antônio Gavazzoni, o estado de Santa Catarina estabelece principalmente no Prodec e outros benefícios algumas vantagens que fazem com que haja uma contrapartida beneficiando o estado de Santa Catarina e as empresas aqui estabelecidas.

Por isso, muitas vezes é mais fácil a gente ver o tamanho da dificuldade do que o tamanho da facilidade que é oferecida. Mas essa é uma questão que já vem sendo estudada, e vamos trazer esse assunto para

debater com o secretário da Fazenda e ver o que o estado ainda pode melhorar.

Nós temos visto que o governador Raimundo Colombo tem procurado beneficiar com incentivos a implantação de empresas em nosso estado, em todas as regiões.

O nosso planalto norte catarinense é uma região ainda pobre, uma região com muitas dificuldades, a região de Porto União, Canoinhas, Caçador, Matos Costa, Calmon precisam de mais investimentos e, claro, opções para que empresas lá possam se estabelecer.

Outro assunto que quero abordar, na tarde de hoje, é com referência à segurança pública. Parabênizo o empenho do secretário da Segurança, César Grubba, e do delegado-geral de Polícia sobre as promoções dos policiais civis.

Nós vivemos, não somente em Santa Catarina, mas no Brasil, um momento difícil na questão da segurança pública, onde os criminosos tentam desestimular os policiais e os agentes prisionais. Tenho dito que a Polícia é a última barreira diante de um caos social, diante da impunidade e da criminalidade estabelecida em nosso país. Precisamos então valorizar e fortalecer o trabalhador e a trabalhadora da segurança pública, dar-lhe méritos pelo trabalho prestado.

O meu reconhecimento hoje, deputado Darci de Matos, ao secretário da Segurança em razão das promoções dos policiais civis, que há três semestres estavam paralisadas, pois não havia autorização para a sua realização, pelo impacto financeiro. O grupo gestor aprovou e houve empenho de todos, e sei que os deputados sempre que puderam fizeram manifestação nesse sentido.

Segundo informação extraoficial, amanhã nós teremos então a assinatura dos atos de promoção que estavam pendentes de todos os policiais civis do estado de Santa Catarina. Isso é muito importante: o reconhecimento financeiro também eleva a estima do ser humano pelo trabalho desenvolvido, pelo tempo de serviço, pelos objetivos alcançados e principalmente para se sentir uma pessoa valorizada.

Parabenizo então o governo, os membros do grupo gestor, pela sensibilidade em perceber a importância desse ato, neste momento difícil para a segurança pública do nosso país. Temos tantos motivos para ter orgulho de nossos policiais, pois Santa Catarina é hoje, graças a todo esse empenho, o estado com menor de criminalidade. Ações devem continuar sendo executadas para que o estado possa manter essa segurança.

O Sr. Deputado Darci de Matos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Pois não.

O Sr. Deputado Darci de Matos - Muito obrigado, deputado Maurício. Parabéns pelo seu pronunciamento falando da importância da segurança pública para Santa Catarina, v.exa. que é da carreira policial, que foi diretor-geral da Polícia Civil.

Também quero concordar com a sua posição de elogios ao trabalho do secretário da Segurança Pública, César Grubba, e do governador Raimundo Colombo que lançou, há poucos dias, o Pacto da Segurança Pública.

Esta Casa, através das comissões, incluiu também a Segurança Pública como a Educação no financiamento de R\$ 3 bilhões, o que significa que podemos comprar câmaras de monitoramento e mais viaturas. Mas sem dúvida alguma, somente com equipamentos

não se melhora a segurança, precisamos de homens na rua, de inteligência.

Portanto, quero elogiar o governador e o secretário Grubba pela ação que estão empreendendo para melhorar a segurança pública em Santa Catarina.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Obrigado, deputado colega Darci de Matos.

A segurança pública é muito complexa, e digo que é parecida com o futebol na questão de que todo mundo é um técnico neste país. Também em relação à segurança pública todo mundo acha que há uma solução, mas, na verdade, a segurança pública é muito complexa, a administração e tudo que se tem que fazer para manter o clima de segurança no estado.

Além de dar a segurança, o mais importante é também transmitir ao cidadão a sensação de segurança, porque muitas vezes em razão das informações, do noticiário, pessoas que não foram vítimas ou que moram até numa comunidade tranquila, não tem problema grave de segurança pública, mas se sentem inseguras.

Então, tão importante quanto dar as condições de segurança, valorizar o profissional de segurança é fazer também com que o cidadão, a cidadã participem da segurança pública e tenham esta sensação - sentirem-se seguros. Aquele que se sente mal ou se sente um pouco doente, mesmo que não esteja doente, vai estar doente. É quem tem a insegurança, a intranquilidade em razão da segurança pública, esta pessoa mesmo que ainda não esteja sofrendo os efeitos já vai se sentir mal, insegura e perder a sua tranquilidade, portanto, a questão emocional também é muito importante.

Obrigado, sr. presidente.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa - Obrigado, sr. deputado.

Não há mais oradores inscritos.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência comunica que,

de acordo com o art. 110 do Regimento Interno, são as seguintes as matérias destinadas à Ordem do Dia da 110ª Sessão Ordinária de 07/11/2012:

Discussão e votação em turno único das Mensagens de Veto n.s: 0026/2011; 0445/2012; 0493/2012; 0537/2012; 0564/2012; 0565/2012; 0573/2012; 0581/2012; 0584/2012; 0599/2012; 0618/2012; 0619/2012; 0620/2012; 0621/2012; 0624/2012; 0658/2012; 0659/2012; 0680/2012; 0681/2012; 0683/2012 e 0685/2012;

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0182/2012;

Discussão e votação em turno único dos Projetos de Lei n.s: 0272/2012; 0320/2012; 0322/2012 e 0341/2012.

Esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental.

Está encerrada a sessão.

# ATA DA 110ª SESSÃO ORDINÁRIA

## DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

### REALIZADA EM 07 DE NOVEMBRO DE 2012

#### PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Dado Chereim - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dóia Guglielmi - Gelson Merisio - Ismael dos Santos - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorge Teixeira - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Reno Caramori - Romildo Titon - Sandro Silva - Sargento Amauri Soares - Silvio Dreveck - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

#### SUMÁRIO

##### Breves Comunicações

**DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES** - Defende a necessidade de mudanças nos Códigos Penal e de Processo Penal do país; crítica liminar da Justiça a respeito da greve na Saúde.

**DEPUTADO VOLNEI MORASTONI** - Aborda a greve dos servidores da Saúde.

**DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK** (pela ordem) - Registra a presença de personalidades de Abelardo Luz.

**DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS** - Discorre sobre suas articulações em Brasília.

**DEPUTADA ANA PAULA LIMA** - Posiciona-se quanto à greve na Saúde.

**DEPUTADO MAURO DE NADAL** (pela ordem) - Registra a presença de vereadores de Tigrinhos e São José do Cedro.

##### Partidos Políticos

**DEPUTADO SILVIO DREVECK** - Relata reunião das bancadas do PP e PSDB.

**DEPUTADO NILSON GONÇALVES** - Mostra satisfação pelo acordo PSDB e PP.

**DEPUTADO JOARES PONTICELLI** (aparte) - Comemora acordo PP e PSDB.

**DEPUTADO DARCI DE MATOS** - Tece comentários sobre programas federais em prol da educação.

**DEPUTADO DADO CHEREM** (aparte) - Cumprimenta o deputado Darci de Matos pelo tema abordado.

**DEPUTADO JORGE TEIXEIRA** (aparte) - Reporta-se à experiência exitosa de Rio do Sul com a escola em tempo integral.

**DEPUTADO NEODI SARETTA** - Ressalta a importância dos programas federais e de mais recursos para o financiamento da saúde.

**DEPUTADO MAURO DE NADAL** - Comemora o adiamento da regulamentação da jornada de trabalho dos transportadores de cargas do país; refere-se a ações que beneficiarão os agricultores e as agroindústrias catarinenses.

**DEPUTADO SANDRO SILVA** (pela ordem) - Registra a presença de autoridades da Udesc.

**DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS** (pela ordem) - Anuncia a presença do vereador José Maria Ferreira, de Correia Pinto.

##### Ordem do Dia

**DEPUTADO DARCI DE MATOS** (pela ordem) - Discorre sobre três indicações de sua autoria.

##### Explicação Pessoal

**DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK** (pela ordem) - Cumprimenta a direção da Udesc pelo trabalho.

**DEPUTADO MOACIR SOPELSA** (pela ordem) - Cumprimenta a direção da Udesc pelo trabalho.

**DEPUTADO JOARES PONTICELLI** (pela ordem) - Cumprimenta a direção da Udesc pelo trabalho.

**DEPUTADO SILVIO DREVECK** - Comenta notícias sobre mudança nos projetos de ramais ferroviários em SC.

**DEPUTADO NILSON GONÇALVES** - Comemora o Dia do Radialista.

**DEPUTADO JOARES PONTICELLI** (aparte) - Parabeniza o deputado Nilson Gonçalves pelo Dia do Radialista.

**DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK** - Cumprimenta os radialistas pelo seu dia; pede união de forças para o combate à criminalidade.

**DEPUTADO JOARES PONTICELLI** - Conclama as autoridades a combaterem a criminalidade que emana dos presídios; homenageia o deputado Nilson Gonçalves pelo Dia do Radialista.

**DEPUTADO RENO CARAMORI** - Discorre sobre a abertura dos 52º Jogos Abertos de SC.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o sr. deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados e público que nos acompanha pela TVAL e pela Rádio AleSC Digital nesta tarde.

Quero, mais uma vez, iniciar o meu pronunciamento citando o movimento nacional de policiais civis e militares na defesa de que sejam feitas mudanças no Código Penal Brasileiro para que os crimes praticados contra agentes de segurança pública, policiais, bombeiros, guardas municipais, quando esses estiverem no exercício da profissão, sejam penalizados de forma diferente, mais rigorosa e sejam considerados crimes hediondos. Isso é somente mais uma consequência da situação de insegurança pública que estamos enfrentando em nosso país.

Evidentemente que alguma coisa precisa ser feita de forma rápida pelos poderes constituídos, e a minha avaliação preliminar é que se fazem necessárias mudanças no Código Penal Brasileiro e no Código de Processo Penal, buscando maior agilidade e eficácia por parte do estado na hora de investigar e aplicar as sanções penais. A sensação de impunidade leva ao desespero uma proporção cada vez maior da população.

Em todas as nossas comunidades, nos bairros populares e até mesmo nos bairros considerados e ditos nobres dos centros urbanos a criminalidade tem atuado de forma cada vez mais aberta e mais descarada.

No bairro onde eu moro, deputado Jorge Teixeira, tem-se tornado difícil ir à padaria ou ao mercado, porque toda semana ocorre um assalto. E por saberem que sou deputado e policial, a cobrança é muito grande e correta, assim como a legitimidade da angústia também é correta. Mas a grande interrogação é por que nós não fazemos nada e, às vezes, sugerindo que os policiais civis e militares podem ser coniventes com a criminalidade, porque todos sabem quem são os traficantes do bairro, os ladrões; a polícia também sabe, o padre, os comerciantes, os professores, os profissionais de saúde do posto, mas infelizmente a legislação brasileira dificulta o trabalho de a polícia agir no sentido de cumprir a lei e garantir que aquela pessoa saia de circulação.

O fato de a prisão só poder ser realizada em flagrante delito ou por determinação judicial torna fácil a vida dos marginais, porque o flagrante quase nunca é alcançado, inclusive porque o criminoso tem os chamados espíões, os olheiros, que podem ver a polícia se aproximando.

Além disso, a determinação judicial depende do convencimento do juiz de que foi aquele sujeito quem cometeu aqueles crimes e nem sempre a Polícia Civil consegue fazer todo o procedimento de forma a conseguir seu intento.

Então, diante dessa situação - e reporto-me, inclusive, aos militantes de esquerda da sociedade catarinense que estão ouvindo, ou se tomam medidas mais ou menos rápidas ou o primeiro aventureiro de discurso fascista que apareça por aí vai ganhar a eleição para presidente da República. E falo o principal cargo do país, não dos outros. Quem prometer morte, cova, pena de morte, execução sumária, talvez sem processo, vai acabar ganhando a simpatia da maioria da população que está cada vez mais apavorada.

Essa minha avaliação de discutir uma penalidade maior ou rigor maior para quem cometer crime contra policiais é apenas um aspecto de um problema gigantesco que a sociedade brasileira tem que enfrentar.

Em Brasília e em outros lugares, em salas muito bem climatizadas, reúnem-se intelectuais e nada contra os intelectuais de Sociologia, de Direito e de outras áreas - defendendo o abrandamento da punição. É isso que tem provocado essa folga cada vez maior daqueles que agem em conflito com a lei e contra a moralidade média da sociedade. Precisamos refletir sobre isso. Não podemos aceitar que qualquer pessoa seja morta, executada por qualquer outra. Se for um policial ou a dona Maria que está indo na feira não importa, todos têm o mesmo valor.

Então, precisamos refletir o problema no seu conjunto. É evidente que a indignação, a revolta, dos servidores da segurança é imensa quando veem uma companheira, como foi a o caso da agente penitenciária Deise, ser executada por marginais na porta da própria casa. A indignação é muito grande. E essa indignação traz dentro de si os seus riscos para a construção de uma sociedade racional e humanitária.

Então, é preciso fazer justiça e condenar de forma adequada e rigorosa os autores de cada um desses crimes cometidos contra a sociedade brasileira. Ou se faz isso ou vamos perder de vez qualquer organização, qualquer racionalidade, vai haver uma desagregação maior da sociedade e a barbárie social vai-se aprofundar de forma mais violenta nos próximos anos.

São pequenos debates que precisam ser feitos e que precisam ser aprofundados ainda mais. É inaceitável que marginais disparem armas de fogo contra um prédio, uma

edificação por menor que seja, onde estejam ou deveriam estar trabalhando policiais militares, civis ou agentes penitenciários.

Essa sensação de impunidade, essa tranquilidade com relação à fragilidade do sistema da segurança pública em Santa Catarina e no Brasil inteiro é que faz com que chegue a esse ponto. Precisamos refletir mais sobre isso.

Quero, neste último minuto, sr. presidente, referir-me à audiência pública realizada nesta manhã pela comissão de Saúde acerca da última liminar concedida pela Justiça a pedido do governo, que determinou que os grevistas não podem ficar a menos de 200m dos hospitais.

Não sei se o sindicato já foi intimado. Mas quero repetir o que disse ontem e hoje na audiência pública: é uma insanidade das autoridades que pediram que a Justiça determinasse isso. A decisão judicial anterior de manter 70% dos serviços funcionando não poderá ser cumprida se tiverem que cumprir essa última determinação. O mesmo corpo, deputado Jorge Teixeira, não pode estar em dois lugares ao mesmo tempo. Se tiver que estar a pelo menos 200m do hospital, de que forma vai construir a garantia de que 70% dos serviços serão realizados? De que forma vai realizar o socorro de urgência?

Então, isso precisa ser debatido. Nós precisamos chamar todo mundo à racionalidade. A irracionalidade não pode partir do estado. Porque essa atitude, essa decisão é irracional. A greve está forte e cada erro que as autoridades do estado cometem fortalece-a ainda mais. É preciso haver discussão, é preciso haver uma saída negociada! Que volte o governador!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra o sr. deputado Volnei Morastoni, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Sr. presidente, sra. deputada Ana Paula Lima, srs. deputados, quero falar sobre a audiência pública que realizamos hoje pela manhã, nesta Casa, sobre a situação dos servidores públicos da Saúde que estão em greve e sua pauta de reivindicações.

Quero, antes de tudo, elogiar a participação dos servidores públicos estaduais da Saúde, porque estiveram presentes de forma massiva, de forma ordeira, educada, de forma civilizada, permitindo a realização de uma audiência pública com um tema sempre tão preocupante, no auge do movimento.

Parabéns aos servidores estaduais da Saúde que lotaram o Auditório Antonieta de Barros, inclusive uma grande quantidade de servidores teve que assistir do *hall* de entrada desta Casa, com certeza representando os milhares de servidores espalhados pelo nosso estado.

Eu quero dizer que as reivindicações dos servidores são mais que certas, justas, corretas, absolutamente defensáveis, porque, como já me manifestei desta tribuna outras vezes e hoje, na audiência pública, os recursos humanos representam um dos pilares fundamentais do Sistema Único de Saúde, o SUS. Nenhum empreendimento, por menor ou maior que seja, poderá dar certo se não contemplar uma forma de valorizar seus colaboradores, seus servidores, seus funcionários.

Então, neste sentido, para que o SUS em Santa Catarina também dê certo na plenitude que queremos, além do gerenciamento, além do financiamento e do controle social, que são os outros pilares fundamentais, também é necessário cuidar dos recursos

humanos. Assim sendo, é preciso que o governo se atente a esse detalhe.

E qual é a reivindicação principal na valorização dos servidores? É uma gratificação - pode-se dar qualquer outro nome - por atividade de saúde aos profissionais lotados na secretaria estadual da Saúde do nosso estado. Além do concurso público, da reposição de pessoal, da reposição de materiais e medicamentos - foram feitas hoje, na audiência pública, várias denúncias sobre a falta de equipamentos, de medicamentos, de materiais nas várias unidades de serviços de saúde -, há necessidade de pessoal, porque se repondo pessoal, leitos de UTI serão ativados. Há muitos leitos desativados por falta de pessoal e os que estão funcionando estão sobrecarregados.

Mas quero ater-me aqui à Gratificação por Atividade de Saúde que os servidores da Saúde reivindicam. Essa reivindicação pode chegar a 60% da gratificação que os servidores da Fazenda recebem. Inclusive, falei hoje na audiência pública que se os servidores da Fazenda merecem uma gratificação porque são responsáveis pelas finanças do estado, pela arrecadação, pela receita, pela sustentação financeira de nosso estado, mas os servidores da Saúde são responsáveis pela vida, cujo valor é inestimável, é transcendental, deputados Ismael dos Santos e Jorge Teixeira.

Então, se queremos a humanização da saúde por parte dos servidores que vão atender aos pacientes e seus familiares, no sentido de tratá-los com carinho, com acolhimento, com um sorriso no rosto, de forma humana, e isso às vezes vale mais do que qualquer exame, do que qualquer medicamento, por outro lado, os servidores da Saúde têm que receber, de forma carinhosa, humana, o reconhecimento dos pacientes e dos seus familiares, como também dos governos de todos os níveis. Estou falando aqui do governo do estado, mas poderia estar falando do governo federal ou do governo de cada município. Então, eles têm que receber o respeito, a consideração e a valorização por esse trabalho essencial, fundamental.

Por isso, quero dizer que a reivindicação é defensável e embora o governo apresente um demonstrativo da despesa com pessoal e alegue que já está no limite prudencial, que o percentual de despesa com pessoal já está em 45,58% - 46% seria o limite prudencial -, queremos esclarecer que a folha de pagamento da Saúde está em 39%, portanto essa área ainda tem crédito, e esse é um dado que tem que ser levado à mesa de negociação.

Srs. deputados, outro dado importante é que a hora/plantão e o sobreaviso recebidos pelos servidores podem ser reestudados, pois 70% desse valor tem como ser eliminado e ficar só com a demanda real dos serviços, que precisa de hora/plantão e sobreaviso. Então, vamos pagar a demanda real! E só essa economia de 70% da hora/plantão e do sobreaviso já daria para atender à solicitação de uma gratificação, pois seria uma economia de R\$ 6 milhões. Isso vai ficando na conta para poder atender o impacto que poderia chegar a R\$ 15 milhões, R\$ 16 milhões ou R\$ 17 milhões.

Por outro lado, com relação ao Fundo Social, de acordo com o levantamento feito Tribunal de Contas do Estado, de 2006 até agora, R\$ 400 milhões foram para o Fundo Social e para os fundos do Seitec. Não tenho nada contra, mas não à custa da Saúde, sacrificando esse setor. Os 12% da Saúde têm que ser destinados para a Saúde antes dos recursos comporem os fundos.

Poderíamos considerar o Revigorar 3 do ano passado! Esta Casa ratificou o projeto

de lei que o governador pediu de volta e reencaminhou para que os recursos fossem destinados para a Saúde, excluindo os 25% da cota dos municípios. Foram arrecadados perto de R\$ 220 milhões, no entanto, menos de 10% desses recursos, deputado Antônio Aguiar, foram destinados à Saúde. Esses recursos foram utilizados pela secretaria da Fazenda para cobrir outras despesas, outros furos do estado.

Então, o governo do estado deve mais de R\$ 200 milhões para a Saúde. Esse valor de ser somado àquele decorrente da reorganização da hora/plantão e do sobreaviso e também aos do Fundo Social e do Seitec que foram desviados. Além disso, o governo do estado recebeu R\$ 3 bilhões do governo federal como compensação em função da equalização das alíquotas de importação. Desse valor, eu ouvi o governador declarar mais de uma vez que destinaria em torno de R\$ 350 milhões a R\$ 400 milhões para a Saúde.

Poderia continuar a enumerar outras situações que poderão reunir fontes diversas de recursos para atender a essa conclamação dos servidores públicos do estado, para dar à Saúde o *status* de prioridade número um, dois e três, conforme promessa do governador.

Portanto, estamos, através da comissão de Saúde, encaminhando ao governo do estado um documento solicitando a reabertura das negociações e que nós, deputados, da Assembleia Legislativa estamos à disposição para contribuir nessa interlocução e na solução dessa situação.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Maurício Eskudlark.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, quero registrar a presença nesta Casa do meu amigo, vereador Armando, o Bica, de Abelardo Luz, juntamente com Otílio, da Câmara de Vereadores, Antônio Medeiros e Sebastião Vitti Cândido, que vêm à capital com várias reivindicações e projetos a serem protocolados e hoje nos dão a honra da sua visita a a Casa Legislativa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - O próximo orador inscrito é o sr. deputado Ismael dos Santos, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, gostaria, em primeiro lugar, de registrar a presença dos vereadores Alice Bittencourt, de Jaguaruna, sul do estado, vereador mais votada daquela cidade, e também Lédio Gerhardt, de Biguaçu, que prestigiam esta sessão.

Cumprimento o público que acompanha esta sessão pela TVAL, em especial os ouvintes da Rádio Alesc Digital por ser hoje o Dia do Radialista, 7 de novembro. Parabéns aos profissionais do microfone, em especial àqueles que trabalham nesta Casa difundindo as notícias e as ações dos parlamentares através da rádio. Tivemos a oportunidade de, aos 15 anos, começar programas radiofônicos na nossa querida Lages, a Princesa da Serra, e temos procurado, semanalmente, estar presente também através desse meio de comunicação.

Gostaria, ainda, de festejar a vitória de Barack Obama e dizer que se fosse norte-americano teria votado nele. Gostei muito da frase que ele colocou no Twitter hoje: "O melhor está por vir." Que assim seja!

Deputado Volnei Morastoni, com quem tive a oportunidade de me encontrar nos

corredores da Câmara Federal ontem, gostaria de dizer que entre as coisas que me chamaram a atenção, tendo em vista os movimentos constantes que há no Congresso Nacional, foi um grupo que estava à porta da sala de reuniões do Partido dos Trabalhadores com camisetas dizendo: "100% dos *royalties* do petróleo brasileiro para a educação."

Mas eu faria uma segunda proposta, hipoteticamente, pois não temos essa força para movimentar Brasília: quem sabe 50% para a educação e 50% para a saúde? Seria uma saída bastante interessante. Fica aqui a sugestão aos nossos amigos do Partido dos Trabalhadores para conversarem com a presidente Dilma Rousseff nesse sentido. Quem sabe não surja um movimento para fazer essa partilha entre saúde e educação?

Tivemos também ontem a oportunidade de participar, em Brasília, pelo menos participamos do final, da sessão solene em homenagem aos 100 anos da Guerra do Contestado, uma data histórica, pois se trata de um conflito que envolveu mais de 20 mil catarinenses, na maioria pessoas simples, e que tratava, basicamente, de um litígio de terras entre Santa Catarina e o Paraná com consequências sociais, culturais, religiosas e econômicas de outubro de 1912 a agosto de 1916. Foram quatro anos de conflito armado entre a população cabocla e os representantes do poder federal, talvez pela falta da regularização, à época, da posse de terras, da insatisfação com as políticas públicas, da própria construção da estrada de ferro ligando São Paulo ao Rio Grande do Sul, feita por uma empreiteira norte-americana com o apoio dos coronéis; também pelos camponeses que perderam as suas terras, tudo isso fomentado pelo messianismo na figura do monge João Maria. Foram mais de 2 mil caboclos rebeldes, na sua maioria armados, que tiveram 50% de baixas: cinco mil catarinenses morreram na Guerra do Contestado, sem falar dos soldados, sete mil, mais mil civis contratados também pelas forças militares, 800 pessoas no total.

De fato aplaudimos a iniciativa do Congresso Nacional de realizar essa sessão solene, porque relembrar é resgatar as referências históricas, culturais, econômicas e até turísticas daquela região de Santa Catarina, que orgulha todos nós, catarinenses, em especial, o meio-oeste do estado.

Em nosso périplo pelo Congresso Nacional, iniciamos pelo gabinete do deputado federal Décio Lima e fomos recebidos para falar sobre algumas emendas que nos próximos dias deverão fazer parte do Orçamento da nação, recursos esses que virão para Santa Catarina, sobretudo, à área de pavimentação. Desde já agradeço ao deputado pela acolhida.

Também estivemos com o senador Paulo Bauer, que nos recebeu em audiência. Na ocasião apresentamos algumas emendas na área cultural e esperamos que sejam bem sucedidas.

Finalmente, encerramos a nossa agenda em Brasília numa visita à subsecretaria de Políticas sobre Drogas do Distrito Federal. Fomos conhecer de perto a proposta do DF no enfrentamento das drogas. É bem verdade que há uma realidade diferenciada de Santa Catarina, até porque lá não há municípios, existem regiões. São 30 ou 35 regiões, que equivaleriam aos nossos municípios e que facilitam um pouco o controle, por parte da subsecretaria, das ações no Distrito Federal.

Fomos recebidos pelo dr. Mário Guimarães, que é da Polícia Civil e entende muito dessa área de combate e prevenção às drogas e uma das sugestões que recebemos foi a de um edital. Eles já estão um pouco mais avançados do que nós, em Santa Catarina, na

convocação das comunidades terapêuticas e na parceria da compra de vagas por parte do governo do Distrito Federal. Já há, hoje, 250 vagas financiadas e há um projeto de chegar a 900 vagas. Acreditamos que essa proposta do Distrito Federal vai também fomentar o debate que teremos aqui, no final de novembro, de uma forma intersetorial, com as secretarias de Saúde, Educação, Justiça e Cidadania, Segurança Pública e Assistência Social, Trabalho e Habitação.

Esperamos, finalmente, ter esse diálogo, como disse, intersetorial, para que possamos, de uma vez por todas, entregar a Santa Catarina, com a participação deste Parlamento e da Frente Parlamentar de Combate e Prevenção às Drogas, uma proposta mínima de políticas públicas no combate e prevenção das drogas, o que ainda está faltando em Santa Catarina. E aí abrangendo todos os eixos, desde a reabilitação, prevenção e repressão, até a reinserção social.

Portanto, entendemos que foi proveitoso o nosso roteiro, ontem, em Brasília por todas essas perspectivas. Mas, sobretudo, destaco aqui essa visita à subsecretaria de Políticas sobre Drogas do Distrito Federal, que certamente há de contribuir para o debate que faremos: o I Encontro Catarinense de Comunidades Terapêuticas e de Políticas Públicas juntamente com essas secretarias aqui já declinadas, no final de novembro, inclusive com a presença do sr. governador.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Reno Caramori.

(Pausa)

Na ausência do deputado Reno Caramori, com a palavra a próxima oradora inscrita, deputada Ana Paula Lima, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, srs. parlamentares, sra. deputada Dirce Heiderscheidt, telespectadores da TVAL e ouvintes da Rádio Alesc Digital, o tema que me traz à tribuna, nesta tarde de quarta-feira, deputado Ismael dos Santos, é realmente a saúde.

Ontem, v.exa. acompanhou no Congresso Nacional manifestações de muitas pessoas querendo recursos para a área da educação, dos *royalties* do petróleo. Eu também defendo que uma parte desses recursos vá para a área da saúde, mas nunca deixando de cobrar do governador do estado de Santa Catarina as prioridades do seu governo, que, diante de tantas, a primeira, a segunda e a terceira seriam a área da saúde. Estamos findando o segundo ano de mandato e na área da saúde não houve nada que melhorasse as condições de trabalho dos profissionais da área da saúde, como também o atendimento das pessoas que necessitam desse serviço.

Falo isso, srs. parlamentares e público catarinense, porque colocar a culpa do caos em que se encontra a saúde em Santa Catarina no Sindaúde ou naqueles que fazem uma manifestação ordeira, como a que está acontecendo no nosso estado, deputado Padre Pedro Baldissera, é uma irresponsabilidade do governador do estado.

Falo isso porque a falta de abertura de leitos no Hospital Joana de Gusmão; a falta da abertura de leitos já prontos no Hospital Celso Ramos; a falta de conserto do aparelho de mamografia da região serrana, região do governador do estado; a falta de atendimento radioterápico também na região serrana e o não-funcionamento das salas de cirurgia do Hospital Regional de São José é que são a

razão da greve na Saúde, ou seja, a completa falta de investimentos.

Falo isso também porque o governo federal tem destinado recursos para o estado de Santa Catarina, mas os servidores da Saúde não são prioridade para o governo estadual. Não é prioridade também o atendimento da nossa população. Deputado Sandro Silva, os funcionários do Hospital Regional Hans Dieter Schmidt, de Joinville, hoje estiveram aqui para ver se o governador do estado abre um canal de negociação, e para tanto peço a sua interferência.

Considero justa a reivindicação dessa categoria, pois sou enfermeira e entendo o que está passando. Falei isso hoje para o representante da secretaria de Saúde, pois, infelizmente, o secretário não teve a coragem de enfrentar esse problema.

Dissemos ao dr. Valter que as pessoas estão em greve não porque querem. É muito mais cansativo ficar em greve do que estar no local de trabalho. Não é por isso que eles estão em greve. Elas querem é melhores condições de trabalho, melhores salários e, principalmente, a garantia do que foi negociado e que já é de direito dos profissionais: a hora/plantão e as 30 horas semanais.

O primeiro encaminhamento dessa audiência pública, sr. parlamentares, é que o governo do estado abra um canal de negociação, ou melhor, recomece as negociações com o sindicato, olhe suas reivindicações que já vêm de muitos anos. É isto que os servidores querem: diálogo com o governador, diálogo com o secretário de estado da Saúde.

O outro encaminhamento, deputado Padre Pedro Baldissera, v.exa. que esteve na audiência pública, é que a comissão de Saúde da Assembleia Legislativa, presidida pelo deputado Volnei Morastoni, visite os hospitais estaduais e verifique as condições de trabalho e de atendimento a nossa população.

Deputado Padre Pedro Baldissera, é inadmissível que numa maternidade que é referência no estado de Santa Catarina, a Carmela Dutra, faltem *Buscopan* e *Dipirona* para medicar as parturientes.

Então, nessas visitas vamos encontrar leitos desativados em vários hospitais estaduais; vamos encontrar equipamentos quebrados ou sem manutenção; vamos verificar a falta de medicamentos em algumas unidades de emergência.

É por isso que essa categoria tão especial está reivindicando também condições de trabalho para humanizar os serviços de saúde, mas ela também precisa de um atendimento humanizado por parte do governo do estado de Santa Catarina, porque foi promessa, sim, do governador Raimundo Colombo, na campanha eleitoral, dar prioridade à área da saúde.

Falo isso também, srs. parlamentares, porque lá em Blumenau, durante todo o processo eleitoral, parecia que não havia problemas na área da saúde, seja no programa Estratégia da Saúde da Família, seja nos postos de saúde. Mas agora que já passou o segundo turno, estão estampadas nas páginas de todos os jornais notícias acerca da falta de atendimento médico, da falta de profissionais especializados nos postos de saúde de Blumenau.

Só agora perceberam isso? Só agora perceberam que aquela população está carente de investimentos na área da saúde? Infelizmente, a prefeitura municipal de Blumenau enganou a população durante todo o processo e os meios de comunicação também não noticiaram esses fatos!

Mas a população está sofrendo, tanto que a reivindicação número um para o próximo prefeito da nossa cidade é essa questão, tamanho o descaso que vivenciou todo esse tempo.

Mas estamos aqui para reivindicar o atendimento adequado, humanizado, respeitoso à nossa população, mas também um tratamento digno aos profissionais da saúde que fazem o atendimento dos pacientes nos hospitais estaduais de Santa Catarina.

Srs. parlamentares, a decisão da categoria foi de esperar a volta do governador Raimundo Colombo, que infelizmente foi viajar numa época em que toda categoria estava parada, pois o governador em exercício, Eduardo Pinho Moreira, não está atendendo a comissão de negociação, o que é uma falta de respeito com esses profissionais, é uma falta de respeito com a população catarinense e é uma falta de respeito com o Parlamento catarinense.

Muito obrigada, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Mauro de Nadal - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Mauro de Nadal.

O SR. DEPUTADO MAURO DE NADAL - Sr. presidente, gostaria de registrar a presença, nesta Casa, dos vereadores Joceli Kobs e Silvenio João Schneider, do município de Tigrinhos, e também dos vereadores do Município de São José do Cedro, Pedrinho Casarin e Ironi Fedrizzi.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos.

Hoje, quarta-feira, os primeiros minutos estão destinados ao PP.

Com a palavra o sr. deputado Silvio Dreveck, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, deputado Antônio Aguiar, que tão bem representa o planalto norte catarinense, tomei conhecimento de que v.exa. fez um pronunciamento, no dia de ontem, nesta Casa, defendendo mais investimentos para aquela norte. Comungo e convalido seu pronunciamento, sua fala, e a respeito desse assunto pretendo manifestar-me após a Ordem do Dia, para fazer a defesa da recuperação e da implantação da malha ferroviária no planalto norte.

O assunto que me traz à tribuna neste momento, sr. presidente, é que hoje, ao meio-dia, a bancada do Partido Progressista reuniu-se com a bancada do PSDB para conversar, para dialogar, e para trocar, além de informações, algumas decisões que vamos implementar não só no discurso, mas também na prática.

Estavam presentes o deputado Dado Cherem, que é o líder do PSDB, deputado Nilson Gonçalves, amigo pessoal e que tem sempre defendido não só Joinville, mas o planalto norte e Santa Catarina.

A verdade é que temos alguns encaminhamentos para o futuro, tanto na Assembleia Legislativa, nas questões administrativas, como na política do partido no cenário catarinense e no cenário nacional. Nesse encontro tomamos algumas decisões informais, mas em política a confiança na palavra é o documento mais sério desde que se cumpram os compromissos assumidos.

Existe a convergência no sentido de continuarmos trabalhando pelo consenso no que tange à escolha da Mesa Diretora, à participação nas comissões e a outras atividades que são desempenhadas pelos deputados. A

conclusão a que chegamos é que há um objetivo comum, tanto do Partido Progressista, como do PSDB, de defender esses interesses em conjunto.

O segundo ponto que também acordamos, de interesse comum, é a defesa não somente da questão administrativa da Assembleia, mas também no que diz respeito aos interesses dos municípios governados pelo PP e pelo PSDB. Portanto, a partir de hoje estaremos defendendo os interesses comuns dessas duas bancadas quanto aos pleitos, às reivindicações das administrações municipais que são conduzidas por prefeitos nossos.

Não podemos desconsiderar, sr. presidente, que todos os partidos já começam a se movimentar para as eleições estaduais e federais. Passamos por eleições municipais há poucos dias e já se começa a trabalhar projetando o futuro dos partidos e das candidaturas majoritárias e proporcionais.

Também defendemos a tese da necessidade da reforma no âmbito federal, pois é lá que se pode decidir, para a unificação das eleições neste país, visando ao fortalecimento efetivo dos partidos.

Esperamos agir conjuntamente para que os projetos da reforma eleitoral e da reforma política possam acontecer de fato, ao mesmo tempo em que, obviamente, já pensamos nas eleições que se estão aproximando: para governador e vice, para deputados estaduais, federais e senadores.

Penso, deputado Nilson Gonçalves, que depois dessa importante reunião que tivemos hoje, perpassada de muito respeito e muita amizade, os acordos rendam frutos não somente para os partidos e para a sociedade, deputado Dado Cherem, mas também para esta Casa, onde há um desejo maior de continuar trabalhando dentro do consenso em todas as atividades importantes para o Parlamento.

Muito obrigado, sr. presidente.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o eminente deputado Nilson Gonçalves, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente, srs. deputados, o deputado Silvio Dreveck acabou de fazer uma explanação sobre questões políticas desta Casa envolvendo dois grandes partidos que compõem a Assembleia Legislativa, o PP e o PSDB.

Quero, na verdade, corroborar todas as palavras do deputado e amigo particular Silvio Dreveck e acrescentar, se me permitir, deputado, mais alguns itens a essa nossa conversa, a esse nosso entendimento no dia de hoje.

Com um pouquinho de antecedência, a convite de nosso líder, deputado Dado Cherem, tivemos uma reunião da nossa bancada. Estavam presentes os deputados Marcos Vieira, Dóia Guglielmi e não compareceram os deputados Gilmar Knaesel e Serafim Venzon por conta de compromissos assumidos em Brasília no dia de hoje, mas que também falam a mesma língua, possuem o mesmo entendimento do partido, da bancada que, aliás, graças ao espírito conciliador do nosso líder, está vivendo talvez um dos melhores momentos nesta Casa.

Após essa reunião, a convite do PP, estivemos reunidos no gabinete do deputado Silvio Dreveck, que, diga-se de passagem, é um gabinete em que nos sentimos muito à vontade e onde tivemos a oportunidade, inclusive, de ajudá-lo em viagens na América do Sul servindo de intérprete com o nosso espanhol.



O assunto do almoço de hoje foi bastante interessante, até porque já estamos num processo de conversações ainda informais em nível de Presidência da Casa. Já se conversa pensando nos dois próximos anos e como o PP e o PSDB possuem uma sintonia que antecede essas conversações e já têm um entendimento não só de amizade, mas também político-partidário, resolveram sentar-se no dia de hoje para uma conversa que poderá render frutos lá na frente, evidentemente dentro dos bons costumes, dentro da transparência que requer a política.

Num primeiro momento, o PSDB tinha o entendimento de que deveria participar desse processo lançando também o seu candidato à Presidência desta Casa, por que não? O PSDB já faz por merecer isso há muito tempo, mas num gesto de boa vontade, num entendimento com o PP, resolveu que deve praticar um gesto de renúncia e participar do processo, como também entendeu que deve haver, mais adiante, conversações com o PP e o PMDB, no sentido de cada partido ocupar a Presidência por um ano.

Essa foi a conversa, o entendimento que houve. E a tendência é caminharmos nesse sentido, ou seja, os seis parlamentares do PSDB e os cinco do PP convergem para esse encaminhamento, têm esse propósito. Evidentemente, teremos adiante muitas conversas, mas nessa arrancada o PP e o PSDB têm o entendimento de formar esse bloco partidário transparente, a fim de que possam de forma muito clara traçar os passos para a eleição da Mesa Diretora desta Casa.

Foi uma conversa muito tranquila, até porque foi entre pessoas que se olham nos olhos, que antes de tudo são amigas e convergem para um entendimento político também. Fico muito a vontade porque me cerco de amigos não apenas da política, mas amigos de coração. Estou muito feliz pelo primeiro passo político dado por essas duas agremiações de Santa Catarina, passo esse que se vai refletir nos entendimentos para a composição da Mesa Diretora desta Casa e as questões pontuais em nível administrativo.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Pois não!

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Gostaríamos de agradecer, na parte que nos toca, pela generosidade de v.exa. com respeito a essa boa relação que construímos nesta Casa e do grande encaminhamento feito hoje com o fechamento desse bloco do PSDB com o PP, com 11 votos encaminhados, num primeiro momento, para a construção de um projeto que contemple os 40 deputados.

É isso o que pretendemos, deputado Padre Pedro Baldissera. O PSDB praticou o gesto de dizer que não pleiteia o posto para abrir espaço para o PMDB, que tem a maior bancada, para continuarmos mantendo aquele projeto vencedor que estamos empreendendo há algum tempo.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Um projeto que possa contemplar os 40 deputados, um entendimento amplo é o que queremos, e assim deverá acontecer, se Deus quiser!

Devo fazer uma menção especial ao deputado Dado Chereim, que tem sido peça fundamental na bancada do PSDB e um conciliador de primeira hora, conseguindo aglutinar todos os deputados num pensamento único.

Muito obrigado!  
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSD.

Com a palavra o deputado Darci de Matos, por até 14 minutos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital.

Eu pretendo falar, rapidamente, a respeito de dois programas do governo federal, deputados Padre Pedro Baldissera e Neodi Saretta, que reputo de fundamental importância para a preparação do nosso país para o futuro, a fim de que possamos ter perspectivas de, efetivamente, até 2020, sermos a quinta potência econômica mundial e, quem sabe, a médio prazo, uma das maiores potências mundiais.

O primeiro programa, deputado Nilson Gonçalves, é o Mais Educação, da presidente Dilma Rousseff. Esse programa contempla uma ação que certamente todos nós, parlamentares, defendemos: a implantação da escola em tempo integral no Brasil.

Estive, no ano passado na Espanha; visitei muitos países desenvolvidos e todos eles, sem exceção, têm, deputado Nilson Gonçalves, escola em tempo integral. As crianças ficam o dia todo na escola cumprindo uma grade curricular, fazendo atividades extracurriculares tais como idiomas, esportes, reforço escolar e assim por diante.

Não há outro caminho a não ser o caminho, deputado Dado Chereim, da escola em tempo integral, caso contrário as crianças ficam um período na escola bem alimentadas, bem instruídas, bem educadas, mas no contraturno ficam na rua sujeitas às drogas, à prostituição, ao mau caminho.

O Mais Educação, da presidente Dilma Rousseff, que já está sendo implementado em todo o Brasil, tem recursos, deputado Neodi Saretta, para iniciar esse projeto de fundamental importância para a educação e para o país nas regiões de baixo IDH, nas regiões e bairros mais carentes. A implantação da escola em tempo integral será em parceria com o governo federal, com o governo do estado, mas, sobretudo, com os municípios e representará a grande revolução na educação em nosso país.

O segundo programa, sr. presidente, também do governo federal, é o Ciência sem Fronteira, deputado Jorge Teixeira, e a revista *Veja* fez uma matéria sobre ele.

Nós sabemos que os países desenvolvidos, todos, sem exceção, como, por exemplo, a Coreia do Sul, que nas últimas décadas vivenciou uma verdadeira revolução nos seus índices de desenvolvimento, de qualidade de vida, passaram por investimentos pesados na educação, na inovação, na pesquisa e no campo tecnológico.

Assim, a presidente Dilma Rousseff lançou o programa Ciência sem Fronteira, num investimento de R\$ 2 bilhões do governo federal, numa parceria com a iniciativa privada, para mandar, em quatro anos, 100 mil estudantes para atuar na área da pesquisa, da ciência e da tecnologia em países desenvolvidos que dominam há muitos anos a biotecnologia, a química fina, a robótica, o mundo da informática, como, por exemplo, a China, a Coreia do Sul, a Inglaterra, os Estados Unidos e o Canadá.

Esse programa, deputado Nilson Gonçalves, é revolucionário, porque a China, da década de 70 até hoje, mandou para o exterior dois milhões de estudantes, que buscaram conhecimento nos países desenvolvidos e ao retornarem para seu país incrementaram o

setor de tecnologia para o desenvolvimento. Não é por nada que hoje a China se constitui numa das grandes potências econômicas do mundo.

Portanto, eu não poderia deixar, deputado Dado Chereim, de afirmar com convicção que os programas Mais Educação e Ciência sem Fronteira significam uma luz no fim do túnel, que não é o trem que está vindo para cima de nós, mas uma perspectiva de crescimento concreta, de melhoria dos índices econômicos, sociais, de segurança pública, de IDH em todo país, sobretudo nas regiões mais carentes de nosso estado e do Brasil.

O Sr. Deputado Dado Chereim - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - v.exa. com muita honra.

O Sr. Deputado Dado Chereim - Deputado Darci de Matos, primeiramente quero parabenizá-lo pelo tema muito oportuno, pois o mundo vive uma grande revolução técnica e social. Os avanços da tecnologia estão fazendo um mundo muito mais transparente, mais rápido e isso passa, com certeza, por investimentos.

Usa-se muito um bordão na vida pública que a saúde é um poço sem fundo, fala-se muito isso, que todo investimento é pequeno. Mas é pequeno porque a medicina se tornou para muitos um comércio muito caro. Então, quando v.exa. fala em biotecnologia, está falando a medicina voltada para a saúde do homem. As grandes multinacionais estão fazendo investimentos maciços na área da imagem, da robótica, e na medicina isso tem um custo muito alto para a sociedade, para o ser humano.

Eu sou entusiasta da biotecnologia, acho que o governo tem que fazer investimentos ou ser parceiro de grandes investidores na área de biotecnologia voltada à saúde da população. A GE, que até pouco tempo era sinônimo de eletrodomésticos, hoje é sinônimo de medicina, de ressonância magnética, de tomografia, enfim, de aparelhos que têm alto custo e dão retorno à empresa. Por isso a necessidade de os governantes acordarem para a biotecnologia, fazerem os investimentos necessários nessa área que v.exa. aborda.

Parabéns, deputado Darci de Matos!

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Muito obrigado, deputado Dado Chereim!

Sem dúvida alguma, esses 100 mil estudantes que vão trabalhar e estudar na área de pesquisa nos países mais desenvolvidos trarão conhecimentos fundamentais na área da saúde, da agricultura, do mundo empresarial, enfim, em todas as áreas que são de fundamental importância para o desenvolvimento econômico sustentável de nosso país.

Sr. presidente, encerro minhas palavras falando da importância da escola de ensino integral e da formação profissional. Recebemos a GM e a BMW e precisamos de mão de obra qualificada, porque a mão de obra qualificada aquece a economia e provoca novos empreendimentos, novos postos de trabalho e, além disso, melhora a remuneração dos nossos trabalhadores.

O Sr. Deputado Jorge Teixeira - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Ouço v.exa., que é representante do alto vale!

O Sr. Deputado Jorge Teixeira - Deputado Darci de Matos, realmente esse tema é relevante. Desde 2005 implantamos, na cidade de Rio do Sul, uma escola em tempo integral que reputo ser o maior projeto de inclusão social que tivemos naquela cidade, porque o homem e a mulher puderam trabalhar enquanto seus filhos estavam sendo alimen-

tados, educados e instruídos em tempo integral, no turno e no contraturno, tornando-se cidadãos cumpridores dos seus deveres sociais e pessoas mais preparadas para o mercado de trabalho.

Realmente, esse projeto do governo federal vem em boa hora para auxiliar os municípios que já iniciaram ou estão-se preparando para implementar a escola em tempo integral, que reputo, assim como v.exa., de relevante importância para o desenvolvimento do nosso país.

Muito obrigado, deputado!

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Muito obrigado, deputado Jorge Teixeira, e muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o sr. deputado Neodi Saretta, por até 11 minutos.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, srs. deputados, estimados catarinenses, gostaria de, neste horário dos Partidos Políticos, abordar alguns temas relacionados à saúde até porque recentemente foi divulgado, através do ministério da Saúde, que Santa Catarina receberá mais alguns laboratórios regionais de prótese dentária. Os municípios dessa feita beneficiados são: Anchieta, Descanso, Lageado Grande, Paial e Riqueza, todos do oeste catarinense.

Dessa forma, através do programa Brasil Sorridente, Santa Catarina passa a ter 78 laboratórios regionais de prótese dentária, ação que faz parte da Política Nacional de Saúde Bucal, que prevê uma série de medidas para facilitar e ampliar o acesso da população ao tratamento odontológico gratuito por meio do SUS.

Faço essas reflexões no contexto de uma discussão que temos feito com certa frequência sobre o financiamento da saúde no Brasil. Novamente, em Santa Catarina temos um movimento grevista dos servidores da área da saúde, que reivindicam melhores condições de trabalho e melhores salários.

Tivemos por muito tempo uma discussão sobre a regulamentação da Emenda n. 29 e entendemos que o Brasil - e quando falo em Brasil englobo as três esferas de governo, município, estado e união - precisa investir mais em saúde.

Ontem houve, no Congresso Nacional, uma discussão importante para o país sobre a questão dos *royalties* do petróleo. Havia uma proposta que destinava esses recursos dos *royalties* para a educação. É uma proposta importante. Mas nos perguntamos se não poderia ter-se discutido a destinação para as áreas da educação e da saúde. Infelizmente, não foi assim que o Congresso Nacional entendeu, pois rejeitou a proposta que previa recursos para a educação, mas vamos continuar debatendo o financiamento da educação juntamente com esse tema que estou abordando, que é o financiamento da saúde.

No Brasil houve avanços importantes em termos de inclusão social, houve um aumento substancial da classe média brasileira, milhões de pessoas foram retiradas da pobreza, mas se quiser ser efetivamente um país desenvolvido em todos os níveis, precisa discutir seriamente o aumento do volume de recursos para investir na saúde.

Há programas importantes em nível nacional sendo desenvolvidos, temos o Estratégia Saúde da Família, que embora ainda não atinja 100% da população, já tem níveis médios muito razoáveis, mas os municípios e os estados precisam continuar avançando.

Temos agora as UPAs, Unidades de Pronto Atendimento, que são importantes, mas precisamos avançar mais, e avançar mais passa necessariamente por mais recursos para a área da saúde.

Há outras medidas importantes também. Agora mesmo o governo federal anunciou a contratação de hospitais, através de consulta pública, para estruturar o processo de monitoramento e avaliação da qualidade dos serviços que são realizados nas unidades hospitalares. Isso é importante porque quando se fala em saúde, precisamos discutir os recursos, o financiamento, a quantia, as ações, mas também a qualidade da saúde.

O governo do estado, deputado Darcy de Matos, v.exa. que está assumindo a liderança do governo, e aproveito para parabenizá-lo e desejar-lhe êxito, precisa avançar mais. A aplicação dos rasos 12% na Saúde não é suficiente. Já não é suficiente cumprir apenas o mínimo constitucional. Entendo que não é suficiente que os municípios cumpram apenas o mínimo constitucional, ao aplicar rasos 15% na Saúde. Deputado Mauro de Nadal, v.exa. já foi prefeito, eu também já fui, e aplicávamos mais que isso. Em meu período de governo cheguei a aplicar, em alguns momentos, 22% na Saúde.

Portanto, não pode se continuar falando em 15%, porque as demandas aumentaram, as exigências aumentaram e a área da saúde é prioridade. Já falei isso em sessões anteriores e se no âmbito das eleições municipais deste ano, a saúde foi o tema mais debatido, é porque efetivamente são necessárias mais ações.

Então, quero cumprimentar o ministério da Saúde por mais esses laboratórios de prótese para os municípios do oeste, mais especificamente nos municípios de Anchieta, Descanso, Lageado Grande, Paial e Riqueza. No caso de Paial, por exemplo, um dos menores municípios, economicamente talvez um dos menos abastados do alto Uruguai catarinense, haverá um ganho importante para a saúde.

Outro assunto que gostaria ainda de destacar é o programa Crack, é possível vencer, um programa que reúne um conjunto de ações do governo federal para enfrentar a questão do crack e outras drogas, que já conta com a adesão de 12 estados brasileiros localizados nas mais diversas regiões. Todos os estados do sul estão inseridos, inclusive Santa Catarina, que disporá de R\$ 56 milhões do governo federal para investir até 2014. Essa é uma ação importante, que deve ser realizada em conjunto entre o governo federal e os governos de estado.

Sr. presidente e srs. deputados, eram essas as reflexões que tinha para o dia de hoje no horário da nossa bancada.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Mauro de Nadal, por até 16 minutos.

O SR. DEPUTADO MAURO DE NADAL - Sr. presidente, srs. deputados, ouvintes da Rádio Alesc Digital, telespectadores da TVAL, primeiramente, quero referendar o evento que acontecerá, neste Parlamento, no dia 19 de novembro, com a presença do Fórum Nacional do Transporte Rodoviário de Cargas, que realizará uma importante reunião para instalação, em Santa Catarina, do referido fórum.

Nesse mesmo dia, à noite, pessoas serão homenageadas nesta Casa pelos parla-

mentares, sendo que à tarde ocorrerá a implantação desse fórum no estado catarinense, que tem por objetivo analisar os novos encaminhamentos que serão feitos no Congresso Nacional sobre as normativas estabelecidas pela Lei n. 12.619/2012, que regulamenta a jornada de trabalho dos transportadores de cargas de todo o país.

Como foi acompanhado pela grande mídia e também de perto pelos nobres pares desta Casa, podemos perceber somente no estado de Santa Catarina o enorme transtorno que ocasionou a paralisação que foi feita este ano, no momento em que essa normativa entrou em vigor, fazendo com que todos os caminhoneiros e as empresas transportadoras tivessem que se adequar a um novo sistema, a uma nova forma de guiar a sua frota, os seus caminhões de carga.

Essa paralisação acabou trazendo prejuízos consideráveis para Santa Catarina, mas todos os parlamentares que representam o nosso estado em Brasília foram sensíveis a esse tema e conseguiram fazer com que essa norma fosse suspensa até que se faça um novo estudo de como o país vai viabilizar a aplicação desse novo modelo, que tem o objetivo louvável de melhorar a segurança no trânsito e, acima de tudo, a qualidade de vida dos caminhoneiros, que cortam de norte a sul o Brasil para transportar as riquezas produzidas tanto pela nossa indústria quanto pela agricultura.

A reivindicação é justa, até porque na atual conjuntura é impossível fazer com que os nossos motoristas, a cada quatro horas rodadas com o seu caminhão, parem por 30 minutos para descanso, sabendo que as nossas rodovias não estão preparadas para oferecer segurança aos caminhoneiros.

Então, há muitas coisas que precisamos adaptar para que isso possa ser respeitado e atingir, na verdade, aquele que é o seu objetivo: a segurança e o bem-estar do caminhoneiro e a manutenção do modelo que transporta riquezas e alimenta muitas famílias neste país.

Portanto, acredito que esse evento terá a participação dos parlamentares, pela importância que ele tem e até porque Santa Catarina integrará esse fórum em nível nacional, levando a opinião das transportadoras do nosso estado.

Por outro lado, sr. presidente, acompanhamos com um pouco de tristeza, ontem, algumas matérias dando conta de que mais uma empresa do nosso estado sofreu com o problema do alto custo do milho. Ficamos sabendo que a Agrovêneta foi adquirida pela GBS Friboi.

Com o mesmo problema de dificuldades para manter suas atividades encontra-se a Diplomata, que tem muitas atividades na região oeste e extremo oeste do nosso estado, o que está fazendo com que os agricultores acabem socorrendo-se de novos financiamentos bancários para honrar seus compromissos. Então, fizeram muitos financiamentos que agora estão sendo refinanciados para poderem pagar os seus compromissos, uma vez que não há expectativa próxima de receber recursos dessa empresa. Além disso, sobre aquele sistema produtivo estava depositado também o sonho de sua família.

Vemos que o governo do estado e o governo federal têm a mesma ideia de tentar viabilizar formas no sentido de que a cadeia produtiva continue suas atividades. Ao mesmo tempo, percebemos que os incentivos que estão sendo colocados para o agricultor ainda não atendem à sua expectativa, que é a diminuição de custo para tornar o produto, através das agroindústrias, competitivo.

Por outro lado, alegrou-nos saber ontem que a Empresa de Planejamento e Logística, a EPL, através de Bernardo Figueiredo, anunciou, no Rio Grande do Sul, um novo traçado para a Ferrovia Norte/Sul, que terá um traçado todo especial para o oeste e o extremo oeste de Santa Catarina. Na nova formulação apresentada, a estrada de ferro sairá de Panorama, em São Paulo, passando por Cascavel, Chapecó, Erechim e Rio Grande, no Rio Grande do Sul, justamente a região que está sofrendo de forma considerável pelo alto custo da matéria-prima para fazer ração, principal alimento dos animais.

O produto de exportação das agroindústrias de Santa Catarina precisa se tornar competitivo, e esse milho precisa ter um preço compatível com os preços praticados em outros países, permitindo que Santa Catarina e o Brasil possam competir no mercado internacional.

Hoje temos, com a edição da última medida provisória, a possibilidade de adquirir milho no Paraná a R\$ 21,00 a saca, mas sabemos que esse milho está chegando às agroindústrias do estado de Santa Catarina a, no mínimo, R\$ 32,00 a saca. Não há forma de competir no mercado adquirindo milho nesse preço em função alto valor do transporte rodoviário. Já o transporte ferroviário fará com que esse milho chegue à cadeia produtiva com menor preço, tornando o nosso produto mais competitivo e levando um alento a todas as empresas que exploram esse ramo no estado, principalmente para que as cooperativas, que são a grande marca de Santa Catarina e servem de modelo para todo o país, possam continuar mantendo suas atividades.

Nesse mesmo sentido, trago para conhecimento dos nobres pares o que foi abordado numa reunião que tivemos com o governador do estado, há alguns dias, juntamente com o presidente da Fecoagro, Luiz Vicente Suzin, sobre o direcionamento de um dos berços do porto de Itajaí para fazer a descarga dos fertilizantes.

Sabemos que os fertilizantes chegam na propriedade dos agricultores a um preço muito elevado, por isso começamos a buscar as razões de tudo isso e chegamos a alguns cálculos que nos assustam, como, por exemplo, o valor elevado da estadia cobrada do porto de Itajaí para descarga, porque na grande maioria das vezes esses produtos chegam lá e acabam entrando numa fila.

No estado do Paraná, quando um produto chega ao porto, tem prioridade de descarga. E é isso que estamos solicitando ao estado de Santa Catarina, aos administradores do porto, para que quando os fertilizantes chegarem não seja agregado no custo final dos agricultores o valor da estadia do tempo que o navio fica atracado à espera da descarga.

Graças ao bom encaminhamento, sentimos uma sensibilidade muito forte por parte do governador Raimundo Colombo, do nosso secretário da Agricultura, que também comunga dessa mesma ideia. Acredito que no momento em que concluírem as obras de ampliação e reforma do porto de Itajaí possamos levar esse benefício também ao nosso agricultor, porque ele, na verdade, adquire o fertilizante das cooperativas e aquelas que estão vinculadas à Fecoagro são meras repassadoras de custos. Então, quem vai ganhar, na verdade, é o agricultor catarinense e, em consequência, o estado de Santa Catarina, porque vamos permitir, através do porto de Itajaí, a entrada de fertilizantes também para serem levados aos estados vizinhos.

Era o tínhamos para hoje, sr. presidente!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Sandro Silva - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Sandro Silva.

O SR. DEPUTADO SANDRO SILVA - Sr. presidente, gostaria de registrar a presença no plenário do reitor da Udesc, Antônio Heronaldo de Sousa; do pró-reitor de Extensão, Maicon Moraes Nunes; e dos estudantes de Engenharia de Petróleo e de Administração Pública de Balneário Camboriú.

Quero comunicar que daqui a pouco o reitor Antônio Heronaldo de Sousa fará uso da tribuna e gostaria de agradecer a concordância dos líderes de partidos que permitiram que o reitor pudesse falar um pouco sobre o trabalho da Udesc.

Muito obrigado, sr. presidente!

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Ismael dos Santos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr. presidente, da mesma forma, quero registrar a presença do magnífico reitor e a comitiva da Udesc. Estivemos reunidos há poucos instantes para discutir o orçamento para 2013.

Também gostaríamos de registrar, com satisfação, a presença no plenário do vereador José Maria Ferreira, que veio lá de Correia Pinto prestigiar esta sessão.

Muito obrigado, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Ainda restam sete minutos do horário dos Partidos Políticos. Porém, como existe um entendimento entre as lideranças para aguardarmos até as 16h para entrarmos na Ordem do Dia, vamos suspender a sessão e solicitamos, de antemão, que os srs. deputados que se encontram nos gabinetes desçam ao plenário para que possamos reiniciar os trabalhos exatamente às 16h.

Está suspensa a presente sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) (Faz soar a campainha.) - Está reaberta a presente sessão.

Passaremos à Ordem do Dia.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0204/2011.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

As próximas votações se referem a mensagens de veto, para o que precisamos de quórum qualificado.

Solicito à assessoria que confira a presença dos srs. parlamentares no painel, para verificarmos se temos quórum qualificado para deliberar.

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Moacir Sopelsa.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Sr. presidente, acho que poderíamos convidar os srs. deputados que estão em seus gabinetes para virem ao plenário porque me parece que há mais deputados na Casa.

O Sr. Deputado Darci de Matos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, parece-me que não temos

quórum e peço a v.exa. que não retire os vetos da pauta, se é que estão em pauta, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Deputado Darci de Matos, vamos dar mais alguns minutinhos porque é grande a presença de deputados na Casa, mas é preciso que eles desçam ao plenário.

(Pausa)

Como está perfeitamente visível, temos em plenário apenas 16 deputados, número insuficiente para deliberarmos sobre os vetos.

Portanto, retiramos da pauta da sessão de hoje as mensagens de veto.

Esta Presidência comunica que encaminhará aos destinatários as Indicações n.s: 0427/2012, de autoria do deputado Neodi Saretta; 0428/2012, 0429/2012 e 0430/2012, de autoria do deputado Jorge Teixeira; e 0431/2012, 0432/2012 e 0433/2012, de autoria do deputado Darci de Matos, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

Esta Presidência comunica também que defere os Requerimentos n.s: 0986/2012, de autoria da deputada Dirce Heiderscheidt; 0987/2012, 0988/2012, 0992/2012 e 0993/2012, de autoria do deputado Antônio Aguiar; 0989/2012, de autoria do deputado Ismael dos Santos; 0990/2012 e 0991/2012, de autoria do deputado Carlos Chiodini; 0994/2012, de autoria do deputado Sandro Silva; 0995/2012, de autoria do deputado Dirceu Dresch; e 0996/2012, 0997/2012, 0998/2012, 0999/2012, 1.000/2012, 1.001/2012, 1.002/2012 e 1.003/2012, de autoria do deputado Nilson Gonçalves.

O Sr. Deputado Darci de Matos - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, tenho três indicações e gostaria de rapidamente discorrer sobre as mesmas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Deputado Darci de Matos, como não há quórum inclusive para votar as moções, concedo-lhe a palavra, pela ordem, para que discorra sobre suas indicações.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, apresentei três indicações a este Plenário que dizem respeito a Joinville. A primeira delas solicita ao secretário Eduardo Deschamps, que mantenha as extensões do ensino médio nos bairros porque a secretaria da Educação não comunicou aos alunos, aos pais e à comunidade a retirada das extensões, como na zona sul, no Espinheiros e na região do Aventureiro.

A segunda indicação, sr. presidente, é endereçada também à secretaria da Educação, no sentido de que libere, o mais rapidamente possível, R\$ 2,5 milhões para a restauração e reforma do Colégio Conselheiro Mafra, que é um patrimônio histórico de Joinville e está interditado. Precisamos fazer isso urgentemente, porque aquela foi a terceira escola básica do estado criada e comemorou 100 anos há poucos meses.

A terceira indicação diz respeito à construção de escolas. Faz mais de dez anos que não se constrói uma escola estadual no município de Joinville. Na gestão do então secretário Paulo Bauer, ajudamos o município a construir escolas municipais, mas precisamos escolas nos bairros de Espinheiros, Aventureiro, no Parque Guarani, no Morro do Meio e na Vila Nova. A construção dessas cinco escolas custa de R\$ 18 milhões a R\$ 20 milhões, e se não houver recursos no orçamento da Educação, poderemos lançar mão

dos R\$ 3 bilhões do BNDES, porque nós as incluímos nesse financiamento.

Muito obrigado, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Sr. deputado, gostaria de reforçar o seu pedido e com sua permissão subscrever suas indicações que dizem respeito à nossa amada Joinville.

De acordo com requerimento assinado pelos srs. líderes, esta Presidência vai suspender a presente sessão para que possa fazer uso da palavra o magnífico reitor da Udesc, sr. Antônio Heronaldo de Sousa, que fará uma explanação acerca das realizações da instituição em 2012.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) (Faz soar a campainha.) - Está reaberta a presente sessão.

Passaremos à Explicação Pessoal.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Maurício Eskudlark.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, quero parabenizar a Udesc, na pessoa do magnífico reitor, e registrar o nosso reconhecimento pelo brilhante trabalho que tem feito para a educação de Santa Catarina.

Quero dizer ainda que é um compromisso deste Parlamento dar todo o apoio para que a Udesc continue fazendo o excelente trabalho que faz.

Parabéns à direção da Udesc!

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Moacir Sopelsa.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Gostaria de cumprimentar o magnífico reitor da Udesc, parabenizar o trabalho feito na universidade e reconhecer a importância que tem o ensino gratuito em todos os níveis, principalmente no nível superior, para o nosso estado. Se quisermos ter um estado de qualidade, cada vez mais precisamos investir na educação. Por isso, coloco-me à disposição para o que for possível.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Quero associar-me a todas as manifestações de reconhecimento ao reitor, ao corpo docente e discente e a todos os colaboradores que construíram a história vitoriosa da Udesc.

Desde a sua concepção, nos idos tempos de Celso Ramos ainda, até sua implementação e consolidação, a Udesc tem-se constituído numa fonte de ensinamentos, de conhecimentos, de troca de experiências em todos os setores.

Mas no momento em que a universidade tem que cumprir um novo papel, a Udesc ficou lamentavelmente muito tempo somente nas cidades principais, Joinville, Florianópolis e Blumenau, e perdeu o tempo de se encontrar com o interior. Por isso é que precisa ter o maior apoio desta Casa para que possa continuar expandindo-se para ir ao encontro dos catarinenses de todas as regiões.

No sul do estado já temos uma importante presença, mas queremos ampliar no sul, no norte, no oeste, em todos os rincões de Santa Catarina.

Parabéns pelo trabalho!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - A Presidência agradece mais uma vez a presença do magnífico reitor da Udesc.

Na sequência da sessão, em Explicação Pessoal, com a palavra o sr. deputado Silvio Dreveck, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - O sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, antes de fazer o meu pronunciamento a respeito de um tema que vem sendo debatido nesta Casa e também no âmbito federal, não posso deixar de registrar o meu reconhecimento ao reitor Antônio Heronaldo de Sousa, que acabou de se pronunciar, até porque tive, deputado Reno Caramori, uma experiência prática no planalto norte catarinense, no município de São Bento do Sul, quando tive a oportunidade de ser prefeito. Lá foi feita uma extensão da Udesc para felicidade de toda aquela região.

E de fato a Udesc tem levado conhecimento de qualidade ao interior de Santa Catarina, mesmo porque é uma universidade reconhecida pelo ensino de qualidade, já avaliado por várias instituições no Brasil. Portanto, não podemos deixar de dar o nosso apoio a essa universidade que para nós é um orgulho.

Por outro lado, sr. presidente, inúmeras vezes debatemos em encontros, em reuniões, junto aos parlamentares federais, ao governo federal, na nossa velha defesa da implantação de ferrovias no Brasil, com vistas à integração e ao desenvolvimento do estado de Santa Catarina, em especial do oeste e do planalto norte catarinense.

Ouvi atentamente o deputado Mauro de Nadal, o deputado Antônio Aguiar, que ontem fez um pronunciamento a respeito do planalto norte catarinense, pedindo mais investimentos tanto do governo federal, quanto do governo estadual.

Em agosto tivemos a notícia de que o governo federal tomara a louvável iniciativa de fazer a concessão de ferrovias, de rodovias, de portos e de aeroportos. Esse é o caminho, deputado Reno Caramori, para o Brasil mudar a situação caótica da nossa infraestrutura.

Quando se fala em concessão, sr. presidente, muitas vezes se confunde com privatização. Na concessão o patrimônio continua do governo, que delega o mando a uma empresa, por um determinado número de anos, para fazer os devidos investimentos, que são realizados com muito mais celeridade do que por parte do governo, que controla tudo através de suas agências reguladoras.

Como dizia, no mês de agosto foi divulgada a concessão de algumas linhas, de alguns ramais ferroviários. Na época, a ligação de São Paulo, deputado Romildo Titon, vinha pelo Paraná até o município de Mafra, em Santa Catarina, o que, na avaliação de alguns, não era suficiente para o planalto norte catarinense. Na minha avaliação, trata-se de um grande avanço, porque permite que futuramente também se contemple o planalto norte, mais especificamente os municípios de Mafra, Canoinhas, Porto União, Major Vieira, Três Barras, Papanduva, Monte Castelo, Itaiópolis, Rio Negrinho, São Bento do Sul e Campo Alegre, fazendo com que esse ramal possa ser estendido ao porto de Itapoá, que é um dos portos mais eficientes do Brasil, e ao porto de São Francisco do Sul.

Esse trecho já estava decidido. No entanto, deputado Reno Caramori, sempre defendemos que o oeste e o meio-oeste catarinense são os grandes celeiros da agroindústria, ou seja, da indústria de transformação de suínos, aves etc. Sempre defendemos também que deve existir um preço menor para o milho, o que não vai acontecer porque o governo está subsidiando o tempo todo.

Uma posição sempre defendida aqui é que com o sistema de implantação da rede

ferroviária, as linhas que farão a ligação com o Paraná e com o centro-oeste brasileiro (Goiás, Mato Grosso do Sul) irão permitir que os insumos cheguem a Santa Catarina por um preço melhor, dando condições aos nossos empreendedores de terem produtos mais competitivos tanto no mercado interno quanto no mercado externo.

Agora, o presidente da Empresa de Planejamento e Logística, sr. Bernardo Figueiredo, que esteve no Rio Grande do Sul, informou que a ligação vai acontecer também de São Paulo com o oeste catarinense, o que é uma decisão inteligente e sábia. É certo que para que essa decisão fosse tomada houve muitas reivindicações de lideranças políticas catarinenses e gaúchas, o que é muito importante.

Assim, temos uma boa notícia e iremos continuar, sim, defendendo também a construção do ramal do oeste com o leste catarinense, ou seja, do grande oeste com os nossos portos de Itajaí e de Navegantes.

Na próxima semana, mais precisamente no dia 14, às 15h, deputado Nilson Gonçalves, teremos uma agenda no ministério dos Transportes, juntamente com uma comitiva de parlamentares de Santa Catarina, do Rio Grande do Sul, do Paraná e do Mato Grosso do Sul, independentemente de cor partidária, que querem tomar conhecimento com mais profundidade desse projeto e dessa nova decisão do governo.

Por outro lado, em dezembro teremos o encontro do Parlasul, pois há um interesse muito grande dos argentinos, uruguaios e paraguaios nesse assunto das ferrovias, e v.e.x.a., deputado Nilson Gonçalves, me ajudou muito na Argentina, pois foi meu intérprete. Há, como disse, um interesse extraordinário para que haja a integração dos estados do sul e do centro-oeste brasileiro e também do Uruguai e da Argentina, até em função do Mercosul.

Então, sr. presidente, agradeço a oportunidade de fazer esse pronunciamento a respeito desse tema tão relevante para o desenvolvimento do estado de Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Com a palavra o sr. deputado Nilson Gonçalves, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente, srs. deputados, enquanto eu presidia esta sessão por vários momentos pensei em me dar a palavra para prestar uma homenagem aos radialistas pelo seu dia.

Sr. presidente, fizemos uma indicação a ser encaminhada ao Sindicato dos Radialistas e à Acaert, manifestando o nosso sentimento e quero aproveitar o momento para transmitir, através desta Casa, através de minha pessoa e tenho certeza também que é o sentimento dos demais deputados, parabéns a todos os radialistas e ao presidente Hugo Silveira Lopes, um dos mais antigos radialistas de Santa Catarina.

Para quem não sabe, o Dia do Radialista durante muito tempo foi comemorado no dia 21 de setembro. Mas a Lei n. 11.327, de 24 de julho de 2006, sancionada pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, acabou mudando a data para o dia 7 de novembro. E passamos a comemorar no dia 7 de novembro o Dia do Radialista, em homenagem ao músico e radialista Ari Barroso, um dos grandes nomes do rádio brasileiro. Com essa mudança, nós, radialistas, passamos a ter duas datas para comemorar, além do Dia do Radioamador, que é mais um dia para ser comemorado.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Pois não!

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Deputado Nilson Gonçalves, vim com o texto pronto e acabei de me inscrever para homenageá-lo e, em seu nome, todos os radialistas. Estou com um texto preparado, dando conta, inclusive, dessas várias datas. Depois do seu tempo, vou homenageá-lo e homenagear sua cidade.

Lendo o texto de autoria do radialista Léo Saballa, destacado profissional do rádio em Joinville, que foi publicado em 2005 no site carosouvintes.com.br, por iniciativa do multimídia Antunes Severo, vi que o referido texto nada mais é do que a *Oração do Radialista*.

Na seqüência vou usar da palavra para, através dessa oração, homenagear todos os radialistas de Santa Catarina e do Brasil. Mas agora tenho que o cumprimentar por essa profissão tão nobre de v.exa. e de todos os seus colegas de profissão, porque neste último século a evolução tecnológica foi um negócio extraordinário, a começar pelo telefone celular. Hoje, a coisa menos importante que ele faz é telefonar, é um multimídia completo. Mas mesmo com toda essa evolução, nada ainda é mais eficiente, não há nenhum meio, nenhum veículo que tenha o poder, a eficiência, a eficácia do rádio, aparelho que em todos os lares do Brasil há no mínimo uma unidade.

Parabéns a v.exa., que construiu a sua carreira profissional com brilhantismo, com imparcialidade, com responsabilidade, de forma contudente, e que através dela fez tão bem feita a sua imagem que já está aqui pelo quarto mandato e certamente muitos mais virão ainda, em reconhecimento a sua capacidade, a sua articulação, a sua seriedade no cumprimento da missão profissional.

Parabéns a v.exa., meu querido amigo, e a todos os seus colegas de profissão.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Muito obrigado, deputado Joares Ponticelli, vou até falar uma palavra difícil, sinto-me regozijado por suas palavras. Mais uma vez obrigado pelas amáveis palavras que dedicou à minha pessoa.

Eu, para quem não sabe, sou radialista profissional, estou no rádio desde 1982 e desde então faço diariamente o meu programa. Estou na televisão desde 1992, assim, este ano estou fazendo 30 anos de rádio e 20 anos de televisão. Há 30 anos cumprimento cada vez que abro o meu programa as minhas comadres, os meus ouvintes e também os meus ouvintes itinerantes, que são a grande massa, estão transitando de um lado para outro e ouvindo o meu programa lá na minha região.

E o interessante, deputado Joares Ponticelli, é que o rádio jamais vai ser substituído. Lá na baía da Babitonga, o pessoal está pescando e como me chamam de *Nirsinho*, dizem: "Estou ouvindo você aqui, *Nirsinho*, estou pescando aqui na baía!"

É muito interessante essa interação que se tem com o ouvinte do rádio e por isso é uma profissão apaixonante. Tenho uma grande dedicação e paixão por ela e se tiver que optar alguma vez entre uma coisa e outra, nunca deixarei de ser radialista. O rádio vai estar sempre em primeiro plano, porque amo ser radialista.

Eu quero transmitir o meu abraço especial a todos os radialistas. V.Exa., deputado Joares Ponticelli, citou Léo Saballa, grande radialista de Joinville, meu grande amigo, e mando um abraço a todos os radialistas da minha terra, da minha região e de Santa Catarina, enfim, a todos aqueles que dedicam sua vida ao rádio, não fazendo dele

um trampolim. Porque a verdade é que há muitos radialistas que fazem rádio para, através dele, alcançar outros objetivos em suas vidas.

Meu abraço a todos aqueles que realmente amam o rádio, trabalham, fazem dele a sua profissão e amam aquilo que fazem. Para esses o meu abraço fraterno, o meu carinho, a minha admiração, porque são lutadores em uma profissão injustificada, são formadores de opinião e deveriam ser mais respeitados e ter salários mais dignos.

Deputado Joares Ponticelli, vou ficar aqui para ouvi-lo atentamente, porque sei que quando v.exa. utiliza a tribuna sempre se aprende alguma coisa, sempre se aproveita suas palavras. Sou um grande admirador seu, sou seu fã número um como presidente da Unale e, quiçá, presidente desta Casa futuramente.

Dito isso, sr. presidente, não vou entrar em outro assunto, porque levaria mais dez minutos e eu ficaria novamente irritado. Então, prefiro encerrar as minhas palavras deixando o meu abraço fraterno e especial a todos os radialistas no dia de hoje.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Obrigado, deputado Nilson Gonçalves.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Maurício Eskudlark, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, quero saudar todos os nossos colegas deputados, saudar o público que nos acompanha pela TVAL, parabenizar o colega Nilson Gonçalves e todos os radialistas, principalmente pelo Twitter, pois quando se aproximam essas datas começam as mensagens. Daí um diz que essa não é a data do radialista, é a do rádio. Então, são várias datas.

Mas acho que essa homenagem é merecida todos os dias. Lembro-me de grandes amigos da Rádio Comunicação, lembro-me de James Moura, com mais de 30 anos no rádio, já falecido. Ele trabalhou no extremo oeste do estado, na Rádio Progresso, na Rádio Peperi, depois na Rádio Camboriú e na Transamérica, de Balneário Camboriú.

Quero fazer uma homenagem a Gilberto Luz pela passagem do Dia do Radialista, que agora está também na TV Panorama, e uma homenagem especial a Nando Tigrão, do canal 100, da Transamérica, da Rádio Menina, de Balneário Camboriú, ao Narbal Andrade de Souza, à Inalda do Carmo e a toda equipe pela importância do programa.

Srs. deputados, quero registrar, mais uma vez, o nosso reconhecimento pelo trabalho da Udesc no estado de Santa Catarina. Dez cidades estão sendo atendidas, com 48 cursos de graduação, 22 cursos de pós-graduação, 2,5 milhões de pessoas que já passaram por cursos, treinamentos, palestras, 5.500 engenheiros, 2.500 administradores e 18 mil pedagogos.

Então, são números que dignificam e honram Santa Catarina. Por isso, foi muito importante receber hoje, nesta Casa, o magnífico reitor, a direção e os acadêmicos da Udesc.

Sr. presidente, o assunto principal que me traz à tribuna é a questão da segurança pública. Hoje recebemos os representantes do Sinpol - Sindicato dos Policiais Cívicos de Santa Catarina -, o presidente e a diretoria. Temos ainda o Sintrasp que, por uma decisão da Justiça do Trabalho, perdeu o direito de sindicalização para o Sinpol. Estiveram aqui Pedro Cardoso, Augusto, Juninho, Mamão,

Murilo, enfim, toda a equipe da diretoria do Sinpol preocupada com várias questões.

O primeiro problema quem vem preocupando os profissionais da Segurança Pública é o avanço da criminalidade, deputado Joares Ponticelli, principalmente dentro dos presídios. E alguém da Segurança disse: "O deputado assumiu que reconhece que há esse perigo dos grupos organizados dentro dos presídios e que é querer enganar a sociedade dizer que aqueles elementos que estão presos cumprindo pena também não se organizam e não articulam a criminalidade".

O grande problema que a Segurança Pública enfrenta, principalmente os policiais e os agentes prisionais, é que os presos, de dentro dos presídios, dão ordens para os que são liberados praticarem crimes contra policiais. Já tive a oportunidade de ler mensagens transmitidas por celular em nome de um preso que não se apresentou após os sete dias de liberação pela Justiça. Esse preso saiu com a missão de cometer um atentado contra um policial que teria atuado no desbaratamento de uma quadrilha cujos líderes estão presos em São Pedro de Alcântara.

Portanto, devemos agir com rigor, através de uma legislação forte, contra aqueles marginais que estão presos, para que quando saírem temam a Justiça e o policial que cumpre a lei. Quanto aos que não retornam aos presídios, muitos deles temem uma represália dos internos por não terem cumprido a missão que lhes foi destinada. Então, não retornam, porque sabem que estão com uma sentença de morte e continuam nas ruas praticando crimes até serem caçados por outros marginais.

Diante disso, realmente existe a necessidade de pensar, na área de inteligência, da legislação, em diferentes formas para conter essas determinações que emanam dos presídios, porque é lá que está o problema. Não adianta continuarmos com essa guerra aqui fora, em que o policial é um alvo fácil, que não conhece quem vai praticar o atentado contra ele, enquanto os bandidos estão protegidos nos presídios e dando ordens.

O estado de São Paulo, juntamente com as autoridades federais, ontem mesmo já começou a redistribuir os líderes dessas quadrilhas. O Sinpol está muito preocupado com o policial que está exposto nas ruas, no dia a dia. Precisamos dar condições para esses policiais trabalharem com segurança. Até os coletes à prova de bala devem ser individuais. Quando o policial sair de casa já deverá estar vestido com o seu colete e até mesmo quando não estiver trabalhando.

Nos últimos dias tivemos o assassinato da agente Deise. O autor confessou que o crime estava encomendado para o marido dela. Mas eles se confundiram devido à cor do carro. Disse também que tinha consciência de que ele estaria condenado à morte, por determinação dos presos que encomendaram o crime, caso ele não cumprisse a missão que lhe destinaram.

Sr. presidente, em virtude do tempo estar-se esgotando, amanhã continuarei a minha exposição.

Muito obrigado.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Obrigado, deputado Maurício Eskudlark.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Joares Ponticelli, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, srs. deputados, pegando um gancho nessa manifestação do deputado Maurício Eskudlark, gostaria de dizer que outra questão que me chama a atenção é que, às

vezes, alguns setores da mídia, algumas ONGs, quando um marginal é morto por um policial, acabam fazendo todo um barulho, um *mis-en-scène* em cima daquele assassinato querendo, ainda, transformar o bandido em mocinho e vice-versa. Agora, quando o crime organizado começa a executar policiais - e em São Paulo já está na casa dos 100 assassinatos apenas neste ano -, algumas reações são no sentido de colocar em dúvida se aquele policial era um homem correto, porque, às vezes, tenta-se insinuar que o policial foi morto porque pertencia a alguma facção criminosa. Ainda há esse conceito equivocado solto por aí!

É verdade que no meio da polícia, como em qualquer outro setor da sociedade humana, há uma minoria que foge à regra da boa conduta. Isso ocorre em qualquer atividade humana, ou seja, na polícia, na política, no clero, no meio empresarial, entre os profissionais liberais, ou seja, onde há atividade humana há acertos e erros, e, graças a Deus, mais acertos do que erros.

Então, não há nenhuma categoria que possa colocar-se imune e acima do bem e do mal. Isso não existe! Mas a verdade é que, às vezes, o bandido é executado porque o policial sabe que hoje há dificuldade até para prendê-lo. Eu acho que temos mais mandados contra bandidos que ainda estão soltos na rua do que mandados cumpridos! Então, quando um policial acaba executando um bandido, por vontade ou não, é, muitas vezes, promove uma comoção maior do que quando um policial, cumprindo o seu dever, cumprindo a sua missão, é executado, como está acontecendo.

Deputado Maurício Eskudlark, essa onda crescente de criminalidade não é mais problema exclusivo do Executivo nem da Polícia, mas desta Casa, do Tribunal de Justiça, do Tribunal de Contas, do Ministério Público e da sociedade organizada.

Precisamos conclamar o mutirão, inclusive viabilizar recursos para isso, porque temos que ter dinheiro para equipar, aparelhar e construir presídios. E vamos tirar de onde, deputado Nilson Gonçalves? Da Educação e da Saúde, que já padecem da falta de recursos?

Temos que identificar onde há dinheiro guardado e cada poder tem que dar a sua contribuição para constituir um fundo para combater o crime efetivamente, deputado Maurício Eskudlark, e chamar a sociedade organizada para envolver-se e fazer o enfrentamento, porque a maioria desses crimes se origina no tráfico de drogas.

Eu vi, deputado Nilson Gonçalves, em Vera Cruz, e relatei isso nesta semana, o policiamento ostensivo de policiais com roupa camuflada e metralhadoras rondando de 15 em 15 minutos e entrando em todos os ambientes. Se não partirmos para a ostensividade, acho que vamos continuar perdendo a batalha - e não podemos perder a guerra.

Essa era a manifestação que queria fazer em solidariedade a v.exa., à sua categoria, tanto de policiais civis como militares, que está aí vivendo um momento de angústia. Eu estive em Tubarão, deputado Reno Caramori, na segunda-feira à noite, com representantes do 5º Batalhão e de toda região, e senti a angústia que esses profissionais estão vivendo. A todos a nossa solidariedade e a certeza de que temos o dever de promover esse mutirão em defesa da gente catarinense.

Mas faço a minha manifestação de homenagem a v.exa., deputado Nilson Gonçalves, e aos seus colegas profissionais. E não vou citar o nome dos radialistas da minha cidade, pois são muitos. Lá temos três rádios AM, mais as FM e vou acabar esquecendo alguém e depois vou ser incompreendido.

Mas quero, em nome do deputado Nilson Gonçalves, que é o radialista mais próximo de nós, e em nome das três rádios AM da minha cidade, a Rádio Tubá, que é vinculada à Igreja Católica e a mais antiga da cidade, a Rádio Bandeirantes e a Rádio Santa Catarina, homenagear todos os profissionais do rádio na passagem de mais essa data comemorativa.

Em Santa Catarina, deputado Reno Caramori, Blumenau tem a marca do pioneirismo. A primeira emissora foi a PRC-4, Rádio Clube de Blumenau, em 1936. E também foi em Blumenau, em 1969, que surgiu a primeira emissora de televisão de Santa Catarina, a TV Coligadas. Passados quase 80 anos, o estado conta com a cobertura de mais de 100 rádios AM, outras tantas FM - mais de 120 - e mais de 20 emissoras de televisão.

Nesse importante segmento do mercado trabalham centenas de radialistas. São locutores, noticiaristas, apresentadores, narradores, comentaristas, repórteres, redatores, operadores, cinegrafistas, produtores, diretores e outros profissionais. Eles utilizam diariamente microfones e câmeras para interagir com as pessoas onde quer que elas estejam. São palavras que informam, orientam, compartilham valores, culturas, histórias, alegrias e tristeza. Ouvem e colaboram na solução de assuntos comunitários. Enfim, os radialistas são mensageiros das novidades que facilitam o cotidiano dos catarinenses. E o seu amigo Léo Saballa escreveu a seguinte *Oração do Radialista*:

(Passa a ler.)

"Senhor,

Faça deste microfone um condutor da verdade.

Mantenha-me firme e sereno para equilibrar o meu senso de justiça.

Direcione o meu conhecimento para produzir faíscas de esperança.

Não permita que me perca pelos caminhos distantes da razão.

Jamais deixe algum sentimento distorcer a essência do que precisa ser dito.

Senhor, ilumine as minhas palavras para que elas carreguem alento.

Conceda-me sabedoria para falar e bastante paciência para saber ouvir.

Inspira-me com bons pensamentos e que eu defenda apenas o que acredito.

Senhor, mantenha-me seguro todos os dias na sinuosa pista de humildade.

Que a minha voz se faça ouvir sem frieza nem sensacionalismo.

Livra-me da arrogância, do medo, da vaidade e da indiferença.

Evite que usem indevidamente a minha voz para prejudicar alguém.

Faça de mim porta-voz da cidadania, da credibilidade e da isenção.

Senhor, impeça que eu induza a pré-julgamentos ou a condenações.

Corrija o meu excesso de individualidade e me torne mais flexível.

Dê-me firmeza para eu não escorregar nas armadilhas da palavra.

Senhor, proteja minhas cordas vocais, ferramenta do meu ganha pão.

Proteja, Senhor, todos os meus ouvintes, razão do meu trabalho."[sic]

Com essa bela oração, deputado Nilson Gonçalves, de autoria do seu amigo e companheiro Léo Saballa, quero homenagear v.exa. e todos os profissionais que atuam nesse importante, indispensável e insubstituível, deputado Reno Caramori, como disse aqui o deputado Nilson Gonçalves, veículo de comunicação, o mais popular em todos os lares. Aliás, acho que a mídia passa de um por lar. Dispensam-se até outros equipamentos, mas nunca o rádio.

Por isso, parabéns a v.exa. e a todos que atuam nesse ramo.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Obrigado, deputado Joares Ponticelli, pelas suas palavras. Realmente, não há como substituir o rádio. Mais uma vez, um grande abraço a todos e muito obrigado pelas suas palavras!

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Reno Caramori, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Srs. deputados e sras. deputadas, escutamos atentamente as homenagens que foram, merecidamente, feitas ao nosso colega Nilson Gonçalves e a todos os radialistas de Santa Catarina.

Mas quero lembrar, deputado Joares Ponticelli, que a PRC-4, de Blumenau, foi pioneira em Santa Catarina, e a terceira ou quarta rádio a se instalar no estado foi a Rádio Caçanjurê, de Caçador, que está no ar há 64 anos. Inclusive, no ano passado prestamos uma homenagem à Rádio Caçanjurê, da qual perdemos, há dois anos, o radialista mais antigo da região, Jair Santos Lima, que tinha mais de 60 anos de atividade profissional. Grande Jair, radialista e comentarista de futebol!

Enfim, nesta oportunidade queremos cumprimentar todos os radialistas de Santa Catarina, deputados Joares Ponticelli e Nilson Gonçalves, através da Rádio Alecs Digital, de todo o grupo de comunicação desta Casa, que presta um excelente trabalho levando as notícias do Poder Legislativo a toda a sociedade catarinense.

Ontem comentava com o Flavinho, que se elegeu vereador em Caçador pelo Partido dos Trabalhadores, que tem alguns anos de rádio, a respeito do Dia do Radialista.

Quero aproveitar para fazer um registro nesta Casa aos nossos catarinenses e brasileiros, que em 1977 eu era prefeito de Caçador e propus a realização dos Jogos Abertos de Santa Catarina lá no meu município. O governador era o dr. Antônio Carlos Konder Reis. Em 1978 realizamos os Jogos Abertos de Santa Catarina. Foi uma árdua missão, porque não tínhamos estrutura nenhuma.

Construímos um kartódromo, um velódromo, construímos todo um complexo de atletismo, um ginásio de esportes, cancha de bocha, adaptamos as canchas de bôlão, construímos as canchas de tênis de campo, construímos todos os *stands* de tiro, tiro ao prato, tiro de carabina, tiro de precisão, enfim, construímos um parque esportivo em Caçador, que agora foi remodelado e reabilitado para a realização dos Jogos Abertos, que tiveram início na noite de ontem.

Lá estiveram o governador em exercício, Eduardo Pinho Moreira, o secretário adjunto de Esportes, o secretário da Casa Civil, o presidente da Fesporte, Pecos Borsatti, o prefeito de Caçador e o deputado Valdir Cobalchini, que prestigiaram o evento. O mais bonito foi a abertura que a equipe da Fesporte preparou. A solenidade, que não teve um custo tão alto, foi muito bonita e condizente com a realidade.

Tivemos a recepção de 83 municípios, que vão competir em 26 modalidades durante dez dias no município de Caçador.

Foi uma bela festa, uma bela abertura. Só fiquei chateado quando toda Santa Catarina ouviu o discurso do prefeito. Era um belo discurso, até que desandou quando fez uma afirmação que não admito, ou seja, que Caçador fica na região mais pobre de Santa



Catarina. É lamentável que um prefeito tenha a capacidade de, perante delegações de 83 municípios de todo o estado, fazer esse tipo de registro. Mesmo que fosse verdade, como prefeito, como principal mandatário do município, jamais poderia fazer um registro subestimando a capacidade do caçadoreense, do matocostense, do calmonense, do lebonregense, do rioantense, do timbograndense e do macieirense.

É verdade que tivemos alguns percalços no desenvolvimento da nossa terra, até em consequência de um fato histórico ocorrido há 100 anos, a Guerra do Contestado, que eliminou muitas vidas. De qualquer forma, a empresa que lá se instalou deixou tecnologia, deixou riqueza, deixou estrutura.

Então, não podemos admitir que o prefeito Imar Rocha, da nossa terra, Caçador, na abertura de um evento tão bonito, que são os Jogos Abertos, menospreze, subestime, a capacidade do nosso povo, do nosso empresário, do nosso trabalhador, dizendo que pertencemos à região mais prejudicada de Santa Catarina. Até por isto já foi apelidado de

prefeito miserável, porque diz que a nossa terra é de miseráveis. Ele vai a Brasília, juntamente com outros prefeitos, e diz que somos de uma região miserável.

Que barbaridade! Eu já fui prefeito daquela terra e sempre engrandeci a luta da nossa gente, do nosso trabalhador, do nosso agricultor, do nosso pecuarista, do nosso empresário, do nosso profissional liberal, do nosso comerciante, enfim, de todos os que compõem a nossa sociedade, mostrando que mesmo depois de uma guerra como a do Contestado sobrevivemos e temos orgulho de dizer que Caçador é uma das principais cidades de Santa Catarina.

Faço este registro porque não se admite que um prefeito, seja de qual for o município, tenha a capacidade de desmoralizar a sua região perante uma plateia de jovens esportistas que a visitam. Lamento, como caçadoreense, como catarinense de coração, que alguém faça esse tipo de comentário do nosso querido município de Caçador. Sabemos que é um dos principais municípios, temos um grande número de empresas que exportam,

empresas que servem de exemplo para o estado na questão do meio ambiente, como é o caso da Tedesco, da Adami e da Sul Brasil, que são referência e que prestam um grande serviço à sociedade, mostrando o quanto é importante o cuidado com a natureza.

Gostaria que um dia o prefeito se retratasse e dissesse que não estava bem, que estava enganado, pois o vice-governador escutou o seu pronunciamento, e nós nos envergonhamos diante das autoridades que lá estavam.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Não há mais oradores inscritos.

Libre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

## ATOS DA MESA

### ATOS DA MESA

#### ATO DA MESA Nº 667, de 14 de novembro de 2012

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

**RESOLVE:** com fundamento nos incisos I e II do art. 18 da Resolução nº 001, de 2006

Art. 1º Fixar o cronograma de encerramento do exercício orçamentário/financeiro do ano de 2012, no âmbito da Assembleia Legislativa.

Parágrafo único. O cronograma de atividades e datas a serem observadas está definido conforme Anexo Único deste Ato da Mesa.

Art. 2º Este Ato da Mesa entra em vigor na data de sua publicação.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente

Deputado Jailson Lima - Secretário

Deputado Reno Caramori - Secretário

#### ANEXO ÚNICO

CRONOGRAMA DE ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2012	
DATA	DESCRIÇÃO DO OBJETO
30/11/2012	Prazo final para nomeação e exoneração de pessoal nos Gabinetes Parlamentares
30/11/2012	Prazo final para solicitar contratação de serviços e compras de pequeno valor
10/12/2012	Pagamento do 13º referente ao vale alimentação
10/12/2012	Prazo final para solicitar ressarcimento de despesas dos Gabinetes Parlamentares
14/12/2012	Pagamento da parcela final do 13º salário
14/12/2012	Prazo final para liberação de diárias e passagens para os Gabinetes Parlamentares
14/12/2012	Prazo Final para alteração do Quadro de Pessoal dos Gabinetes Parlamentares para o mês de janeiro/2013
14/12/2012	Pagamento do vale alimentação do mês de dezembro
20/12/2012	Pagamento dos vencimentos referentes ao mês de dezembro
20/12/2012	Prazo final para devolução de saldos financeiros
20/12/2012	Prazo final para prestação de contas de diárias e de passagens
02/01/2013	Férias Gerais dos servidores da ALESC

\*\*\* X X X \*\*\*

#### ATO DA MESA Nº 668, de 14 de novembro de 2012

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 3º, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**DISPENSAR** a servidora **ISABELLA DE ARAÚJO BRAND**

**FLORES**, matrícula nº 1847, da função de Chefia de Seção - Planejamento de Eventos Internos, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 01 de novembro de 2012 (CGP - Coordenadoria de Eventos).

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente

Deputado Jailson Lima - Secretário

Deputado Reno Caramori - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

#### ATO DA MESA Nº 669, de 14 de novembro de 2012

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 3º, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**DISPENSAR** a servidora **JULIANE GONÇALVES ROCHA**,

matrícula nº 6338, da função Assessoria Técnica-Administrativa - Suporte Agente de Atividades, código PL/FC-2, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 01 de novembro de 2012 (CGP - Coordenadoria de Eventos).

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente

Deputado Jailson Lima - Secretário

Deputado Reno Caramori - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

#### ATO DA MESA Nº 670, de 14 de novembro de 2012

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

**RESOLVE:** com fundamento nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 02, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007,

**DESIGNAR** a servidora **JULIANE GONÇALVES ROCHA**,

matrícula nº 6338, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa para exercer a Chefia de Seção - Planejamento de Eventos Internos, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 01 de novembro de 2012 (CGP - Coordenadoria de Eventos).

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente

Deputado Jailson Lima - Secretário

Deputado Reno Caramori - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

#### ATO DA MESA Nº 671, de 14 de novembro de 2012

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

**RESOLVE:** com fundamento nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 02, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007,

**DESIGNAR** o servidor **MARCOS FARIA FERREIRA**, matrícula nº 1204, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa para exercer a função de Assistência Técnica de Comissão Permanente, código PL/FC-2, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 01 de novembro de 2012 (DL - CC- Comissão de Segurança Pública).

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente  
Deputado Jailson Lima - Secretário  
Deputado Reno Caramori - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

**ATO DA MESA Nº 672, de 14 de novembro de 2012**

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 3º, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**DISPENSAR** o servidor **EMIR JOSÉ DE SOUZA**, matrícula nº 2142, da função de Assessoria Técnica-Administrativa - Apoio Técnico de Impressão, código PL/FC-2, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 01 de novembro de 2012 (DTI - Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos).

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente  
Deputado Jailson Lima - Secretário  
Deputado Reno Caramori - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

**ATO DA MESA Nº 673, de 14 de novembro de 2012**

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

**RESOLVE:** com fundamento nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 02, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007, e observados os termos do § 4º do Art. 90 da Lei 6.745, de 28/12/1985 e § 1º do Art. 26, com redação dada pela Res. nº 009, de 13/08/2011.

**DESIGNAR** o servidor **EDSON LUIZ DA SILVA AMORIM**, matrícula nº 1243, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa para exercer a função de Assessoria Técnica-administrativa - Apoio Técnico de Impressão, código PL/FC-2, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 01 de novembro de 2012 (DTI - Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos).

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente  
Deputado Jailson Lima - Secretário  
Deputado Reno Caramori - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

**ATO DA MESA Nº 674, de 14 de novembro de 2012**

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

**RESOLVE:** com fundamento nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 02, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007,

**DESIGNAR** a servidora **RENATA HAZAN NAPOLEÃO SALLES**, matrícula nº 4347, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa para exercer a função de Assessoria Técnica-Administrativa - Revisor Taquigráfico, código PL/FC-2, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 01 de novembro de 2012 (DL - Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário).

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente  
Deputado Jailson Lima - Secretário  
Deputado Reno Caramori - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

**ATO DA MESA Nº 675, de 14 de novembro de 2012**

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 18 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, e nas condições previstas no Termo de Convênio nº 0047/2011-2, celebrado entre os Poderes Legislativo e Executivo, visando cooperação técnico-profissional recíproca de servidores,

**PRORROGAR** até 31 de dezembro de 2014, os efeitos do Ato da Mesa nº 1256, de 30 de julho de 2003, que colocou à disposição da Secretaria de Estado da Saúde, com lotação na SDR de Xanxerê/Gerência Regional de Saúde - Xanxerê, a servidora **MARIA ANGELA DE ARAUJO BORTOLUZZI**, matrícula nº 0984.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente  
Deputado Jailson Lima - Secretário  
Deputado Reno Caramori - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

**ATO DA MESA Nº 676, de 14 de novembro de 2012**

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 2729/2012

**RESOLVE:** com fundamento no art. 40, § 1º, inciso I, da Constituição Federal, com a redação dada pelo art. 1º da Emenda Constitucional nº 41 de 2003, c/c com a Emenda Constitucional nº 70, de 2012.

**REVISAR A APOSENTADORIA** por invalidez concedida pelo Ato da Mesa nº 279, de 31/01/2005 e retificada pelo Ato da Mesa nº 120, de 01/06/2007, à servidora **MARIA HELENA BARGELLINI**, matrícula nº 21234, atribuindo-lhe a paridade, mantida a integralidade, nos termos da Lei, com os efeitos financeiros a contar de 30 de março de 2012.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente  
Deputado Jailson Lima - Secretário  
Deputado Reno Caramori - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

**ATO DA MESA Nº 677, de 14 de novembro de 2012**

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 2874/2012

**RESOLVE:** com fundamento no art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 05 de julho de 2005, combinado com o art. 7º da Emenda Constitucional 41, de 2003.

**CONCEDER APOSENTADORIA** por tempo de contribuição, a servidora **ROSELEI MARIA RACHADEL SARTORI**, matrícula nº 611, no cargo de Analista Legislativo, código PL/ALE-68, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, com proventos integrais e paridade na forma da lei.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente  
Deputado Jailson Lima - Secretário  
Deputado Reno Caramori - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

**ATO DA MESA Nº 678, de 14 de novembro de 2012**

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 3º, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**DISPENSAR** o servidor **JOSÉ DAS NEVES FILHO**, matrícula nº 2170, da função de Assessoria técnica-parlamentar, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 07 de novembro de 2012 (Gab Dep Elizeu Mattos).

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente  
Deputado Jailson Lima - Secretário  
Deputado Reno Caramori - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

**ATO DA MESA Nº 679, de 14 de novembro de 2012**

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

**RESOLVE:** com fundamento nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 02, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007, e observados os termos do § 4º do Art. 90 da Lei 6.745, de 28/12/1985 e § 1º do Art. 26, com redação dada pela Res. nº 009, de 13/08/2011.

**DESIGNAR** o servidor **JOSÉ DAS NEVES FILHO**, matrícula nº 2170, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa para exercer a função de Chefia de Seção - Secretária do Plenário, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 07 de novembro de 2012 (DL - Coordenadoria de Apoio ao Plenário).

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente  
Deputado Jailson Lima - Secretário  
Deputado Reno Caramori - Secretário  
\*\*\* X X X \*\*\*

**ATO DA MESA Nº 680, de 14 de novembro de 2012**

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

**RESOLVE:** *com fundamento nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 02, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007, e observados os termos do § 4º do Art. 90 da Lei 6.745, de 28/12/1985 e § 1º do Art. 26, com redação dada pela Res. nº 009, de 13/08/2011.*

**DESIGNAR** o servidor **GILSON RIBEIRO**, matrícula nº 2030, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa para exercer a função de Assessoria Técnica-Administrativa - Suporte Técnico, código PL/FC-2, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 01 de novembro de 2012 (DA - Diretoria Administrativa).

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente  
Deputado Jailson Lima - Secretário  
Deputado Reno Caramori - Secretário  
\*\*\* X X X \*\*\*

**ATO DA MESA Nº 681, de 14 de novembro de 2012**

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

**RESOLVE:** *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

**EXONERAR** a servidora **GICIELI DE FATIMA DALPIAZ**, matrícula nº 6503, do cargo de Assessor Operacional de Comunicação, código PL/AOC-3, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 9 de novembro de 2012 (DCS - Coordenadoria de TV).

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente  
Deputado Jailson Lima - Secretário  
Deputado Reno Caramori - Secretário  
\*\*\* X X X \*\*\*

**ATO DA MESA Nº 682, de 14 de novembro de 2012**

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

**RESOLVE:** *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

**EXONERAR** a servidora **MICHELLE CRISTINA TODESCATTO**, matrícula nº 6976, do cargo de Assessor Operacional de Comunicação, código PL/AOC-4, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 9 de novembro de 2012 (DCS - Coordenadoria de TV).

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente  
Deputado Jailson Lima - Secretário  
Deputado Reno Caramori - Secretário  
\*\*\* X X X \*\*\*

**ATO DA MESA Nº 683, de 14 de novembro de 2012**

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

**RESOLVE:** *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

**EXONERAR** a servidora **SUELEN CLAUDETE COSTA**, matrícula nº 6368, do cargo de Coordenador de TV, código PL/DAS-6, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 9 de novembro de 2012 (DCS - Coordenadoria de TV).

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente  
Deputado Jailson Lima - Secretário  
Deputado Reno Caramori - Secretário  
\*\*\* X X X \*\*\*

**ATO DA MESA Nº 684, de 14 de novembro de 2012**

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

**RESOLVE:** *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

**EXONERAR** a servidora **MARIA HELENA HENRIQUES PEREIRA**, matrícula nº 3536, do cargo de Coordenador de Rádio, código PL/DAS-6, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 9 de novembro de 2012 (DCS - Coordenadoria de Rádio).

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente  
Deputado Jailson Lima - Secretário  
Deputado Reno Caramori - Secretário  
\*\*\* X X X \*\*\*

**ATO DA MESA Nº 685, de 14 de novembro de 2012**

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

**RESOLVE:** *com fundamento nos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002, de 11 de janeiro de 2006, e suas alterações,*

**NOMEAR GICIELI DE FATIMA DALPIAZ**, matrícula nº 6503, para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor Operacional de Comunicação, código PL/AOC-2, Atividade Administrativa Interna, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de 9 de novembro de 2012 (DCS - Coordenadoria de TV).

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente  
Deputado Jailson Lima - Secretário  
Deputado Reno Caramori - Secretário  
\*\*\* X X X \*\*\*

**ATO DA MESA Nº 686, de 14 de novembro de 2012**

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

**RESOLVE:** *com fundamento nos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002, de 11 de janeiro de 2006, e suas alterações,*

**NOMEAR MICHELLE CRISTINA TODESCATTO**, matrícula nº 6976, para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor Operacional de Comunicação, código PL/AOC-3, Atividade Administrativa Interna, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de 9 de novembro de 2012 (DCS - Coordenadoria de TV).

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente  
Deputado Jailson Lima - Secretário  
Deputado Reno Caramori - Secretário  
\*\*\* X X X \*\*\*

**ATO DA MESA Nº 687, de 14 de novembro de 2012**

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

**RESOLVE:** *com fundamento nos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002, de 11 de janeiro de 2006, e suas alterações,*

**NOMEAR SUELEN CLAUDETE COSTA**, matrícula nº 6368, para exercer o cargo de provimento em comissão de Coordenador de Rádio, código PL/DAS-6, Atividade Administrativa Interna, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de 9 de novembro de 2012 (DCS - Coordenadoria de Rádio).

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente  
Deputado Jailson Lima - Secretário  
Deputado Reno Caramori - Secretário  
\*\*\* X X X \*\*\*

**ATO DA MESA Nº 688, de 14 de novembro de 2012**

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

**RESOLVE:** *com fundamento nos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002, de 11 de janeiro de 2006, e suas alterações,*

**NOMEAR ALAMIR FABIANO MARQUES BATISTA** para exercer o cargo de provimento em comissão de Coordenador de TV, código PL/DAS-6, Atividade Administrativa Interna, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (DCS - Coordenadoria de TV).

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente  
Deputado Jailson Lima - Secretário  
Deputado Reno Caramori - Secretário  
\*\*\* X X X \*\*\*

**ATO DA MESA Nº 689, de 14 de novembro de 2012**

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

**RESOLVE:** com fundamento nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 02, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007, e observados os termos do § 4º do Art. 90 da Lei 6.745, de 28/12/1985 e § 1º do Art. 26, com redação dada pela Res. nº 009, de 13/08/2011.

**DESIGNAR** o servidor **LUIZ FERNANDO NUNES DA SILVA**, matrícula nº 6312, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, para exercer a função de Assessoria técnica-administrativa - Apoio Técnico e Sonorização, código PL/FC-2, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 01 de novembro de 2012 (DA - Coordenadoria de Serviços Gerais).

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente  
Deputado Jailson Lima - Secretário  
Deputado Reno Caramori - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

**ATO DA MESA Nº 690, de 14 de novembro de 2012**

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 2812/2012,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 2º, § 5º, da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003,

**CONCEDER ABONO DE PERMANÊNCIA** equivalente ao valor da contribuição previdenciária ao servidor **MIGUEL DONIZETE BABY**, matrícula nº 2021, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-44, a contar de 31 de janeiro de 2012.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente  
Deputado Jailson Lima - Secretário  
Deputado Reno Caramori - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

**ATO DA MESA Nº 691, de 14 de novembro de 2012**

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 2953/2012,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 2º, § 5º, da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003,

**CONCEDER ABONO DE PERMANÊNCIA** equivalente ao valor da contribuição previdenciária a servidora **RITA DE CASSIA DOS SANTOS**, matrícula nº 1262, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-55, a contar de 13 de outubro de 2012.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente  
Deputado Jailson Lima - Secretário  
Deputado Reno Caramori - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

**ATO DA MESA Nº 692, de 14 de novembro de 2012**

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 1639/2012,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 26 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, com a redação dada pela Resolução nº 009, de 31 de agosto de 2011, e observada a Resolução nº 002/2004,

**CONCEDER ADICIONAL DE EXERCÍCIO** ao servidor **SALVIO ZULMAR DE SOUZA**, matrícula nº 0438, ocupante do cargo de Consultor Legislativo II, código PL/ASI-69, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, correspondente a 60%(sessenta por cento) do valor da Função de Confiança, código PL/FC-5, e 10% (dez por cento) do valor da Função de Confiança, código PL/FC-3, do grupo de atividades de função de confiança, com eficácia financeira a contar da dispensa

**Nominata dos Homenageados com a Comenda do Legislativo Catarinense**

DEPUTADO	HOMENAGEADO	PROFISSÃO - CARGO
Aldo Schneider	Pré-Fabricar Construções LTDA.	Entidade de estruturas armadas
Altair Guidi	Edna Margarida Gaidzinski Bastos	Presidente do Conselho de Sócios da Eliane S/A Revestimentos Cerâmicos
Ana Paula Lima	Hedwiges Hofer	Professora (Magistério)
Angela Albino	Lilian Var Martinho	Terapeuta Ocupacional
Antônio Aguiar	Remigio Sita	Padre
Carlos Chiodini	Curt Linzmeyer	Empresário
Cesar Souza Junior	Carlos Henrique Geller	Advogado e Corretor de imóveis
Dado Cherem	José Carlos dos Santos	Empresário

da função de confiança. Por ser ocupante da Função de Confiança Assessoria técnica-consultoria, código PL/FC-5, deverá fazer opção, pois o benefício não é cumulativo.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente  
Deputado Jailson Lima - Secretário  
Deputado Reno Caramori - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

**ATO DA MESA Nº 693, de 14 de novembro de 2012**

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 2588/2012,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 26 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, com redação dada pela Resolução nº 009, de 31 de agosto de 2011, e observada a Resolução nº 002/2004,

**CONCEDER ADICIONAL DE EXERCÍCIO** à servidora **IRACEMA VERGINIA MARTINS**, matrícula nº 1463, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-53, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, correspondente a 10% (dez por cento) do valor da Função de Confiança, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, com eficácia financeira a contar de 09 de novembro de 2012.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente  
Deputado Jailson Lima - Secretário  
Deputado Reno Caramori - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

**ATO DA MESA Nº 694, de 14 de novembro de 2012**

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 2724/2012

**RESOLVE:** com fundamento no art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 05 de julho de 2005, combinado com o art. 7º da Emenda Constitucional 41, de 2003.

**CONCEDER APOSENTADORIA** por tempo de contribuição, ao servidor **CELIO TEODORO DIAS**, matrícula nº 1453, no cargo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-45, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, com proventos integrais e paridade na forma da lei, a contar de 01 de dezembro de 2012

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente  
Deputado Jailson Lima - Secretário  
Deputado Reno Caramori - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

**ATO DA MESA Nº 695, de 14 de novembro de 2012**

Homologa nominata dos homenageados com a Comenda do Legislativo Catarinense.

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no parágrafo único do art. 63 do Regimento Interno da ALESC e na Resolução nº 002, de 4 de setembro de 2008, que instituiu a Comenda do Legislativo Catarinense,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Fica homologada a nominata dos homenageados com a Comenda do Legislativo Catarinense relativa ao ano de 2012, constante do Anexo Único deste Ato, nos termos da Resolução nº 002, de 4 de setembro de 2008.

Parágrafo único. A homenagem referida no caput dar-se-á na Sessão Solene da Comenda do Poder Legislativo, a ser realizada no Plenário Deputado Osni Régis, no dia 19 de novembro de 2012, às 19h.

**Art. 2º** Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente  
Deputado Jailson Lima - Secretário  
Deputado Reno Caramori - Secretário

Darci de Matos	Associação Joinvilense para Integração dos Deficientes Visuais	
Dirce Heiderscheidt	Ivone Schutz Weiss	Comerciante / Empresária
Dirceu Dresch	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Pinhalzinho/APAE	Entidade sem fins lucrativos
Dóia Guglielmi	Manoel Antônio Bertoni Silva (In Memoriam)	Político/Médico
Edison Andrino	Jayne Antunes Teixeira	Engenheiro
Elizeu Mattos	Creche Lar do Caminho	
Gelson Merisio	Ingrid Tremel Barbato	Bióloga, Citogeneticista, Mestre em Engenharia Genômica
Gilmar Knaesel	Péricles Luiz Medeiros Prade	Advogado
Ismael dos Santos	Pastor Juvenil Pereira	Presidente da Assembleia de Deus de Florianópolis
Jailson Lima	Marcos Augusto Viel	Engenheiro Agrônomo
Jean Kuhlmann	Ronaldo Baumgarten Jr.	Diretor Presidente da Baumgarten Gráfica LTDA.
Joares Ponticelli	Genésio de Souza Goulart	Empresário
Jorge Teixeira	Conselho Estadual do Jovem Empreendedor de Santa Catarina - CEJESC	
José Milton Scheffer	Mariano Mazzuco Neto	Empresário
José Nei Ascari	Rede Feminina de Combate ao Câncer de Braço do Norte	
Luciane Carminatti	Marcelino Chiarello (In Memoriam)	
Marcos Vieira	Associação de Hotéis de Piratuba	
Manoel Mota	Ademir da Silva Matos	Administrador
Maurício Eskudlark	Adilson Baldissera	Diretor da Rede Peperi de Comunicação
Mauro de Nadal	César Henrique Pereira	Locutor de Rodeio
Moacir Sopelsa	Alice Gaio	Enfermeira - Fisioterapeuta e Teóloga
Narcizo Parisotto	Plínio David de Nes Filho	Administrador
Neodi Saretta	Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação, em Cooperativas, Agroindustriais e Industriais no Meio Rural de Concórdia e Região - SINTRIAL	
Nilson Gonçalves	Tereza Teixeira Teza	Professora (Ciências Biológicas)
Padre Pedro Baldissera	Associação Paulo Freire de Educação e Cultura (APAFEC)	
Reno Caramori	Associação Maria Rosa - AMAR	
Romildo Titon	Rede Feminina de Combate ao Câncer de Campos Novos	
Sandro Silva	Pedro Bittencourt Neto	Advogado
Sargento Amauri Soares	Associação Recreativa e Cultural Nacional	
Serafim Venzon	José Aroldo Gallassini	Engenheiro Agrônomo
Silvio Dreveck	Hospital Salvatoriano São Luiz	
Valmir Comin	Circolo Bergamasco de Rio Maina	
Volnei Morastoni	Onélia Dalção Baptista	Missionária
Ada de Lucca	Leandro Antônio Soares	Agente Prisional
Renato Hinnig	UDESC	
Valdir Cobalchini	Polícia Militar Rodoviária do Estado de SC	
Parlamento Catarinense	Desembargador Cláudio Barreto Dutra	Presidente do Tribunal de Justiça
Parlamento Catarinense	Conselheiro Cesar Filomeno Fontes	Presidente do Tribunal de Contas
Parlamento Catarinense	Procurador Lio Marcos Marin	Ministério Público
Parlamento Catarinense	Governador João Raimundo Colombo	Governador do Estado
Parlamento Catarinense	Pablo Rossi	Pianista

\*\*\* X X X \*\*\*

## PUBLICAÇÕES DIVERSAS

### AVISO DE RESULTADO

#### AVISO DE RESULTADO

O Pregoeiro da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, designado pela Portaria nº 2376/2012, comunica que, atendidas as especificações constantes do próprio edital, a licitação modalidade Pregão nº 029/2012, obteve o seguinte resultado:

**OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE FOTOGRAFIA E VÍDEO, GERAÇÃO DE IMAGENS E CRIAÇÃO DE VT'S DE BREAK PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DA ALESC.**

**Restou deserto.**

Florianópolis, 12 de novembro de 2012

HÉLIO ESTEFANO BECKER FILHO  
PREGOEIRO

\*\*\* X X X \*\*\*

### PORTARIAS

#### PORTARIA Nº 2576, de 08 de novembro de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**EXONERAR** a servidora **IVETE TEREZINHA ROMANI CARNEIRO TAVARES**, matrícula nº 1354, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-60, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1 de dezembro de 2012 (Gab Dep Gelson Merisio).

Carlos Alberto de Lima Souza Diretor Geral

**Republicada por Incorreção**

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 2581, de 14 de novembro de 2012**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:**

**LOTAR** o servidor **JOSÉ DAS NEVES FILHO**, matrícula nº 2170, na DL - Coordenadoria de Apoio o Plenário, a contar de 07 de novembro de 2012.

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 2582, de 14 de novembro de 2012**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:**

**LOTAR** o servidor **MARCOS FARIA FERREIRA**, matrícula nº 1204, na DL - CC - Comissão de Segurança Pública, a contar de 01 de novembro de 2012.

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 2583, de 14 de novembro de 2012**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:**

**LOTAR** o servidor **LUIZ FERNANDO NUNES DA SILVA**, matrícula nº 6312, na DA - Coordenadoria de Serviços Gerais, a contar de 01 de novembro de 2012.

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 2584, de 14 de novembro de 2012**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**EXONERAR** o servidor **CUSTODIO DE SOUZA**, matrícula nº 2838, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-67, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 13 de novembro de 2012 (Gab Dep Kennedy Nunes).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 2585, de 14 de novembro de 2012**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

**NOMEAR CUSTODIO DE SOUZA**, matrícula nº 2838, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-100, Atividade Administrativa Interna, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 13 de novembro de 2012 (Gab Dep Kennedy Nunes).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 2586, de 14 de novembro de 2012**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 3º, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 02, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007,

**DESIGNAR** a servidora **MARLISE FURTADO ARRUDA RAMOS BURGER**, matrícula nº 1571, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, para exercer, em substituição, o cargo de Coordenador de Expediente, código PL/DAS-6, enquanto durar o impedimento da respectiva titular, MARIA DA GRAÇA MARQUES, que se encontra em licença saúde, por mais 30 (trinta) dias, a contar de 28 de outubro de 2012 (DL - Coordenadoria de Expediente).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 2587, de 14 de novembro de 2012**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 3º, §1º, e art. 38, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**DESIGNAR** a servidora **MARI ANGELA PAULI CUSTÓDIO**, matrícula nº 1592, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, para exercer, em substituição, a função de Gerente de Redação, código PL/FC-5, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, enquanto durar o impedimento da respectiva titular, MARLISE FURTADO ARRUDA RAMOS BURGER, que se encontra substituindo a Coordenadora de Expediente, por mais 30 (trinta) dias, a contar de 28 de outubro de 2012 (DL - Coordenadoria de Expediente).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 2588, de 14 de novembro de 2012**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 3º, §1º, e art. 38, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**DESIGNAR** o servidor **MARIO CECETTO MACHADO PACHECO**, matrícula nº 6300, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, para exercer, em substituição, a função de Chefe de Seção - Operações Técnicas, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, enquanto durar o impedimento do respectivo titular, JOÃO MACHADO PACHECO NETO, que se encontra em licença para tratamento de saúde por mais 30 (trinta) dias, a contar de 23 de outubro de 2012 (DCS - Coordenadoria de Rádio).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 2589, de 14 de novembro de 2012**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 3º, IV, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e em conformidade com a Resolução nº 967, de 11 de dezembro de 2002,

**DESIGNAR** os servidores abaixo relacionados para realizar os procedimentos previstos no Edital de Pregão nº 029/2012.

Matr	Nome do Servidor	Função
1332	HELIO ESTEFANO BECKER FILHO	Pregoeiro
2016	CARLOS HENRIQUE MONGUILHOTT	Pregoeiro substituto
1877	Antonio Henrique C. Bulcão Vianna	Equipe de apoio
0947	Valter Euclides Damasco	
1039	VICTOR INACIO KIST	
1998	BERNADETE ALBANI LEIRIA	

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 2590, de 14 de novembro de 2012**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** Com base no Art. 1º parágrafo único do Ato da Mesa nº 396, de 29 de novembro de 2011, e do item II, da cláusula quinta do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta entre MPSC e a ALESC, de 25 de outubro de 2011.

**PUBLICAR** que a servidora abaixo relacionada exerce **Atividade Parlamentar Externa** a contar de 12 de novembro de 2012.

**Gab. Dep. Dirce Aparecida Heiderscheidt**

Matrícula	Nome do Servidor	Cidade
7162	MARLI FERNANDES	CRICIÚMA

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*



<b>PROJETOS DE LEI</b>
------------------------

**PROJETO DE LEI Nº 0349.5/2012**

Declara de utilidade pública o Instituto Cristão de Recuperação de Jovens e Adultos, de Blumenau.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública o Instituto Cristão de Recuperação de Jovens e Adultos, de Blumenau.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data da publicação.

Sala das Sessões

Deputado Jean Kuhlmann

*Lido no Expediente*

*Sessão de 13/11/12*

**JUSTIFICATIVA**

Submeto à elevada consideração dos nobres Pares o presente projeto de lei que visa declarar de utilidade pública o Instituto Cristão de Recuperação de Jovens e Adultos, de Blumenau.

A presente entidade presta serviços de natureza relevante e notório caráter social.

Para continuar implementando as ações dispostas em seu Estatuto, faz-se necessário que a entidade usufrua das vantagens legais inerentes à titulação requerida, por isso, submeto aos Senhores Deputados o presente projeto de lei.

\*\*\* X X X \*\*\*

**PROJETO DE LEI Nº 0350.9/2012**

Declara de utilidade pública a Associação de Pais e Funcionários do Centro de Educação Infantil Ingo Wolfgang Hering, de Blumenau.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Pais e Funcionários do Centro de Educação Infantil Ingo Wolfgang Hering, de Blumenau.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data da publicação.

Sala das Sessões

Deputado Jean Kuhlmann

*Lido no Expediente*

*Sessão de 13/11/12*

**JUSTIFICATIVA**

Submeto à elevada consideração dos nobres Pares o presente projeto de lei que visa declarar de utilidade pública a Associação de Pais e Funcionários do Centro de Educação Infantil Ingo Wolfgang Hering, de Blumenau.

A presente entidade presta serviços de natureza relevante e notório caráter social.

Para continuar implementando as ações dispostas em seu Estatuto, faz-se necessário que a entidade usufrua das vantagens legais inerentes à titulação requerida, por isso, submeto aos Senhores Deputados o presente projeto de lei.

\*\*\* X X X \*\*\*

**PROJETO DE LEI Nº 0351.0/2012**

Dispõe sobre a instalação de banheiros nos postos de combustíveis, no Estado de Santa Catarina.

Art. 1º Os postos de combustíveis localizados no Estado de Santa Catarina ficam obrigados a disponibilizar banheiros para os seus consumidores.

§ 1º Os banheiros instalados nos postos de combustíveis devem ter seus acessos cobertos.

§ 2º Para efeitos desta Lei, entende-se por acesso o espaço compreendido entre a pista de abastecimento e o banheiro.

Art. 2º O descumprimento do disposto nesta Lei sujeita o estabelecimento infrator às seguintes sanções:

I - advertência por escrito da autoridade competente;

II - multa de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) por infração, dobrada a cada reincidência até a terceira, a qual será reajustada, anualmente, com base na variação do Índice Geral de Preço de Mercado - IGP-M/FGV, ou por índice que vier a substituí-lo; e

III - suspensão do alvará de funcionamento a partir da terceira reincidência, até a devida regularização.

Parágrafo único. Os recursos oriundos da arrecadação das multas serão recolhidos em favor da Unidade Orçamentária 04091 - Fundo para Reconstituição de Bens Lesados, vinculado ao Ministério Público.

Art. 3º Os postos de combustíveis em funcionamento na data de publicação desta Lei devem adaptar-se às suas exigências, no prazo de cento e vinte dias, contados a partir da sua vigência.

Art. 4º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei na forma do disposto no art. 71, inciso III, da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Serafim Venzon

*Lido no Expediente*

*Sessão de 13/11/12*

**JUSTIFICATIVA**

A presente proposição objetiva a instalação, de forma adequada, de banheiros, nos postos de combustíveis, trazendo, assim, conforto e comodidade aos clientes desses estabelecimentos.

A matéria envolvida comporta disciplina sob o enfoque consumerista, cujas competências administrativa e legislativa são tocantes também aos Estados, na forma do inciso V do art. 24 da Constituição Federal.

Demais disso, a matéria não se encontra arrolada dentre aquelas cuja iniciativa é privativa do Chefe do Poder Executivo, a teor do § 2º do art. 50 da Constituição Estadual, não havendo, portanto, óbice de ordem constitucional quanto à edição de lei no âmbito do Estado de Santa Catarina, merecendo a proposição, dessa forma, o acolhimento dos nobres Deputados.

Deputado Serafim Venzon

\*\*\* X X X \*\*\*

**PROJETO DE LEI Nº 0352.0/2012**

Dispõe sobre a obrigatoriedade das concessionárias de energia elétrica informarem sobre o ressarcimento de bens danificados por falha no fornecimento de energia elétrica.

Art. 1º As concessionárias fornecedoras de energia elétrica, no Estado de Santa Catarina, ficam obrigadas a informar os consumidores, nas respectivas faturas mensais de energia, sobre o direito ao ressarcimento dos bens danificados pela falta, queda e/ou aumento da tensão da energia elétrica.

Parágrafo único. A informação de que trata o *caput* deverá ser redigida nos seguintes termos: "É direito do consumidor ser ressarcido por eventuais prejuízos e/ou danos causados por falhas no fornecimento de energia. Problemas de energia elétrica, ligue para a sua concessionária. Não resolveu, ligue para o órgão fiscalizador competente (167 - ANEEL)".

Art. 2º O descumprimento do disposto nesta Lei sujeita a concessionária infratora às seguintes sanções:

I - advertência por escrito da autoridade competente; e

II - multa de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) por infração, dobrada a cada reincidência até a terceira, a qual será reajustada, anualmente, com base na variação do Índice Geral de Preço de Mercado - IGP-M/FGV, ou por índice que vier a substituí-lo.

Parágrafo único. Os recursos oriundos da arrecadação das multas serão recolhidos em favor da Unidade Orçamentária 04091 - Fundo para Reconstituição de Bens Lesados, vinculado ao Ministério Público.

Art. 3º As concessionárias deverão adequar-se às disposições desta Lei no prazo máximo de sessenta dias, contados da sua publicação.

Art. 4º O efetivo cumprimento das disposições desta Lei será fiscalizado pelos órgãos e/ou entidades de proteção e defesa do consumidor.

Art. 5º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei na forma do disposto no art. 71, inciso III, da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Neodi Saretta

*Lido no Expediente*

*Sessão de 13/11/12*

**JUSTIFICATIVA**

O presente projeto tem por finalidade informar e conscientizar os consumidores sobre seu direito de ser ressarcido em caso de prejuízos e/ou danos sofridos em decorrência da falta, queda e/ou aumento da tensão da energia elétrica.

A matéria envolvida comporta disciplina sob o enfoque consumerista, o que permite a edição de lei no âmbito estadual, tendo em vista a competência legiferante concorrente entre União, Estados e Distrito Federal, conforme dispõe o inciso V do art. 24, da Constituição Federal.

Da mesma forma, o inciso II do art. 7º da Lei Federal nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, justifica a proposição, na medida em que prevê como direito do usuário “receber do poder concedente e da concessionária informações para a defesa de interesses individuais ou coletivos”.

Ademais, a conscientização do direito de ressarcimento é fundamental, uma vez que tal direito, certamente, é desconhecido por muitos, além de que estimulará a própria concessionária a prestar um serviço de maior qualidade, minimizando, assim, os riscos de prejuízos e aborrecimentos causados ao consumidor usuário.

Assim, em razão dos argumentos acima explanados, apresento o presente projeto de lei, contando, desde logo, com a compreensão e anuência dos nobres Deputados desta Casa Legislativa.

Deputado Neodi Saretta

\*\*\* X X X \*\*\*

#### PROJETO DE LEI Nº 0353.1/2012

“Altera a redação ao caput, do artigo 2º, da Lei nº 12.568, de 17 de fevereiro de 2003, e adota outras providências.”

Art. 1º O caput, do artigo 2º, da Lei nº 12.568, de 17 de fevereiro de 2003, alterado pelo artigo 9º, da Lei Complementar nº 374, de 30 de janeiro de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º Fica instituída aos integrantes do Grupo Segurança Pública - Corpo de Bombeiros Militar, do Grupo Segurança Pública - Perícia Oficial, do Grupo Segurança Pública - Polícia Civil, do Grupo Segurança Pública - Polícia Militar, do Grupo Segurança Pública - Sistema Prisional e do Grupo Segurança Pública - Sistema de Atendimento ao Adolescente Infrator, do Sistema de Segurança Pública, da Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão, a Indenização de Auxílio à Saúde, no valor igual à quarenta horas extras e cento e dois adicionais noturnos, com base nos arts. 2º a 5º da Lei Complementar nº 137, de 22 de junho de 1995, nos casos de afastamento das atividades profissionais para efeitos de Licença de Saúde, em decorrência de ferimento ou moléstia que tenha relação de causa e efeito com a instrução e o serviço, inclusive no itinerário casa-trabalho, e vice-versa.”

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 12 de novembro de 2012.

Deputado Sargento Amauri Soares

Líder da Bancada do PDT

Lido no Expediente

Sessão de 13/11/12

#### JUSTIFICATIVA

A legislação estadual vigente garante aos servidores públicos militares o direito à remuneração integral desde que o afastamento das funções se dê em razão de fato que o impossibilite para o trabalho quando este tenha ocorrido em “serviço operacional”.

Porém, a Constituição Federal, além de assegurar o direito contra o acidente de trabalho para todos, acolhe como parte do texto constitucional os acordos internacionais firmados, inclusive, os que geram direitos e obrigações para com a cidadania. Entre esses acordos acolhidos pela Constituição estão todos aqueles firmados pelo Brasil com a OIT - Organização Internacional do Trabalho.

O Brasil subscreveu e ratificou a Convenção da Organização Internacional do Trabalho com força de norma constitucional e é nessa convenção que se passou a reconhecer o direito previdenciário acidentário devido aos trabalhadores, privados e públicos. Esse direito consiste no reconhecimento à licença e à remuneração integral do trabalhador em razão de acidente ocorrido em razão do serviço, aí incluídos os acidentes que comprovadamente se derem no itinerário casa-trabalho, e vice-versa.

Diante do exposto, ademais de se tratar de uma antiga e justa reivindicação dos militares estaduais, esta proposição trata de adequar e aperfeiçoar a legislação, incorporando às normas vigentes direitos assegurados e deferidos aos servidores por determinação do mandamento constitucional e dos tratados internacionais de que o Brasil é signatário.

Sala das Sessões, 12 de novembro de 2012.

Deputado Sargento Amauri Soares

Líder da Bancada do PDT

\*\*\* X X X \*\*\*

#### PROJETO DE LEI Nº 0354.2/1012

Dispõe sobre a inclusão no currículo escolar de conteúdo relacionado as leis, normas e convenções trabalhistas, tratados internacionais, prevenção de riscos profissionais, segurança e saúde do

trabalhador e meio ambiente do trabalho, por meio de eixos transversais, e dá outras providências.

Art. 1º Nos currículos escolares deve ser incluído conteúdo relacionado as leis, normas e convenções trabalhistas, tratados internacionais, prevenção de riscos profissionais, segurança e saúde do trabalhador e meio ambiente do trabalho, por meio de eixos transversais, em todos os níveis escolares.

Art. 2º O Estado e os Municípios, dentro das suas competências, disponibilizarão materiais de pesquisa e informações para os docentes e discentes, a fim de dar efetividade à discussão sobre os temas referidos no art. 1º.

Art. 3º A elaboração dos currículos escolares terá a participação de autoridades em matéria de segurança, saúde do trabalhador e meio ambiente do trabalho.

Art. 4º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei, nos termos do inciso III do art. 71 da Constituição Estadual.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Deputado Neodi Saretta

Lido no Expediente

Sessão de 13/11/12

#### JUSTIFICATIVA

O presente projeto tem por finalidade informar e conscientizar os alunos e alunas quanto aos riscos profissionais e ao direito à prevenção de acidentes e doenças relacionadas com o desempenho das atividades laborais, bem como dos direitos adquiridos por meio de leis, normas, convenções e tratados internacionais.

Esta proposta foi deliberada por ocasião da oficialização da frente parlamentar em defesa da saúde do trabalhador e tem apoio das Centrais Sindicais, Federações de Trabalhadores, Centro de Referência Saúde do Trabalhador - Ceres, Conselhos Municipais de Saúde e demais entidades afins.

A prevenção garantirá conhecimento para que tenhamos um ambiente de trabalho seguro e saudável, com redução dos riscos e dos acidentes e doenças relacionadas ao trabalho.

Como exemplo, dados divulgados pelo Ministério do Trabalho e Emprego revelam que em 2008 ocorreram no Brasil setecentos e quarenta e sete mil acidentes de trabalho, com quase três mil mortes e incapacitando mais de doze mil trabalhadores e trabalhadoras. Desse total, 40% das vítimas são jovens entre 19 e 29 anos de idade. Citamos, ainda, os acidentes de trabalho ocorridos nas agroindústrias entre 2003 e 2012, no Estado de Santa Catarina, em torno de vinte e um mil setecentos e dezenove acidentes, segundo fonte do sistema de informação de mortalidade.

Assim, em razão dos argumentos acima explanados, apresento o presente projeto de lei, contando, desde logo, com a compreensão e anuência dos nobres Deputados desta Casa Legislativa.

\*\*\* X X X \*\*\*

#### PROJETO DE LEI Nº 0355.3/2012

Declara de utilidade pública a Associação Assistencial e Educacional Sombrio Vida.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Assistencial e Educacional Sombrio Vida, com sede no município de Sombrio.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

- I - relatório anual de atividades do exercício anterior;
- II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos da legislação vigente;
- III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e
- IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Ismael dos Santos

Lido no Expediente

Sessão de 13/11/12

#### JUSTIFICATIVA

A Associação Assistencial e Educacional Sombrio Vida é uma entidade civil, beneficente, com atuação nas áreas de assistência social, educação, saúde, prevenção, trabalho, profissionalização, defesa e garantia de direitos, esporte, cultura, lazer, estudo, pesquisa e outros, sem fins lucrativos ou não econômicos, o que pode ser observado por meio do estatuto social que acompanha o presente projeto de lei.

Diante do exposto, espero contar com o apoio dos nobres colegas para a aprovação da presente proposição, por entendê-la relevante para a promoção e capacitação da comunidade.

Deputado Ismael dos Santos

\*\*\* X X X \*\*\*